

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

RS e SC Cr\$ 7,00 — Outros Estados Cr\$ 10,00



CHICO BUARQUE:

“A coisa tá preta mesmo”

Tiros, tumultos, greves

(Cenas de uma visita de Lacerda ao Rio Grande)



A CRISE DAS FINANÇAS GAÚCHAS

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a COOJORNAL, que foi fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 317 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital ou trabalho, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da história, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e qualidade de suas publicações próprias e de 10 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bomes da Costa

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosivita Saueressig, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Jacqueline Joner (redatores), Airton Centeno, Marina Wodtke, Rafael Guimarães, Jorge Freitas, Marcelo Lopes, Maria Helena Brancher, Vera Tereza Costa, Tânia Fialace, Acari Amorim, Marco Antônio Schuster, Zélia Leal, Elaine Lerner, Ricardo Schmitt, André Pereira (redatores e repórteres), Luis Grábi e Severino Góes (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Hélio Teixeira (Cunha), Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse e Patrício Renato São Paulo, Paulo Marconi (Salvador), Gleizer Neves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Maria da Graça Seligman e Luis Lanzetta (Florianópolis), Luis Abreu, Enéida Serrano, Assis Hoffmann (Polonópolis), Luis Carlos Ferraz, Juvenal da Luz (Arte), Jorge Gallina, Lilian Ben David (Diagramação), Francisco Alva (Coordenação Técnica), Dejar Boeira, Maria Isabel Tamm, Beti Stöfelman, Paulo Roberto França (revisão), Nilson Figueiredo, Carlos de Góes Rios (produção), Paulo Sá, Attil Vinetron, Luís Gustavo Machado, Rubens Ivachado, Jorge Patrício e Silva (montagem), Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio César Romano (composição).

Gerência
Eládio Vieira da Cunha

Comercial
Gabriel Matias

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Dirceu Zanetti

Números atrasados
Em estoque somente a partir da Edição n.º 10. Custo de cada exemplar, preço do último jornal na banca. Pedidos acompanhados do respectivo valor para Rua Cremador Coruja, 372 — 90.000 — Porto Alegre-RS.

Endereço
Rua Cremador Coruja, 372 — Fones 24-0951 e 21-8964 — Telex (057) 1605 — CEP 90.000, Porto Alegre, RS — Registro n.º 3370/Livro A1

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Oscar Lopes (Secretário), Luis Claudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, José Guaraci Fraga, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Henrique Bastos, Edgar Vasquez (Conselheiros de Administração), João Borges de Souza, Tomás Trindade, Alberto André, Agnieszka Schifano, Sérgio Becker, Antônio Gonzales, Carlos Mosmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (Diretor-Superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademir Vargas de Freitas, Afonso Ritter, Angela Riccardi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Antonio Monteiro, Carlos Alberto Koleczak, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clárcio Aquatopace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bomes da Costa, Erico Valduga, Eriq Quaresma, Floriano Soares, Gládis Barba, Inara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, João Valente, Juliana Nunes Pereira, Luciano de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marcos Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Targo Riccardi, Paulo Gerson A. de Oliveira, Pedro Maciel, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosivita Saueressig Laus, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Cláudio Ferreira de Oliveira, Omar de Barros Filho, João Carlos Correia da Silva, Lenora Vargas, Leonilda Streliaev, Davino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparrelli, Mariestela Baires, Luiz Rache Vitellio F., Telmo Zanini, Lara Bendati, Atílio Licks, Rogério Mendelick, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sauer, Jaime Klimentowicz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alípio Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Schmeier, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schuler, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Paulo Burt, Gomercindo Coutinho, Carlos Salzano, Laíla Pinheiro, Mariléia Schilling Osorio, Hélio Gama, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Oly Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Vison Hölderbaum, Carlos Fábregas, Jussara Pereira Coelho, Luiz Paulo de Pilla Vargas, Paulo Roberto Maciel, Luiz Altonio Franz, André Pereira, Eugênio Bortolotto, Mário Luiz Matuleira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparrelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Ben David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Francisco Nascentes, Beatriz Polidoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnaud, Ivan Pinheiro Machado, Marom João da Silva, Luiz Augusto Rebês de Abreu, Vera Regina Martini, Amara Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuzi Tascá, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Surtete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo, Fátima, Santa Irene Rosa, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kartz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueiredo, Izaporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteché, Neuzi Maria Ribeiro, Edgar Flanello, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Agnaldo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Rele Douradem, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Ribeiro, Edson Gomes Chaves F., João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Veraine Maria Silveira, Adrialdo Bauer Spindola Correia, Vera D. Barcellos, Sylvia Loureiro, Humberto Andreatta, Christa Berger Kuschick, Maria Enéida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Afonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebês Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Ana Elusa Sperber Rech, Milton Web, Maria Helena Brancher, Maria Luiza Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sertica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najaj Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedruzzi, Carlos Roberto Dreminis, Ricardo Schmitt, Carmen Maria Lavaggiuerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Tereza Costa, Juarez Fonseca, Carlos Gilberto X. da Rocha, Jorge Gallina, Maria Elor da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Klein, Valmário Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Garcez, Luiz Teimo Emerim, Valdir da Silva, Norberto Hoffmann, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Gilberto Ribas dos Santos, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano, San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugênio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanzado, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldemar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Wilson Silveira de Moura, Enio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Lara Terezinha Schilling Pereira, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedruzzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luiz Goulart Prévini, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guisacy de Souza Cunha, Marco Túlio de Ricardo Mauro Cesar Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Iotário Neuberger e Ubirajara Silva Prates; Antônio Canabarro Irois Filho, Benedito dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez, Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zoratto Sanvicente, Riomar Quevedo da Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Raul Bessio, Ricardo Bolsoni, Miria Vieira Coelho e Juvenal B. da Luz Neto.

Associação à
AJOCOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Falávamos da coerência e da dignidade do compositor Chico Buarque de Holanda quando ele chegou. Banhozinho tomado, camisa fora das calças, simples, sorridente. O Chico de sempre.

Éramos quatro à sua espera, no apartamento do crítico musical Tarik de Souza, no Rio. Bebia-se uma cachacinha mineira, mineiramente.

Ele ajudou a testar o gravador ("Cuidado com essa maquininha que ela é marota"). Atento, ouviu nossas explicações, o que queríamos dele. Serviu-se de uma pequena dose de uisque sem gelo e disse:

— Então vamos lá, vamos ver se dá certo. Tem dias que eu estou muito burro e não sei nada que preste.

Foram quase três horas de papo gravado. E, como você poderá ver na página 18, Chico não estava nada burro naquela noite. Como sempre.

● ● ● ● ●
Durante dois meses, três repórteres penetraram na intimidade desse monstro que é a TV Globo. Seu trabalho rendeu as coisas mais completas que se publicaram sobre o assunto no país: uma reportagem de capa da revista *Veja* ("A Hollywood Brasileira") e, depois, um esplêndido livro-reportagem intitulado *O Ópio do Povo. Um desses repórteres, Hamilton Almeida Filho, é o autor do artigo da página 10 sobre o homem que era "a própria imagem" da Globo e agora é o desempregado mais caro do Brasil.*

● ● ● ● ●
Qual o jornal mais importante e influente do mundo? Certamente não há um consenso na resposta a esta pergunta. Mas é certo que toda vez que esta discussão for levantada o nome do *Le Monde* estará em evidência. Há 32 anos este diário de Paris, de propriedade de uma cooperativa de jornalistas, publica um diário sério, equilibrado, e, sobretudo, muito bem informado. Nas últimas páginas desta edição você encontrará uma síntese das idéias e dos princípios que regem a vida do *Le Monde*. É uma entrevista que seu diretor de redação, Jacques Fauvet, deu à televisão francesa em fins do ano passado, traduzida especialmente para nós por Zélia Leal, coo-jornalista gaúcha que vive em Paris atualmente.

● ● ● ● ●
Carlos Lacerda, não há dúvida, foi uma das personagens mais ricas da vida brasileira dos últimos 30 anos. Parece, no entanto, que estamos perdendo a capacidade de olhar para trás com o mínimo de isenção. Pelo menos é esta a impressão que deram os nossos mais respeitados jornalistas com sua cobertura sobre a morte de Lacerda.

Pode ser mais cristão, digamos assim, ver apenas o lado bom das pessoas que morrem. Mas quase sempre é pouco verdadeiro isso e — para um país de presente atribulado e futuro impreciso como o nosso — é perigoso, especialmente tratando-se de figuras tão importantes como Lacerda. "Um povo que não conhece a sua história está condenado a repetir os erros do passado", diz um filósofo, numa frase muito citada, mas, pelo que se vê, sem muito crédito por estas bandas.

Nas páginas 15, 16 e 17, a nossa limitada contribuição para que se entenda sem muitas distorções essa figura que, como diz Jânio Quadros, era dada a "vãos de água e mergulhos de martim-pescador".

O Editor

A cartazina de Carlos Lacerda na capa é criação de Lan, reproduzida do original arquivado no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Movimento

Carta aberta:

Nós, abaixo assinados, conselheiros, editores, redatores, repórteres, colaboradores, funcionários, membros de sucursais e correspondentes de Movimento, nos consideramos excluídos e portanto nos demitimos deste jornal que ajudamos a construir. Essa situação se deve a:

1 — Durante um tempo prolongado a direção do jornal afirmou uma linha editorial que não satisfazia o consenso mínimo do conjunto de pessoas que nele trabalhava. Essa posição editorial manifestou-se básica e explicitamente nos "Ensaios Populares", seção considerada como o editorial de Movimento.

2 — Em razão dos métodos de trabalho (de participação e de decisão) vigentes no jornal, definidos por uma estrutura burocrática que mantinha fechado o poder de decisão, embora aparentasse abri-lo em discussões amplas, qualquer consenso estava longe de ser alcançado. E a direção do jornal objetivamente não se interessou em promover o consenso através de métodos democráticos.

3 — No dia 29 de abril, após mais de 12 horas de reunião, o Conselho de Redação, mais um membro do Conselho Editorial, por nove votos contra cinco e uma abstenção (ausentes três membros do Conselho de Redação e seis do Conselho Editorial) aprovaram uma proposta de direção que, no fundamental, legitima a atual linha editorial e confirma também o poder dessa estrutura burocrática que

levaram à quebra do consenso acima apontado. A partir daí continuar no jornal implicaria em ser conivente com tal perspectiva.

4 — Consideramos, assim, rompido os compromissos que Movimento assumira, em seu nº Zero, com o público leitor, com todos os que apoiaram e com aqueles que nele trabalhassem ou viessem a trabalhar. Lá se dizia, explicando a formação da idéia de Movimento, que o sentido do empreendimento era "prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato e de direito, ou seja, também juridicamente, tivessem poder de decisão para garantir a observação de suas idéias".

5 — Ao contrário dessa democracia de fato e de direito, chegamos, em Movimento, a uma situação semelhante àquela descrita pela própria equipe que saía de Opinião em 1975: "Era como se num projeto que pertencia de fato a várias pessoas, uma das partes tomasse uma decisão fundamental unilateralmente" (Movimento nº Zero, página 4).

6 — Manteremos a partir de agora, em relação a Movimento, um apoio crítico no sentido de que ele se reencontre com os compromissos assumidos em seu nº Zero. E reafirmamos nosso compromisso em favor de uma imprensa independente e democrática. Flávio Aguiar, Alberto Duarte, Jean Claude Bemadet, Francisco de Oliveira, todos membros do Conselho de Redação. A carta contém mais 34 assinaturas de repórteres, editores, colaboradores, pessoal de arquivo, pesquisa e administração, de São Paulo, Salvador e Belo Horizonte.

U-LÁ-LÁ, TCHÊ!!



Força aos heróis

Alô gente boa:

Perdoem o tempo de silêncio. Andei recebendo alguns Coojornais. Ótimos. Gostei muito mesmo, principalmente da edição sobre a morte do Jango. O jornal voltou às minhas mãos todo amassado, depois de ter passado por toda a colônia brasileira de Lyon. Recebam os cumprimentos de todo o pessoal pela excelente matéria. Também valeu a entrevista sobre o Getúlio. Recapitulações históricas são sempre importantes, principalmente para nossa geração, que recebeu uma informação alienante da história de nosso país e nosso povo. Isto, vamos dar força aos nossos heróis ainda que eles sejam caricaturas, para despertar a reflexão. Zélia Leal, Lyon, França

Demoniacamente

Prezados amigos:

Estamos encantados com o *Coojornal*. Continuem neste sentido que em seguida terão muitos portos! Força aí! — Liselotee O. Heuser, Porto Alegre.

Caros amigos,

Não tenho muito a dizer-lhes porque o necessário vocês mesmos sabem relatar com muita inteligência. Só posso deixar aqui meus cumprimentos pelas excelentes reportagens e a certeza de que continuarão por muito tempo abrindo caminho nesta selva. Um abraço. — Pery Marzullo, Porto Alegre.

Senhor Editor:

Remeto anexo Cr\$ 80,00, correspondentes à assinatura anual do *Coojornal*, jornal que ilustra, admiravelmente, os profissionais de imprensa que se uniram dentro da doutrina da solidariedade. O *Coojornal* é mais um exemplo de como se deve valorizar a criatura humana. Parabéns. — Genaro G. Krebs, Santo Ângelo.

Meus amigos:

Quero reiterar os meus cumprimentos pela excelente condução que tem sido dada à cooperativa, destacando especialmente a elevada qualidade e a coragem intelectual com que tem sido editado o nosso *Coojornal*. — Mário Luiz Madureira, Porto Alegre.

Caros colegas,

Depois do primeiro, demoniacamente, passei a ler todos os números do *Coojornal*. Primeiro, como filante; hoje em dia, como assinante.

Não vou me desmanchar em elogios, por desnecessários. Direi apenas que os colegas, além de tópicos muito oportunos para a época em que sobrevivemos, têm sacado reportagens do melhor nível, como o caso "Dúvidas um ano depois do grande incêndio", sobre o incêndio da Renner.

Só uma reclamação: recebi o número de abril em maio. Vocês devem o nosso jornal com atraso ou o enviam por tartaruga? — Marco Aurélio B. Guimarães, São Paulo.

Pergunte à ECT.

Cócegas na enfermeira

Caros amigos:

Tudo começou quando o doutor Delatorre resolveu fazer cócegas numa enfermeira. "É uma mania que ele tem", tentaram justificar os amigos, mas a irmã Domínicia da Silva, diretora geral do Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, fiel a seus critérios de castidade, entendeu a atitude "amistosa" do médico como um gesto libidinoso e dispensou seus serviços de cirurgião. O jornal Correio de Itajaí — o único sob censura prévia da imprensa catarinense — resolveu dar publicidade ao ocorrido, defendendo o médico e fazendo novas acusações que punham em xeque a austeridade do hospital que a recatada freira havia se encarregado de preservar.

Denunciou a tentativa de estupro ocorrida dentro de um dos apartamentos do hospital onde estava internada uma anciã de influente família itajaíense. O motorista das freiras, Jaemecil da Rosa, tentou à força contra a virgindade de uma menina que convalescia no Marieta. A anciã moribunda despertou com os gritos da menina e o escândalo estava armado. A direção do hospital, que pertence à rede estadual, processou o dono do jornal, Elias Adaime, por denúncia caluniosa, o que bastou para que novas denúncias aflorassem.

O enfermeiro de plantão na noite da tentativa de curra, Adenir José de Souza, em carta assinada, com firma reconhecida, afirmou que o hospital rejeitava sistematicamente o internamento de indigentes e ainda mais: "Vendia a pacientes do INPS ou a particulares remédios da Central de Medicamentos que deveriam ser distribuídos gratuitamente". Um médico cearense, o cirurgião plástico José Eliomar da Silva, também pôs-se a denunciar, e diz ter elementos suficientes para demonstrar que houve irregularidades e lançou um desafio: "provadas as inverdades de minhas acusações, dispensarei qualquer inquérito contra mim e, voluntariamente, me proponho a entrar na cela, trancar as grades por dentro e entregar as chaves ao carcereiro. Mas se for comprovada a verdade das denúncias, quero cadeia para os culpados". O INPS já concluiu inquérito sigiloso que, dizem, confirma as denúncias.

Existem mais coisas neste hospital, a versão catarinense dos Nossa Senhora da Conceição em Porto Alegre, mas por enquanto não passamos de rumores. Como o caso da morte de um velho médico, em consequência de uma dose excessiva de medicamentos — 120 gotas, quando a receita indicava apenas 12 — e a inutilização da perna de uma jovem que foi assada viva enquanto era submetida a uma operação com bisturi elétrico. O aparelho teria sido mal ligado e a chapa de ferro que fazia o fio-terra queimado até o osso da perna da paciente.

Arthur Monteiro, Blumenau, SC.

DOUTOR!
QUE HORROR!



Veio para a guerra e acabou num Grenal

Por Justo Piernes*

Depoimento de um jornalista argentino que veio ao Rio Grande cobrir a Guerra da Legalidade, depois de alguns sustos, acabou num campo de futebol.

Ano de 1961. Uma tarde qualquer na redação do Clarín, em Buenos Aires, onde há pouco eu tinha entrado. Uma ordem:

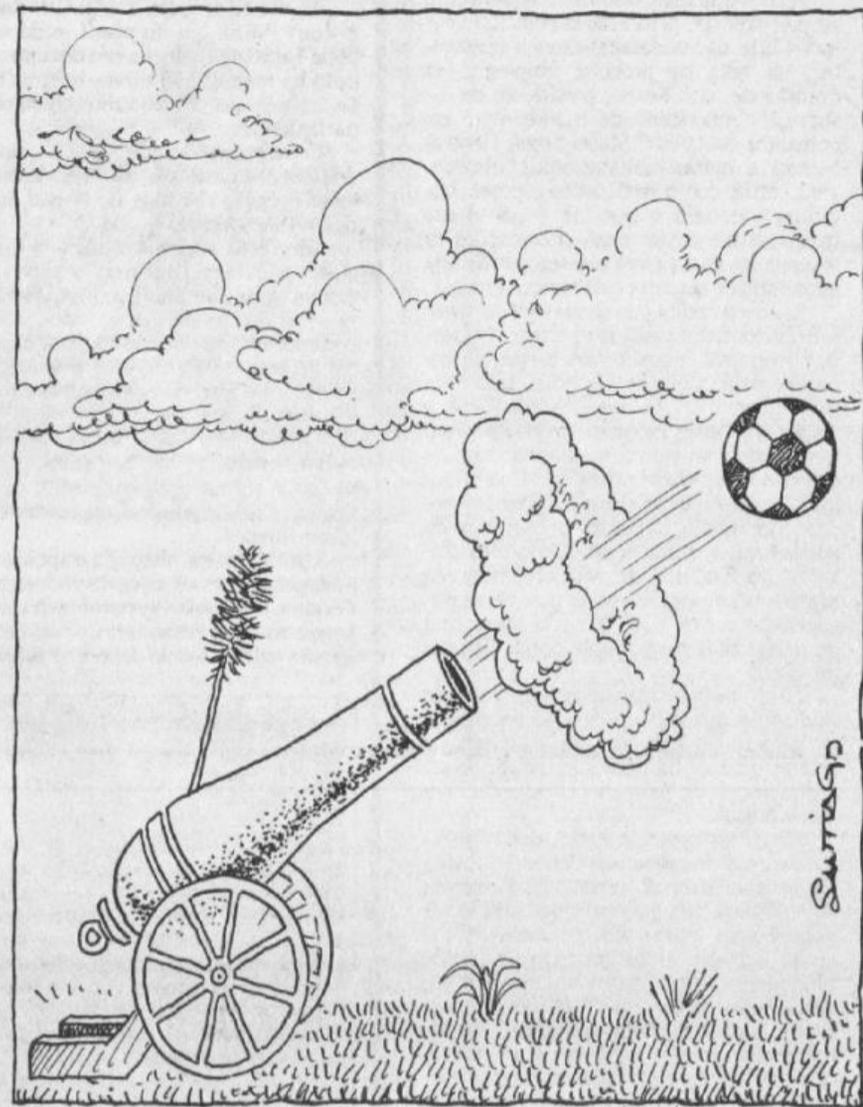
— Piernes, tens que ir a Porto Alegre. Está por estourar uma revolução.

E me larguei. Justo no dia em que o avião que trazia João Coullart, dos Estados Unidos aterrissava no aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires, em meio a uma comoção mundial. Tomei o último voo da Cruzeiro com destino a Porto Alegre, cujo aeroporto estava a ponto de ser fechado, logo de sua ocupação militar. Não pude. Houve uma pane no motor esquerdo do avião que precisou voltar e fazer uma aterrissagem de emergência. O resto foi azarado. Voei a Montevideu. Voei depois a Rivera para depois seguir por terra através de Santana do Livramento. Tampouco deu certo. Fazia uma semana que chovia sem parar. As estradas estavam obstruídas. As pontes carregadas pelas águas dos rios. Passei três dias vendo chover em Rivera e passando e voltando de Livramento para jogar no Cassino de noite.

A providência me levou a conhecer um senhor chamado Paz, rico fazendeiro em Livramento e íntimo amigo de Coullart. Ele tinha um aviãozinho e precisava "chegar a qualquer preço a Porto Alegre". O preço foi umas horas de voo numa manhã cheia de raios, nuvens baixas, ventos e chuvas. Era um inferno nesse avião anão, um Piper de um motor só. Deixamos a cabine vomitada até o teto, mas chegamos a Porto Alegre.

Aonde ir? A um jornal. Por quem perguntar? Por um velho amigo da crônica esportiva, o inesquecível petiço Edson Pires, que agora fico sabendo já se foi deste mundo. Edson me levou até a Folha da Tarde Esportiva, no prédio do Correio do Povo. Nunca mais me esquecerei dessa redação e de sua gente. Me deram tudo, ao ponto de me darem uma sala, uma máquina de escrever e até uma chave. No dia do pagamento me fizeram na fila para ver se me pagavam, tanto tempo eu estava ali.

Além dessa redação maravilhosa, havia uma guerra civil em marcha. E comecei a trabalhar na rua. Os caminhos do Exército carregavam *muchachos* até uma praça em frente ao velho mercado de Porto Alegre. Mães chorando. Noivas gritando. Irmãs abraçando os rapazes. Sim, iam à guerra. A Rádio da Legalidade — aquela cidade já era chamada a Capital da Legalidade** — fazia brotar as palavras inflamadas do governador do Rio Grande do Sul, don Leonel Brizolla. Era um fanático da sua causa. Também surgiam os comunicados



assinados pelo general Machado Lopes, comandante do III Exército, anunciando que apoiava o Rio Grande do Sul e que a luta seria levada até as últimas consequências. Foram dias de angústia e de espera. A guerra do Norte contra o Sul era inevitável e iminente. Até passei um medo atroz naquela noite em que uma esquadilha saiu de São Paulo com instruções para bombardear o Palácio Piratini, onde Brizolla conversava com os correspondentes todas as noites enquanto sua mesa de despachos ia se enchendo de copos de vinho. Recordo aquela chamada do telefone e as palavras definitivas de Brizolla:

— Senhores. Vem bombardear o Palácio. Vocês são estrangeiros e não devem correr o risco de morrer por uma causa que não lhes pertence.

Já iam os emboras. Mas Abel Maure, um grande jornalista, correspondente da Reuters em Buenos Aires, disse a frase célebre:

— A notícia está aqui. E os jornalistas devem estar junto da notícia.

E os cinco que rodeávamos a mesa de Brizolla — sempre com sua metralhadora dependurada no ombro — esperamos inertes, enquanto o governador ia recebendo minuto a minuto a marcha da esquadilha que ia nos liquidar a todos. Faltam 10 minutos, cinco, dois, um. Cessou o ruído de motores. As luzes do Palácio, que haviam sido apagadas, foram reaccesas. Voltamos a tomar o copo de vinho nas mãos. Já não tremíamos. Evidente: tinha sido um aviso. Na próxima vez...

Não houve próxima vez. Estávamos comendo num dos lindos restaurantes do velho mercado, onde se misturavam o bom churrasco com o vinho *elas chicas* da noite porto-alegrense, quando tomamos conhecimento de mensagem de Coullart desistindo de forçar a resistência do Sul e aceitando entrar no jogo pacífico e institucional.

Voltaram los *muchachos del frente*. Mais mães, irmãs, nuvas. Mais lágrimas. Agora de alegria. Fui ver Brizolla. Já não

tinha a metralhadora. Estava convertido numa fera. A bronca lhe saltava pelos olhos.

— Jango está enganado. E vai pagar caro.

Foi uma espécie de profecia e a última nota sobre *la guerra* que enviei a Clarín. Já era sexta-feira e pensava retornar no sábado. Não pude. Los *muchachos* da Folha Esportiva e meu amigo Edson Pires não deixaram. É que no domingo jogavam Internacional e Grêmio no histórico Estádio Olímpico. Como iria embora sem ver o jogo, o Grenal! Fui ver. E até tive a honra de que um comentário sobre o jogo saiu assinado por mim e escrito em espanhol.

Ninguém se lembrava da guerra. Nem dos recrutas. Nem dos do Norte. Nem dos do Sul. Estavam todos ali juntos, apinhados no estádio. A guerra era história. O canhão tinha sido substituído por uma bola de futebol. As metralhadoras por 22 jogadores, um juiz e dois bandeirinhas.

* Argentino, 58 anos, 40 deles exercendo jornalismo, Justo Piernes foi redator da *United Press*, da revista *Leoplan*, do jornal *Crítica*; ex-chefe de redação do *Correio de La Tarde* e do matutino *Clarín*. Foi preso, uma ocasião em Quito, sob a acusação de mentiroso, por ter informado que as forças armadas preparavam um golpe contra Velasco Ibarra. Duas semanas depois, o derrotado e exilado Ibarra congratulou-o em Buenos Aires pelo tiro. Escreveu o livro *Cronicas con Bronca* e até o ano passado foi secretário geral da *Unión de Jornalistas Profissionais de Argentina*.

**O episódio conhecido como Legalidade foi um movimento liderado pelo então governador Leonel Brizolla, em 1961, para garantir a posse do vice-presidente João Coullart, seu cunhado, no cargo de Presidente, veu com a renúncia de Jânio Quadros.

Atrás do sorriso pode ter um espião

A conversa fácil, o sorriso e aquela dose de persistência, já não são as principais virtudes que os vendedores devem apresentar, na hora de procurar emprego. Na opinião de John Keane, presidente da Associação Americana de Marketing e ex-consultor da United States Steel, General Motors e outras multinacionais, eles deverão atuar como verdadeiros espiões, bisbilhotando tudo o que faz e pensa sua freguesia e repassar essas informações ao seu patrão. Isso evitará que seu patrão seja apanhado de surpresa pela concorrência.

Keane acredita que se suas idéias tivessem encontrado seguidores entre as grandes empresas, essas firmas teriam se antecipado a algumas decisões que lhes prejudicaram. "Um exemplo é a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, que poderia ter sido neutralizada antes de tornar-se realidade", lembra. Keane sugeriu a espionagem como função de vendas durante o I Congresso Brasileiro de Marketing, encerrado dia 18 do mês passado, no Rio, perante uma embaixada platéia de quase 500 pessoas, que se inscreveram a Cr\$ 1.600,00 cada uma, para ouvir algum conselho sobre como exportar produtos.

E foi exatamente sobre isso que ele dedicou a maior parte de sua conferência — o mercado externo, suas artimanhas e muitas lutas de bastidores, envolvendo até a diplomacia do país, para conquistar consumidores.

Keane esclareceu, porém, que o sucesso de uma investida não depende apenas da agressividade nas vendas, mas também de muita malícia para perceber problemas geopolíticos e tirar proveito deles. Citou como exemplo a possibilidade do fim do bloqueio a Cuba, que tem um mercado consumidor de cerca de 13 milhões de pessoas. E ainda o rompimento de relações comerciais entre a Inglaterra e a Rodésia, que abria tanto o campo para produtos industrializados naquele país africano, como o de matérias-primas aos ingleses.

Mas o problema maior de quem pretende avançar sobre o mercado externo ou conquistar posições no seu próprio país é a eterna competição entre os vários fabricantes pela mesma fatia do bolo. Keane não se esqueceu disso. Esclareceu, em ligeiro tom de lamentação, que as recentes denúncias sobre os lucros das empresas norte-americanas no estrangeiro e sua conhecida prática de marketing, "principalmente na área de subornos", acabaram provocando uma pressão crescente e legislação severa, estabelecendo um controle na base da marcação *homem-a-homem* sobre as firmas norte-americanas. E advertiu: "É uma reação que tende a se espalhar."

Durante todo o seminário, Keane esteve assessorado por um conterrâneo, que segundo ele será o novo presidente da entidade, após as eleições, daqui a três anos. A exemplo de outros lugares onde os eleitos são conhecidos antes da abertura das urnas, o embaixador justifica a iniciativa com seu habitual pragmatismo: "É para não perder a continuidade."

Durval Guimarães

Rio São Paulo

O Coojornal está à venda em São Paulo e no Rio. No centro, nos bairros, nos aeroportos e em Livrarias.

"Destruíram a Constituição" (Osório, em 1870)

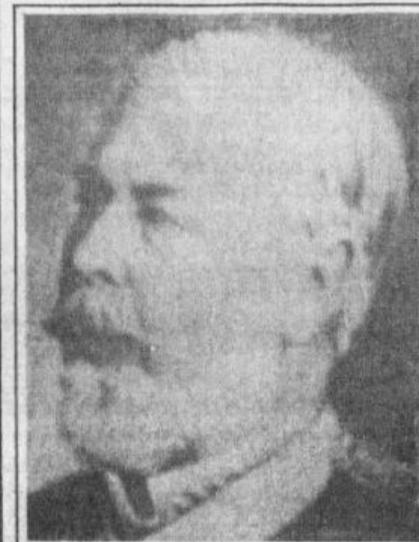
No dia 12 de maio o deputado Romildo Bolzan (MDB) leu no plenário da Assembleia Legislativa gaúcha um documento escrito há mais de 100 anos e que, no entanto, conserva-se atualíssimo, como disse o parlamentar.

Comemorava-se o Dia da Cavalaria, e o documento tratava-se da carta escrita por Osório, então Visconde do Herval, ao Conde de Porto Alegre.

Em 1868, a guerra contra o Paraguai ainda não terminara, mas o general Luiz Osório voltou ao Brasil, gravemente ferido por um tiro no maxilar inferior. Aqui encontrou um tenso ambiente político: o Partido Liberal havia caído e o Conservador tomado o Poder, num dos golpes de estado da nossa História.

O Partido Liberal havia se lançado numa campanha de reformas políticas, pedindo a ampliação do direito de voto, fim da vitaliciedade do Congresso e outras idéias liberais.

Osório mostra simpatia e apoio a essas idéias, como se vê na carta endereçada ao Conde e publicada em parte pelo colonista Sérgio da Costa Franco no Correio do Povo, a fonte utilizada pelo deputado Bolzan:



Osório: pela moralidade política

"Ilmo. e Exmo. Sr. Tenente General Conde de Porto Alegre. Pelotas, 5 de janeiro de 1870. Tenho presente a carta de V. Ex.^a de 29 de dezembro p.p. em que me fez saber o trabalho pretendido pelo Centro Liberal no sentido da união do partido e natureza e extensão das reformas que o mesmo partido deseja fazer triunfar. Respondendo a V. Ex.^a declaro que me parece muito conveniente a marcha projetada. V. Ex.^a sabe que me falece força intelectual para tão grande assunto, porém, tenho confiança no direito e nos homens que estão à testa da direção do Partido. Também me parece que a extensão das reformas não será só de leis que pouco a pouco foram destruindo o sentido de nossa Constituição e fazendo-nos retrogradar para o despotismo de muitos acabrunhando o povo brasileiro pela centralização que mata o espírito público; a moralidade política também precisa ser levantada, visto como chegamos a um estado que os homens do poder mudam de cor e põem de parte a lei, os interesses do povo. A Magistratura não tem independência; o poder joga com ela no sentido de sua conservação sem o menor respeito ao direito individual do cidadão. Por este caminho vai a garra e a garantia da vida, da fortuna e da família. A Guardia Nacional está degenerada em vil instrumento de compressão e nem nesse exercício consegue a própria garantia, porque muda de sorte mudando de senhor. A lei eleitoral é uma desordem projetada e levada a efeito para impedir a liberdade do voto e o resultado desse sistema não nos dará nunca o governo real das maiorias. O partido vencido pela força estará em constante conspiração em prejuízo do progresso. V. Ex.^a bem vê quanto será doloroso à Nação cujos representantes só podem ser designados pelo governo. O Fisco, o exército da polícia, são tão incômodos na nossa terra, e a nossa vida política é tão extravagantemente exercida que eu não sei

qual a Nação que simpatize conosco. A emigração para o nosso país é difícil, e finalmente, Sr. Conde, desejo as reformas mais convenientes à nossa Pátria, para que livres marchemos à prosperidade; e confio muito que V. Ex.^a e o Centro Liberal farão quanto nos seja útil, para o desenvolvimento de boas idéias que o Partido Liberal tem enunciado. Parece-me que a questão servil deve quanto antes receber o princípio de solução — o ventre livre, o ensino livre, a liberdade religiosa, as reformas municipais, são assuntos que me parecem merecer muita atenção. V. Ex.^a sabe que não tenho pretensão de ser político, mas sabe que sou da oposição desde 1838, que comecei a pensar nos males de meu país e contudo me sinto impossibilitado para tratar d'estes assuntos; falo deles a V. Ex.^a para dar-lhe como pede uma prova de meus acatamentos de respeito. Concluindo, direi mais a V. Ex.^a, que me parece bom desde já discutir pela imprensa a conveniência e justiça de ser incluído nos soldos dos oficiais militares o que hoje se denomina terça parte e adicional. V. Ex.^a é bem perspicaz para ajuizar da conveniência desta proposta em favor de uma classe que conhecemos e que vivendo sem futuro e sem direitos, ainda conserva abnegação pela Pátria e respeito à lei, ao ponto de não ser admitido nos ministérios de sua profissão: porque o egoísmo não admite virtudes patrióticas. Desejo, Sr. Conde, que o Império do Brasil se regenere, porque se no meio de tanta desmoralização resvala a Monarquia da América, nós que desde a infância a temos ajudado a defender, veremos o resto de nossos dias nadando em sangue e a Pátria anarquizada pelos maus costumes. Estimarei que V. Ex.^a tenha gozado boa saúde e sou com estima e consideração de V. Ex.^a. — Visconde do Herval."

Sucessão: se der empate, Geisel decide

O presidente Ernesto Geisel possivelmente será o primeiro chefe da Revolução a fazer seu sucesso. Isto porque sua discreta presença entre as articulações iniciais criaria as condições para o presidente da República intervir no processo, na condição de árbitro, valendo sua preferência como indicação.

Desde que surgiram os primeiros nomes, dias após sua posse, em março de 74, o presidente tem-se mantido equidistante, mas não tem se omitido: em algum momento sempre prestigiou um ou outro aspirante, sem, contudo, definir-se.

Embora a candidatura do atual chefe do SNI, general de divisão João Batista Figueiredo, seja falada desde o primeiro dia (ele é o candidato mais antigo), na verdade somente em abril de 1977 ele pareceu receber o sinal verde para "tocar" sua candidatura.

Antes, em meados de 1976, o candidato mais evidente era o general Reinaldo de Melo Almeida, então comandante do I Exército. Durante a crise paulista, em outubro de 1975, que terminou com a reforma do comandante do II Exército, general Ednardo Ávila. Almeida foi um dos mais influentes chefes a apoiar a decisão do presidente de intervir em São Paulo. Mais tarde, na crise gerada pelas bombas

da AAB e pisódios envolvendo acidentes de trens da Central do Brasil, Geisel deu a Almeida inteira liberdade de ação. Naquela época, os analistas militares achavam evidente a candidatura Reinaldo, embora o fenômeno da reforma compulsória permanesse como uma ameaça. Contudo, Almeida permanece na ativa, no Superior Tribunal Militar.

Nessa mesma época surgia a candidatura do diretor de Material Bélico do Exército, general Euler Bentes Monteiro, considerado pelos expertos como o herdeiro da liderança do general Afonso Albuquerque Lima, ex-ministro do Interior do governo Costa e Silva e postulante à presidência na eleição do presidente Emílio Garrastazu Médici. Bentes era tido pelos especialistas como "o cavalo que corre por fora", ou seja: um candidato que poderia aparecer irresistível no momento da escolha.

Mais tarde surgiu o que seria a candidatura natural, a do ministro do Exército, general Sílvio Frota. No início, seu nome era descartado, pois, diziam os analistas, "é tão evidente a candidatura do ministro que termina não saindo", ao explicarem o funcionamento do sistema. Contudo, ela surgiu e é hoje apontada como a mais simpática aos quartéis.

Finalmente, em abril, falou-se que o Planalto decidira autorizar a candidatura Figueiredo. Esta, no entanto, depende, ainda, de uma promoção, do candidato, ao posto de general de exército.

A quantidade de variáveis que comporá a decisão ainda não pode ser inteiramente avaliada porque não foram colhidos os resultados da luta anti-inflação do governo. É consenso entre os militares que as medidas de combate à inflação exigem unidade e coesão das forças armadas, disciplina de seus chefes e calma no trato da política, pois seus componentes impopulares, devido a medidas drásticas, poderão mexer no quadro, o que tornaria, eventualmente, precipitadas as medidas que fossem tomadas antes de esses resultados serem inteiramente avaliados. Por isso, somente em janeiro ou fevereiro seriam feitas as consultas. Se der empate, o presidente decide.

José Antônio Severo

Dificuldades do império Mesquita

A crise continua a perturbar o mais influente jornal brasileiro. Quase dois meses depois de ter iniciado um processo de demissões em massa de jornalistas e funcionários — até 31 de maio 800 já tinham sido dispensados —, o jornal o Estado de S. Paulo (e seu filhote Jornal da Tarde) continua afundado em dívidas e problemas, consequência direta do financiamento de 35 milhões de dólares feito junto ao Banco de Boston para compra de seu novo equipamento.

A dívida hoje sobe a 50 milhões de dólares (ou Cr\$ 750 milhões), fora os juros que vencem periodicamente. Agora em outubro, por exemplo, a empresa deverá resgatar um título de Cr\$ 98 milhões, referentes a juros e correções cobrados pelo banco norte-americano.

Além de tudo, o jornal que durante mais de um século orgulhou-se de sua isenção e liberalismo, vê-se agora obrigado a fazer o que sempre evitou: valer-se da ajuda do governo. A família Mesquita, proprietária da empresa S.A. O Estado de S. Paulo, teve um encontro com o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, informavam seus próprios funcionários no fim de maio. E o Banco Itaú, ligado ao atual prefeito paulista Olavo Setúbal, está dando o seu aval aos empréstimos do jornal, tentando aliviar sua crise econômica.

DISPUTA INTERNA

No silêncio da redação instalada junto à avenida Marginal do Tietê não há assunto mais palpitante que a crise do *Estado*. Ali se comenta que tudo começou depois da morte de Francisco Mesquita (1970), quando duas correntes começaram a brigar para fazer prevalecer suas idéias. Uma, defendida por Ruy Mesquita e Júlio de Mesquita Neto, pretendia manter a tradição do jornal e incrementar sua importância social, política e econômica. A outra facção, encabeçada por José Vieira de Carvalho Mesquita, primo de Júlio e Ruy, vê o jornal como apenas mais uma das fontes de lucro de uma futura grande empresa, investindo em fábricas de papel, ocupando a capacidade ociosa de seu parque gráfico em

outras atividades (uma editora, por exemplo) e outras incursões no mercado financeiro.

Uma das primeiras medidas desta última corrente foi a mudança de prédio, a primeira vitória dos tecnocratas. A crise que atinge todos os setores do país, desiludidos com o milagre, foi apenas a gota d'água para que os acontecimentos se antecipassem (*Coojournal* 16, maio de 77).

Uma das principais fontes de renda do jornal são os anúncios das imobiliárias e os de emprego. O baque no setor imobiliário e os índices de desemprego reduziram em 30% os classificados do *Estado*. A mudança de prédio e os defeitos de impressão do novo equipamento pioraram a situação. Naquela época, maio/agosto do ano passado, a maioria dos anúncios tinha de ser compensada devido à precariedade da impressão. Alguns chegaram a ser republicados oito vezes, sempre de graça.

O concorrente mais direto do *Estado*, a Folha de São Paulo, aproveitou a deixa para ganhar terreno. Aumentou a redação, procurou melhorar seu conteúdo e principalmente seu esquema de circulação. Houve muitos dias em que às seis da manhã a Folha já fora distribuída — enquanto o concorrente recém começava a ser impresso, para chegar às bancas perto do meio-dia.

AMIGOS DA CASA

As demissões dos jornalistas — perto de 80 nos dois jornais, computando-se as sucursais — aumentaram a tensão interna. Fernão Lara Mesquita, redator da Editoria Internacional do *Estado*, e filho de Ruy Mesquita, acusou Clóvis Rossi, chefe de redação, de "no mínimo mentiroso", a propósito de um memorial divulgado pela redação do jornal contra as medidas impostas pela direção.

Tudo girou a respeito da lista dos que poderiam ser dispensados, elaborada por Rossi. Alguns acham que ele nunca deveria ter entregue tal relação. Outros consideram que este foi o menor dos males. Pois a lista poderia ser feita pela direção e os



sobre Júlio Mesquita, e por outro lado de Murilo Felisberto, editor-chefe do Jornal da Tarde.

Evidencia-se aí uma clara punição à redação do Estado de S. Paulo. Nesta os jornalistas se movimentaram em favor dos colegas demitidos, realizando inclusive longas assembléias noturnas na sede do Sindicato dos Jornalistas. Ao contrário do que aconteceu no JT, onde Murilo não permitiu qualquer movimentação. Agora, Murilo estaria colhendo os frutos de seu comportamento no episódio.

"SENHOR HELOU..."

A crise do centenário jornal chegou às ruas, lógico. O concorrente Folha de São Paulo publicou dois discursos feitos na Assembléia Legislativa paulista por Wadi Helou e Alcides Franciscato, ambos deputados arenistas.

Ambos, em dias diferentes, abordaram com detalhes os acontecimentos, inclusive demissões. No caso de Helou, o próprio *Estado* deu uma pequena nota em negrito, acrescentando uma nota de redação: "Senhor Helou, cuide dos seus problemas".

A Folha de São Paulo chega a tratar com ironia os assuntos. Publicou a íntegra do discurso de Franciscato, que pediu ajuda "aos jornais que estão em crise", citando especificamente o *Estado*. Desta vez foi a Folha que deu uma nota em negrito, ao pé da notícia: "Ao referir-se a sérias dificuldades financeiras em que se debatem realmente algumas empresas jornalísticas, o deputado Alcides Franciscato faz generalizações que podem induzir a erro. De nossa parte, não estamos de maneira nenhuma incluídos naquele rol".

A julgar pela edição de 1976 dos "Maiores e Melhores" da revista Exame, é verdade. No listão das grandes empresas jornalísticas, referente a seus índices de endividamento em relação ao patrimônio líquido, a S.A. O Estado de S. Paulo liderava, com 80%, enquanto a Folha era a menos endividada, com um índice de 17%.

Mário Miranda

Mude para a poupança de renda certa.



Banco Maisonnave de Investimento S.A.

Perdão, Leitores

Por Luis Cláudio Cunha

Amizades latinas



General Pinochet...



...e o condecorado R. Marinho

Denunciado em toda a imprensa mundial pelo seu desrespeito aos direitos humanos, o governo chileno parece ter conseguido um aliado na imprensa brasileira: o jornal "O Globo", do Rio de Janeiro. Esta amizade acabou sendo materializada neste mês, quando o diretor de O Globo e dono da toda poderosa Rede Globo de Televisão, recebeu em seu gabinete a mais alta condecoração concedida pelo governo chileno a um estrangeiro — a Ordem de Bernardo O'Higgins, grau de Grande Oficial. A notícia foi dada pelo próprio jornal de Marinho em notícia de três colunas no alto de página e com foto, em sua edição de 3 de junho.

O embaixador chileno Bravo Muñoz

entregou a medalha, esclarecendo que "Roberto Marinho se tem destacado por sua amizade ao Chile". Já a matéria de O Globo diz que "nosso companheiro (Marinho)" agradeceu penhorado a manifestação de apreço e ainda mandou uma mensagem a seu amigo presidente: "Peço a gentileza de transmitir ao presidente Augusto Pinochet o meu mais caloroso agradecimento e a certeza de que tudo farei em minha missão jornalística, a serviço do Chile". Sem dúvida o general Pinochet deve estar entre os que, como disse o embaixador chileno na mesma cerimônia, dão "um voto de confiança, credibilidade na notícia propalada e na imagem difundida" pelo Sistema Globo.

A Bloch Editores — Manchete, Fatos & Fotos, Pais & Filhos, etc. — demitiu, entre fevereiro e maio, aproximadamente 80 funcionários de sua sede, na Praia do Russel, no Rio, onde funciona a fábrica de revistas do grupo. A medida não surpreendeu a ninguém pois esta é, afinal, uma prática comum em época de dissídio salarial. Adolpho Bloch pretendia — dizem diretores da empresa — reduzir em Cr\$ 500 mil mensais a folha de pagamento.

Amplia-se o sofisticado parque gráfico, constrói-se um novo edifício no Russel e investe-se continuamente em obras de arte, mobiliário, cortinas, automóveis, reuniões sociais. A conclusão não é difícil: aplica-se em máquinas e economiza-se em pessoal. Na revista Fatos & Fotos Gente, por exemplo, foram demitidos dois dos três últimos profissionais da equipe de reportagem e substituídos por estagiários que completavam o Curso Bloch de Jornalismo, ministrado por diretores de revistas da "casa". Estagiários — com salários baixos — deverão ser admitidos, também, na Pais & Filhos, cuja diretora foi demitida por não querer abrir mão de nenhum nome de sua equipe. As demissões têm, também, um caráter político: são determinadas por critérios financeiros, mas as cabeças são escolhidas segundo critérios políticos.

Toda a equipe da sucursal de Recife foi demitida por uma reavaliação salarial, o chefe pretendia uma reavaliação salarial. Quinze contínuos da sede do Rio foram cortados por terem assinado um memorando cordial em que pediam não fosse descontado do seu reajuste salarial um aumento ínfimo obtido em novembro último. Em Ele Ela foi demitida toda a equipe — exceção do diretor Narceu de Almeida —, depois da

tentativa de demitir dois redatores e de uma reação dos outros colegas. Na revisão houve até ameaça de sorteio para demitir três pessoas, que só não saiu porque se apresentaram três voluntários para serem cortados.

É importante registrar que não se tem conhecimento de que a Bloch esteja em crise e tampouco que esteja com pessoal em ociosidade. Em muitos casos os profissionais tiveram o contrato de trabalho rompido e foram convidadas a trabalhar como free-lancer, uma fórmula que a empresa está descobrindo para não correr riscos e não pagar os chamados custos sociais — 13º salário, férias, FGTS, INPS, etc. — com os empregados efetivos.

Depois de oito miseráveis anos, a situação dos funcionários do Jornal do Commercio, de Recife, pode melhorar. A série crise econômica e administrativa da empresa levou seus proprietários, a família Pessoa de Queiroz, a vender tudo (o jornal, mais o Diário da Noite, uma emissora de tevê e cinco de rádio) para um grupo capitaneado pelo atual governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti.

Os funcionários vêem agora a possibilidade de saírem — literalmente — da miséria, pois desde 1971 recebem apenas magros vales semanais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 250,00.

Teme-se, porém, no Recife, a nova orientação política do diário, pois seus compradores formaram uma singular com-

posição: 49% das ações pertencerão ao atual prefeito de Recife, Antônio Farias, que o atual governador pretende transformar em seu sucessor; 49% foram comprados por usineiros e comerciantes pernambucanos; e outros 2% pelo secretário do Trabalho, Joaquim Francisco, sobrinho do governador.

A inclusão de Francisco entre os compradores foi encarada em Recife como uma manobra de Moura Cavalcanti para fazer do jornal o seu porta-voz na campanha para o Senado em 78. Este controle sobre o diário seria reforçado por Farias.

Mais: diz-se em Recife que o MDB só espera que os novos donos assumam (o contrato foi assinado dia 27 de maio) o jornal para iniciar uma campanha denunciando favorecimentos e corrupção, pois a empresa deve Cr\$ 88 milhões e tem como maior credor o próprio governo. Desta dívida, Cr\$ 10 milhões são relativos a causas trabalhistas e Cr\$ 12 milhões a fornecedores, principalmente de papel.

Também grave é o fato de, enquanto os funcionários não recebem salários há anos, o representante da Justiça na empresa (pois está sob intervenção federal há oito anos) recebe mensalmente — sem nenhum atraso — 70 salários mínimos (Cr\$ 868,80 cada em Pernambuco), o que dá Cr\$ 60.816,00, e o editor-geral do Jornal do Commercio, Esmaragdino Marroquim, recebe 25 salários mínimos, ou Cr\$ 21.720,00 por mês.

Será preciso muito dinheiro para recuperar o império do velho senador F. Pessoa de Queiroz, de 86 anos, ambicioso a ponto de, em 1948, quando fundou o Rádio Jornal do Commercio, dar-lhe o slogan de "Pernambuco falando para o mundo".

Eleito senador no começo da década de 60, o velho Pessoa de Queiroz deixou as empresas com seu filho Paulo, um jovem sem muitas idéias e tido como "irresponsável" para tal função — costumava sair todas as noites com as vedetes que contratava para a televisão. As empresas foram entrando em falência, enquanto Paulo pensava apenas em construir uma gigantesca estação de tevê, uma espécie de super TV Globo do Nordeste. Até que em 1969 foi à falência e passou à intervenção do Governo Federal.

Surpresa geral em Santa Catarina: derrubando outros quatro grupos catarinenses, o grupo gaúcho Rede Brasil Sul de

Comunicações — jornal Zero Hora, Rádio e TV Gaúcha — venceu a concorrência para exploração do Canal 12 de Florianópolis.

Surpresa porque dois dos grupos catarinenses eram ligados a oligarquias Ramos da Silva e Konder Bornhausen, que compõem as duas alas da Arena local.

Mais: o resultado da concorrência poderá determinar a venda do Canal 2, TV Cultura, a única emissora da capital, ao outro grupo gaúcho, a Caldas Júnior — Correio do Povo, folhas da Manhã e da Tarde, Rádio e TV Guaíba — ou uma composição entre as duas empresas — CJC e TV Cultura.

Apesar de temer a futura concorrência, o diretor-presidente da Cultura, Darci Lopes (que em maio esteve em "visita de cortesia" ao diretor-presidente da Caldas Júnior, Breno Caldas), evita falar sobre a conquista da RBS. Só joga lenha numa, por enquanto, pequena fogueira: "Nem tem que falar são os grupos derrotados na concorrência. Se eu fosse um deles teria muito a dizer, pois venceu logo um que não é catarinense".

De qualquer forma, o fato consolida a investida da RBS no mercado catarinense.

O 1º Encontro Gaúcho de Mídia, promovido pelo Grupo de Mídias do RS nos dias 2, 3 e 4 deste mês, fez um belo sucesso. Perto de 400 pessoas participaram — e durante os três dias receberam uma tonelada de informações e dados sobre todos os veículos de comunicação social.

Quem não esteve lá, no entanto, pouco soube do que aconteceu, pois os jornais de Porto Alegre, alimentando velhas picuinhas, divulgaram apenas informações parciais. Isto é, os jornais da Caldas Júnior só gastaram tinta e papel para mostrar o que seus representantes e os expositores de outros estados disseram. Idem para Zero Hora, que só escreveu sobre o que lhe interessava diretamente.

Nenhuma linha foi escrita sobre os debates que se realizaram no fim de cada sessão — e foram estes justamente os que mais despertaram a atenção de todos. O rádio, por exemplo, foi acusado de estar longe de usar todas as suas potencialidades, o que provocou um acirrado debate, pois os representantes gaúchos do setor não admitiram este fato.

Aos mídias, um grande abraço pelo sucesso do encontro.

Aos diários, pêsames.

Já que a era é dos tecnocratas, vamos aprender a falar bonito também, por que não?

A receita é dada por um norte-americano, lógico, um cidadão qualquer, segundo a revista Newsweek, que observou que só fazia carreira quem falasse empolado. Ele fez uma composição de palavras que permite a qualquer um falar com uma certa autoridade em qualquer tipo de conversa — e melhor, sem que os outros entendam nada do que se diz mas ao mesmo fiquem constrangidos em pedir explicações.

O método é simples. Basta escolher ao acaso um número qualquer de três algarismos e se buscar a palavra correspondente a cada algarismo em cada uma das colunas do quadro abaixo. Por exemplo: se você escolher o número 458, vai formar a expressão "Dinâmica global estabilizada". Vá em frente — e seja o destaque no próximo coquetel em que participar.

COLUNA 1	COLUNA 2	COLUNA 3
0 — Programação	0 — Funcional	0 — Sistemática
1 — Estratégia	1 — Operacional	1 — Integrada
2 — Mobilidade	2 — Dimensional	2 — Equilibrada
3 — Planificação	3 — Transacional	3 — Totalizada
4 — Dinâmica	4 — Estrutural	4 — Insumida
5 — Flexibilidade	5 — Global	5 — Balanceada
6 — Implementação	6 — Direcional	6 — Coordenada
7 — Instrumentação	7 — Opcional	7 — Combinada
8 — Retroação	8 — Central	8 — Estabilizada
9 — Projecção	9 — Logística	9 — Paralela

EQUILÍBRIO

O País necessita não apenas reduzir deficit, mas também alcançar superavit. A preocupação converte-se em dever de todos. Das autoridades e dos cidadãos. Dos indivíduos e das empresas.

Mais que nunca é preciso exportar.

A SAMRIG, além de produzir farinhas, farelo, óleo comestível, margarinas, gordura vegetal, lecitina, sabões, proteína isolada de soja, para milhões de brasileiros, há muito que vem participando do mercado exterior, es-

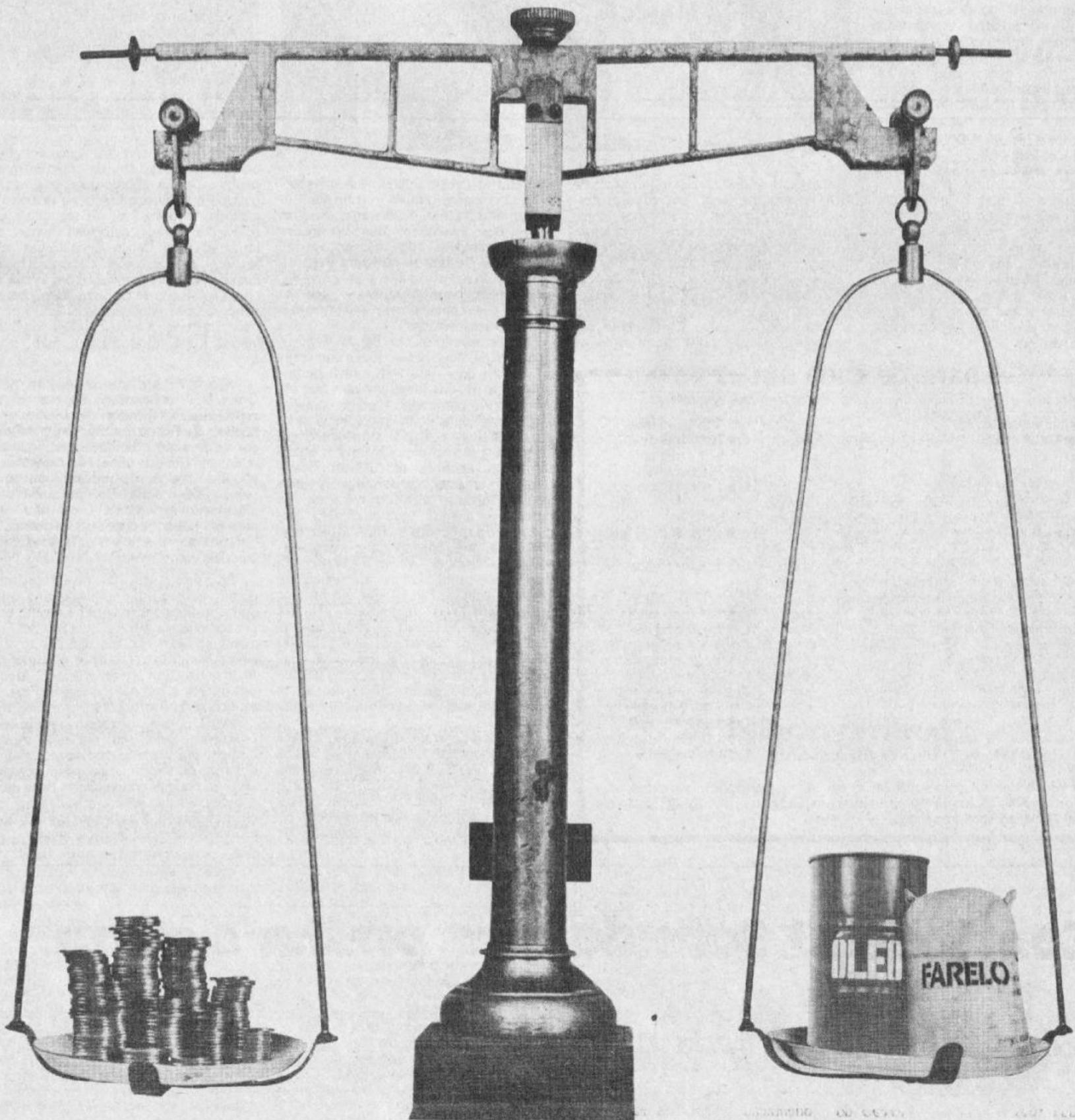
coando seus excedentes para diferentes países do mundo.

De 1972 a 1976 a SAMRIG exportou US\$ 314,894,300.00, despendeu US\$ 7,763,360.00, gerando, portanto, US\$ 307,130,970.00 em divisas líquidas.

Ajude o Brasil a produzir divisas e a economizá-las também.

Assim, vencendo os desafios do presente, construímos solidamente para o futuro.

SAMRIG
S.A. MOINHOS RIO GRANDENSES



A gente paga, mas não fica sabendo de nada

Quem não se cansou de ler até o fim o longo trabalho (21 laudas) do Banco Central sobre as estrepolias do mercado financeiro, divulgado, certamente já não era possível esconder tudo, certo que ficou assombrado. E não apenas pelo fato de que se tenha gasto dos cofres públicos, para "manter a confiança no sistema financeiro", nada menos de Cr\$ 18 bilhões e 200 milhões que serviram para cobrir os rombos financeiros de 141 firmas. Mas porque isso tudo foi feito sem que o público tivesse a menor possibilidade de acompanhar o desenvolvimento dos processos.

Os menos avisados devem ter ficado animados com o tom enérgico do relatório, onde não faltam expressões como "ação saneadora", "rol das penalidades", "detenção e reclusão dos infratores", "a mão da lei os tem alcançados". O rigor das autoridades tem encarregado de defender o público dos maus administradores, mantendo assim a confiança no mercado financeiro, parece não ter limites.

Para os leitores que possuem um mínimo de informação, no entanto, o assombro provocado pela leitura do relatório do Banco Central é de outra natureza. A linguagem enérgica não os impressiona, pois elas derivam basicamente de duas circunstâncias: 1) o momento político aconselhava que ela fosse adotada, já que se tornara inevitável a divulgação de dados desconfortáveis; e 2) ninguém duvida de que a legislação brasileira sobre o assunto seja extremamente atualizada e que preveja duras penalidades. Mas em alguns países, como se sabe, há uma distância enorme entre a lei e sua aplicação. A verdade é que, da mesma forma quanto ganhar dinheiro, também para livrar-se das grades a imaginação não tem limites.



Mas parece ainda mais sinistro o fato de que aparentemente o Governo julga desnecessário fornecer informações complementares sobre os casos. O problema, no entanto, é que sobre tais assuntos não podem ser baixadas cortinas de silêncio. Na verdade, o mínimo que se pode desejar para homens de negócios que armam arapucas para o público, é que seus nomes e suas histórias sejam devidamente conhecidas. E neste episódio, sem contar as

empresas do Grupo Decred, que acrescentarão mais alguns bilhões — entre 4 e 5 — de cruzeiros ao total das despesas, e outras instituições financeiras que se encontram às vésperas de intervenção semelhante — e que já custaram mais algumas centenas de milhões de cruzeiros não incluídos na primeira lista —, são 141 histórias com começo, meio e fim que ainda não foram reveladas.

Alguns exemplos. O Banco Central, uma semana, dois meses ou um ano antes do estouro do Grupo UEB estava perfeitamente a par das irregularidades que estavam sendo praticadas. E porque pagava diariamente uma certa importância para que a área financeira do grupo não fechasse o seu caixa em déficit, sabia que o grupo enfrentava enormes dificuldades financeiras. No entanto, não deixou apenas que uma organização visivelmente arruinada continuasse a emitir letras de câmbio, certificados de depósitos e outros títulos que eram colocados junto ao público. Segundo apurou o repórter Walter Clemente, da Gazeta Mercantil, apenas na região de Taubaté, vale do Rio Paraíba, no interior paulista, um único intermediário — Naufal Distribuidora de Títulos — afirma que os poupadores da região possuem Cr\$ 200 milhões em títulos da Independência-Decred que agora certamente serão usados para empapelar parede (parte das letras foram colocadas no próprio dia da intervenção).

O Banco Central e o Governo fizeram pior. Quando José Luís Moreira de Souza foi eleito, pela 13.ª vez consecutiva, para presidente da Adeçif, no Rio — faz parte da história do mercado financeiro uma doentia e irracional solidariedade entre os membros desta comunidade, enquanto os

escândalos não vêm a público —, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, e o presidente do Banco Central, Paulo Lira — este, segundo se sabe, visivelmente constrangido —, compareceram à posse do eleito. E trocaram os habituais tapinhas nas costas com quem, àquela altura, já fora responsável pela devora de algo parecido com Cr\$ 4 bilhões em moeda sonante dos cofres do Tesouro. O encontro, registrado pela imprensa, não deve ter passado despercebido para milhares de investidores que estavam com dinheiro para aplicar. "Finalmente, embora se corresse um risco", devem ter pensado, "a instituição, pelo menos ali, vinha caminhando solidamente". Pois não vinha.

Embora não se conheça ainda senão os contornos da história das relações do governo com o Grupo UEB, algumas informações já foram levantadas. Por exemplo: um dos motivos para a alegada intervenção foi que o grupo insistia em não observar alguns artigos da legislação, como o que proíbe o repasse de recursos, pela parte financeira da organização, para as outras empresas que eventualmente compõem o conglomerado. Nada mais justo.

Surpreendentemente, no entanto, quando um repórter do mesmo jornal paulista, no Rio, abordou um dos diretores da UEB e pediu explicações a respeito, a cândida resposta foi a seguinte: tais operações foram antecipadamente autorizadas pelo Banco Central. Ou seja, segundo os dirigentes da organização, quando uma determinada companhia do grupo precisava de dinheiro, ligava para o Banco Central, explicava a situação e pedia para não cumprir a lei. E alguém, do outro lado da linha, respondia: "Pois não, esteja à vontade".

Não é de surpreender, assim, que o Grupo UEB tenha crescido apesar de seus problemas. O diretor de Mercado de Capitais do Banco Central, Sérgio Ribeiro, depois de alguma hesitação, explicou que realmente isto aconteceu. Mas garantiu que não era ilegal. E não se falou mais no assunto. Esta história não está ainda completamente esclarecida. Como não estão nem um pouco esclarecidas as outras 141 histórias que os arquivos do Banco Central guardam com desvelo.

Por enquanto, os investigadores, porém, podem estar certos de uma coisa: outras instituições financeiras devem estar enfrentando grandes dificuldades no momento. Mas não esperem por sinal de alerta. Ninguém vai fornecer qualquer pista. A única coisa sensata a fazer é fugir de tais perigos como o diabo foge da cruz. Ou se dobrar às instituições financeiras mais poderosas, que oferecem rendimentos miseráveis pelo seu dinheiro. Aplicar dinheiro em troca de rendimentos extraordinários, ou mesmo apenas bem compensadores, poderá representar um risco muito grande porque quem oferece tal lucro pode estar estourado. E as demais instituições e o Governo sabem. Mas não contam.

A parte de cada um

Até 28 de fevereiro, o Banco Central havia gasto com as seguintes empresas:

Grupo Financeiro Ipiranga	Cr\$ 1.054,2 milhões
Grupo Financiar Lume	Cr\$ 702,1 milhões
Grupo Financeiro CPI	Cr\$ 679,3 milhões
Grupo Nacional Brasileiro	Cr\$ 768,0 milhões
Grupo Jorge Kalil	Cr\$ 1.418,1 milhões
Grupo União de Empresas Brasileiras, formado pelo grupo financeiro Independência Decred, Lojas Ducal, Bemoreira, Textil Seridó e outras companhias	Cr\$ 4,0 bilhões para mais
Outros	Cr\$ 2.057,9 milhões
O Banco Central gastou, ainda, em outros grupos financeiros que não foram liquidados e foram passados para o controle de outros grupos	Cr\$ 7.474,2 bilhões
União Comercial, engolido pelo Itaú	Cr\$ 2.978,3 bilhões
Grupo Mineiro do Oeste	Cr\$ 428,4 milhões
Aplik	Cr\$ 150,3 milhões
Aurea	Cr\$ 416,5 milhões
Audi	Cr\$ 758,7 milhões
Faigon	Cr\$ 230,7 milhões
Halles	Cr\$ 1.257,2 milhões
Electra	Cr\$ 417,3 milhões
Grupo Financeiro Ipiranga (anterior à decretação extrajudicial)	Cr\$ 836,9 milhões

No total, o Banco Central colocou dinheiro em 141 organizações financeiras, sem contar as que no momento estão sob regime de intervenção branca; das 141, 132 estão em liquidação extrajudicial e 9 sob intervenção.

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos **1120**, rádio à moda da casa.



Livros em cima do fato

Em apenas cinco dias o livro *A Hora de Mudar* do senador Paulo Brossard esgotou sua primeira edição de cinco mil exemplares. A obra do político emedebista, Cr\$ 45,00 e 120 páginas, tem a colaboração do jornalista Carlos Castelo Branco e foi lançada apenas 18 dias após os pronunciamentos de Brossard no senado, dias 6, 9 e 10 de abril.

O lançamento é uma iniciativa da editora L&PM, uma empresa que vem revolucionando o mercado regional, com alguns lances de repercussão nacional. A L&PM é uma editora de gente nova — é dirigida pelos jornalistas Paulo de Almeida Lima, 27 anos, e Ivan Pinheiro Machado, 26 anos — que vem provando, ao longo de dois anos, que a experiência jornalística pode ser um grande instrumento na empresa editorial.

Até o final do ano a L&PM terá editado seu 32º título e o segredo desta vitalidade parece estar na atualidade e agilidade, rapidez na publicação — elementos bem conhecidos dos jornalistas — que têm caracterizado os lançamentos da editora.

A pesar dos sucessos editoriais, como *A Hora de Mudar*, a ousadia tem causado alguns problemas à L&PM. "No ano passado quase fomos à falência por desconhecimento do mercado", diz Pinheiro. "Investimos Cr\$ 200 mil, que não tínhamos, num único lançamento: dois volumes da *Antologia Brasileira de Humor*. A coisa era grande demais e quase naufragamos, porque tínhamos de pagar nossos fornecedores na hora e o retorno do livro é len-

to. Apenas meses depois a *Antologia* se pagou".

Em compensação, estas publicações, perigosas do ponto de vista das grandes empresas editoriais, têm dado prestígio à editora e colocou no mercado 100 mil livros, dos quais 55 mil já foram vendidos. A divulgação é feita em forma de anúncio pago e a distribuição pelos próprios editores, e por distribuidores contratados fora do estado.

"No início editávamos só cartuns", explica Pinheiro, "agora estamos diversificando nossa linha. O primeiro lançamento foi o *Rango*, do Edgar Vasquez, que é um amigo dos tempos de ginásio. Nossa sede era na cozinha do meu pai. Tiramos cinco mil exemplares e vendemos tudo. Editamos mais sete mil. Percebemos que o humor era um terreno virgem, que só o

Pasquim explorava e entramos nele. Os livros políticos foram uma consequência natural, afinal, hoje, humor e política andam juntos".

Outro lançamento de sucesso foi o livro do jornalista Marcos Sá Correia: *1964 Visto e Comentado pela Casa Branca*, sobre a participação norte-americana na queda de João Goulart, Cr\$ 50,00 e 160 páginas. "Foi um lançamento feito às pressas pela atualidade do tema — confessa Pinheiro — e ocorreram algumas omissões, como a do histórico da reportagem". Com um pouco mais de experiência a L&PM pretende agora atacar a área de ficção brasileira: lançando uma novela de Moacyr Scliar, ainda sem título, e um romance coletivo de Scliar, Josué Guimarães e Luis Fernando Veríssimo. Outra área a ser atingida é a da literatura infantil. Já estão sendo feitos contatos com Ivan Fernandes, filho de Millôr. O próprio Millôr Fernandes terá uma série de obras editadas e relançadas pela L&PM ainda este ano: *É, A História é uma Estória, Um Elefante no Caos e Liberdade, Liberdade*.



Foto de Luis Azeiteiro

Paulo Lima e Pinheiro Machado levaram a agilidade do jornalismo para editar livros e explorar temas atuais.

Em defesa do índio brasileiro

Com a proposta inicial de não deixar que as denúncias feitas durante o seminário *O Índio Brasileiro: Um Sobrevivente*, realizado em Porto Alegre de 25 de abril a 15 de maio, caíssem mais uma vez no esquecimento, foi criada no dia 13 de maio a Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai). Durante os 20 dias do seminário, promovido pelo Instituto Cultural Brasileiro Alemão, mais uma vez antropólogos, estudiosos e interessados falaram da invasão das terras indígenas e da morte de sua cultura. Estes são os pontos principais nos quais os índios receberam o apoio da entidade, que por enquanto está limitada ao Rio Grande do Sul, mas que já recebeu manifestações de apoio de todo o país. O manifesto de fundação da Anai tem este texto:

"O território brasileiro, em 1500, contava com aproximadamente 5 milhões de índios, distribuídos em 240 nações com características culturais próprias e diferenciadas.

A escalada de colonização branca chegou aos nossos dias com a alarmante redução deste número para apenas 120 mil, tendo sido extintas 87 tribos, o que representa, além do genocídio, um atentado cultural irreversível.

Grande parte dos sobreviventes, descharacterizados culturalmente, somam-se ao enorme contingente de populações marginais brasileiras.

Somente 400 anos após a chegada do homem branco foi tomada, no Brasil, a primeira atitude governamental de proteção ao índio.

Apesar de algumas ações bem intencionadas, oficiais ou missionárias, de proteção ao índio, verifica-se que toda política adotada fundamentou-se em postulados errôneos, como o da "aculturação" e da "integração", resultando numa dominação cultural.

Nos dias atuais, em âmbito nacional, a União, através de projetos de colonização, aberturas de estradas, ou de pretensão in-

tegração econômica; tem estimulado particulares à violação do patrimônio indígena. Terras que tradicional e constitucionalmente pertenciam aos índios, lhes são arrebatadas a pretexto de solução para problemas sociais de outros segmentos da nacionalidade.

Mantida a situação de extermínio progressivo do índio pelo processo de aculturação, que opera negativamente sobre a identidade dessas minorias étnicas, em poucos anos não teremos quaisquer vestígios dessas civilizações.

As culturas ditas primitivas são o resultado de secular interação do homem com ambientes naturais dos mais variados. Estes povos se desenvolveram em sistemas sociais e econômicos puros, livres da exploração do homem pelo homem. O bem-estar das comunidades indígenas, ao contrário da submissão ao poder econômico, está consubstanciado em valores estabelecidos por fatores mitológicos, históricos e humanos.

Estas culturas merecem ser preservadas, quando não seja, como uma alternativa de vida e de organização social para a humanidade.

Por isso constituímos, hoje, a Associação Nacional de Apoio ao Índio, decidindo:

1º — Contribuir para uma nova consciência pública de respeito às minorias étnicas e sociais.

2º — Apoiar os Povos Indígenas nas reivindicações para recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras, sua posse permanente, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes (conf. a Lei 198 da Constituição em vigor), apta e suficiente.

3º — Reconhecer, respeitar e apoiar sua autonomia cultural e seu direito à autodeterminação.

4º — Apoiar as lutas de sobrevivência do próprio índio.

Porto Alegre, 13 de maio de 1977

Nestes tempos de crise
você precisa de um carro que
gaste pouco.



Use o do Real.

REAL

Supermercados ao gosto do freguês.

Y. LARA

O desempregado mais caro do Brasil

Por Hamilton Almeida Filho

Demitido sem aviso prévio, onde Walter Clark vai arrumar outro emprego de 1,5 milhão por mês?

"São uns meninos que eu botei lá. Eu sou o dono disso tudo".
Roberto Marinho

Walter Clark, quem diria, acabar no Caleão!

Sozinho, na manhã do último sábado de maio, mal dormido depois de 9 horas de voo Nova Iorque-Rio, Walter Clark Bueno, 41 anos, há 12 dias de mais bem sucedida experiência de publicitários brasileiros no campo da comunicação, ainda demorou um pouco para perceber que não era mais o diretor geral, a imagem e semelhança do comando do Sistema Globo de Televisão — "a maior força desarmada do País".

Ali, no saguão do aeroporto, elegante e amarrado, Walter Clark parecia não acreditar naquele momento: sem aviso prévio deixava de ser um dos executivos mais bem pagos em terras brasileiras — salário mensal em torno de 1,5 milhões de cruzeiros, ou seja, 1% do faturamento total da Rede Globo de Televisão. E, ao receber a notícia dos repórteres que não dormiram para aguardar a sua chegada às 6 da manhã, se tornava certamente o desempregado mais caro do Brasil.

Pobre Walter Clark, foi o último a saber.

Fora do Brasil há uma semana, Walter Clark não sabia ser aquela a sua última missão na Rede Globo: representá-la na estreia da novela *Gabriela*, vendida para a televisão portuguesa, em Lisboa, e trazer de Nova Iorque uma reportagem de 3 minutos para o *Fantástico*. Mas, na véspera da sua volta, um boato corria célere na Zona Sul da cidade; de onde escapou no Jardim Botânico.

— Você não sabe? O Roberto Marinho demitiu o Walter Clark!

Assunto do dia, e lebron pela noite nos bares de Ipanema e Leblon, onde normalmente a TV Globo é assunto e presença cotidiana através de sua fauna e flora — astros e estrelas, figurões e Hollywood brasileiros. "Ele bateu na barriga de um general numa recepção"; "Não soube? Na véspera de viajar, o príncipe da Globo teve que ser evacuado pra ele sair de maca, em estado de coma, de pilequel"; "O Roberto Marinho já convidou o Carlos Lemos do JB pro lugar dele".

No Rio de Janeiro, um boato é capaz de matar. Ou derrubar.

Paulista, paulistano, filho de um instalador de alto-falantes da falecida Panair do Brasil, boy simpático e inteligente na Rádio Tamoio, metido a escrever programas, Walter Clark tornou-se profissional na vida como publicitário. Aos 17 anos, chefe de tráfego da Agência Interamericana de Publicidade. Pela porta da produção comercial entrou na TV. Chegou na TV-Rio em 1956. Chefe de Produção de Comerciais, secretário-geral do Departamento Comercial, recordista aos 23 anos: Diretor comercial de TV.

— Eu era um verdadeiro monstro! — confessa uma vez.

Um de seus feitos na sua escalada para virar mito: no Natal de 1959, colocou 63 minutos de comerciais no ar em apenas 1 hora! Como diretor-geral da TV em seu envolvimento numa luta de gigantes com a Tupi e a Excelsior, as donas do mercado. Num

golpe de sorte e audácia, comprou da Tupi de São Paulo a novela "O Direito de Nascer", recusada pela Tupi do Rio. Podia perder num só dia 40 artistas contratados pela Excelsior, mas às 8 da noite a TV-Rio era absoluta com as dores e desventuras da *Mamãe Dolores*. E aprendeu a sua maior lição:

— Sem novela, uma estação não vive. Porque novela dá a televisão audiência. A base da vida da televisão é a novela.

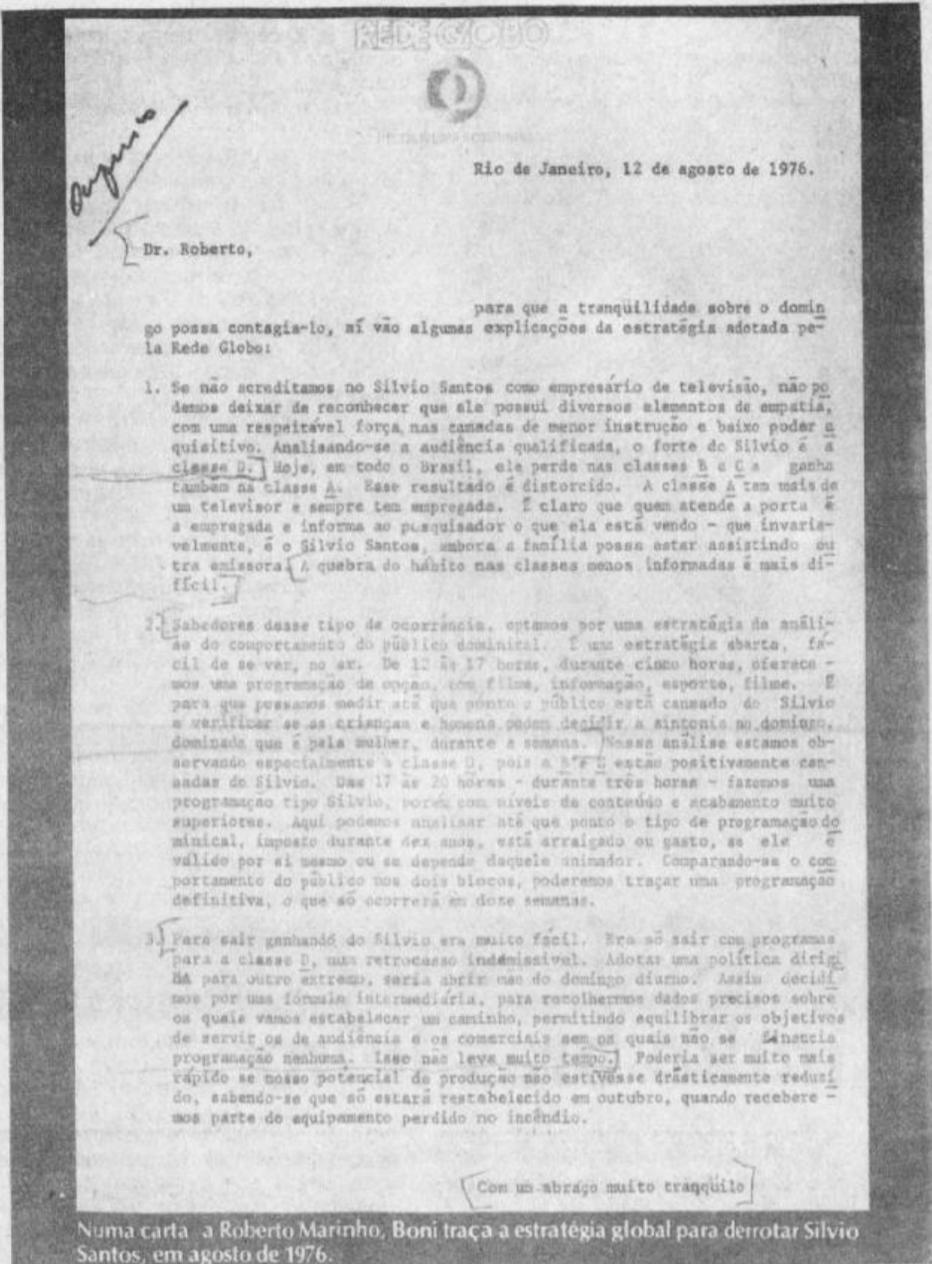
Quando Walter Clark chegou na TV-Globo, no dia 2 de dezembro de 1965, para ser seu diretor-comercial, ele já não tinha mais dúvidas quanto ao papel daquele veículo nos anos seguintes do Brasil. Seria a vitrine, a alavanca do consumo, a imagem do milagre brasileiro, a fábrica de sonhos mais veloz do mundo. A aldeia global.

— Fomos nós que fizemos tudo isso que está aí. A TV Globo é um trabalho de verdadeiros profissionais. A minha geração tinha uma grande frustração: a fragilidade dos empresários de TV. O único mérito do dr. Roberto Marinho foi acreditar nas nossas jovens cabeças. Ande por aí tudo, veja, pergunte. Quem fez a Globo fui eu, o Boni, o Joe Wallach, o Arce. A Globo era uma estação fantasma, pior do que a Gazeta de São Paulo. Nós fizemos tudo. Agora: não me pergunte onde tudo isso vai parar. Eu não sei, ninguém sabe.

Foram 12 anos de sucesso até esse dia. Visto de perto, foras das páginas de revistas masculinas, de propaganda e negócios, Walter Clark de há muito dava sinais de estar mal. Numa habitual reunião diária para o uísque de venício, no último andar da "Vênus Platina", sede do poder global no Jardim Botânico, em sua sala de meio andar, Walter Clark cumprira mais uma vez, para mim, a sua missão de ser a voz, o rosto e a imagem do mundo que dizia ter construído. Como responsável pela política interna e externa da Rede Globo, Walter Clark não dava a impressão de um vitorioso. Não porque tivesse a língua pesada, ao deleite dos golinhos de vodka, os olhos vermelhos, injetados mesmo, as olheiras mal suportando o próprio peso. Parecia ancorado para sempre no sofá, apesar do terno verde-claro, "ton-sur-ton" sobre o colete verde-escuro, do cabelo nem curto nem comprido, apesar de toda a sua estampa — sua beleza estava cansada, cansadíssima.

— O processo de conquista de audiência é como empurrar um carro sem ignição numa ladeira. Depois que pega não pára mais!

E desse processo Walter Clark foi uma espécie de elo de ligação. No Jardim Botânico já encontrou Joseph Wallach, o gringo que veio de uma estação de San Diego, Califórnia, para ser o *Mister Time-Life*, representante do primeiro sócio de Roberto Marinho. Se entregou de corpo e alma à implantação da filosofia do *Network* — do sistema de rede e exploração comercial de TV americana. Aos poucos, compôs o *staff* necessário a essa revolução de mídia, levando primeiro José Ulisses Arce, ex-dono de agência de publicidade, para cuidar da comercialização. E depois, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, seu antigo companheiro, para cuidar da produção. Formando o que se conven-



Numa carta a Roberto Marinho, Boni traça a estratégia global para derrotar Silvio Santos, em agosto de 1976.

cionou chamar de dupla *Boni and Clark*. Uma dupla de sucesso perfeita e afinada em seus objetivos.

Que jogou com tudo na escalada de audiência. Catástrofes, Chacrinha, Raul "Casamento na TV" Longras, Jacinto Cavalcanti, Dercy Gonçalves, Flávio Homem do Sapato Branco, Figueira, Ted Boy Marino, a marmelada do telecatch e, principalmente, os dramalhões cubanos — embrião da indústria da novela. O esquema global deixava a sua rede enquanto o primeiro lugar no lbope começava a ficar vago. O fracasso de empreendimentos de outras épocas como Chateaubriand e Paulo Machado de Carvalho se tornava uma realidade. E a TV Excelsior, do Grupo Simonsen, outrora poderoso por suas ligações com o Governo Goulart, estava sem fôlego, esfacelada depois da Revolução de Março. E a Globo não teve problemas de ocupar o seu lugar.

O modelo brasileiro de televisão. Seu marco: 1969. O Time-Life deixa a sociedade (recebendo seus 9 milhões de dólares nos próximos 6 anos) e a Globo, ao comprar duas novas emissoras (São Paulo e Belo Horizonte), começa seu crescimento. Centraliza todas suas atividades de produção, comercialização e administração em sua sede do Rio. Lança o sistema de emissoras "afiliadas": 1. A Globo fornece a programação de graça, exigindo apenas o cumprimento de um padrão; 2. Através de seu esquema de comercialização, vende os anúncios de suas "afiliadas" no mercado nacional, ficando com 50% desse faturamento para si, cabendo à "afiliada" a exploração do mercado local.

E assim, foi um massacre. Rede Globo e você, juntos para sempre: 32 emissoras, 18

estados, 2.300 dos 3.951 municípios brasileiros e a possibilidade de atingir hoje, num mesmo momento, 10 milhões e 500 mil lares com TV — a metade dos lares de toda a Nação. Uma rede capaz de arrastar para si 250 milhões de dólares de faturamento num ano.

Até onde pôde, Walter Clark ajudou a dirigir essa máquina; representou-a, fundiu-se com ela. Com a orientação de Wallach e junto com Arce, consolidou o esquema comercial. Introduziu o *merchandising* (o anúncio subliminar dentro da programação) na TV e criou os diversos tentáculos globais, as emissoras que giram em torno da televisão — como a Sigla-Som Livre, o Mercado Global, a Vasglo (de promoção de espetáculos), a ICB (Indústria Cinematográfica Brasileira), entre outras.

O sucesso dos maravilhosos rapazes que nos deram a Globo foi demais. A ponto de se pensar — como diz Boni — que a "Rede Globo é grande demais para o País". Um superpoder de paisano que não se desdobra mais.

Há 3 anos, Walter Clark vinha se afastando de todas as atividades, a não ser de representação. Há 2, diziam na Globo, não conseguia mais fazer nada. Suas mãos trêmulas ao tomar café, os soníferos para poder dormir, a bebida do dia inteiro e o medo de seqüestro quando a imprensa falava de seu salário, foi o último retrato de Walter Clark.

Ninguém pensava que ele um dia pudesse sair da Globo. Todos nós, inclusive ele próprio, já havíamos nos esquecido da única coisa que poderia derrubá-lo: apesar de tudo, Walter Clark Bueno não passava de um empregado.

Pense.

Pare para pensar.

Uma paradinha qualquer, um pensamentinho que seja.

Pense idéias ao alcance da realização, coisas práticas.

Num meio melhor de executar uma tarefa, de cumprir uma função.

Dê uma boa pensada na vida que você leva, no modo como reage e na sua postura em relação às mudanças do nosso tempo.

Refleta sobre problemas que lhe interessam ou lhe dizem respeito. Problemas seus, da sua comunidade — todos merecem maior reflexão.

Refletindo, você encontra soluções inesperadas, oportunas, construtivas e renovadoras.

Fazer do hábito de pensar uma forma de questionar fatos e atos é evoluir.

E todos nós, de um jeito ou outro, uns mais outros menos, estamos precisando de uma dose de evolução.

Não dessa evolução carregada de know-hows, tecnologias, avanços científicos e progressos. Não.

Estamos falando de idéias de ser humano para ser humano.

Se nós chegamos a este estágio cultural, foi porque há milhões e milhões de anos um ancestral nosso resolveu assumir o seu mais antigo e exclusivo privilégio biológico: o de pensar.

Não fosse isso, o Homem ainda seria um animal a mais na natureza.

Não teria acumulado conhecimentos nem sentido a necessidade de preservar e transmitir idéias.

Mas parece que todas essas conquistas estão nos custando muito caro. Estão impedindo da gente pensar.

Nós, da Pallotti, vivemos de imprimir idéias e não podemos conceber esse impedimento.

Porque achamos que ficar calado, engavetar criações ou desistir de imaginar, é ruim para você e para os que vivem ao seu redor.

A Pallotti, com este anúncio, não quer mudar o mundo. Só não queremos que pensem que por não opinarmos estamos satisfeitos com ele.

Vamos pensar. Com originalidade, com teimosia.

Pode ser que uma idéia sua contribua para aumentar a esperança ou otimismo em sua casa, no seu trabalho, na sua escola.

Pode ser que vire um conto, um livro. Uma peça de propaganda. Um manual de instruções. Um cartaz, um folheto ou um prospecto de utilidade pública. Pode ser que se torne um boletim de empresa ou mesmo um catálogo comercial.

Não importa. O que mais interessa é que pensando você pode participar intensamente de qualquer processo funcional que estiver envolvido e assim se realizar melhor.

Demos esses exemplos de idéias porque essa é a parte que nos toca no contexto geral. E porque nós da Pallotti acreditamos muito no que fazemos.

Mas se a sua felicidade depender de uma idéia que não precise de papel, tinta e impressora, não faz mal.

Nem só de idéias impressas vive o Homem.



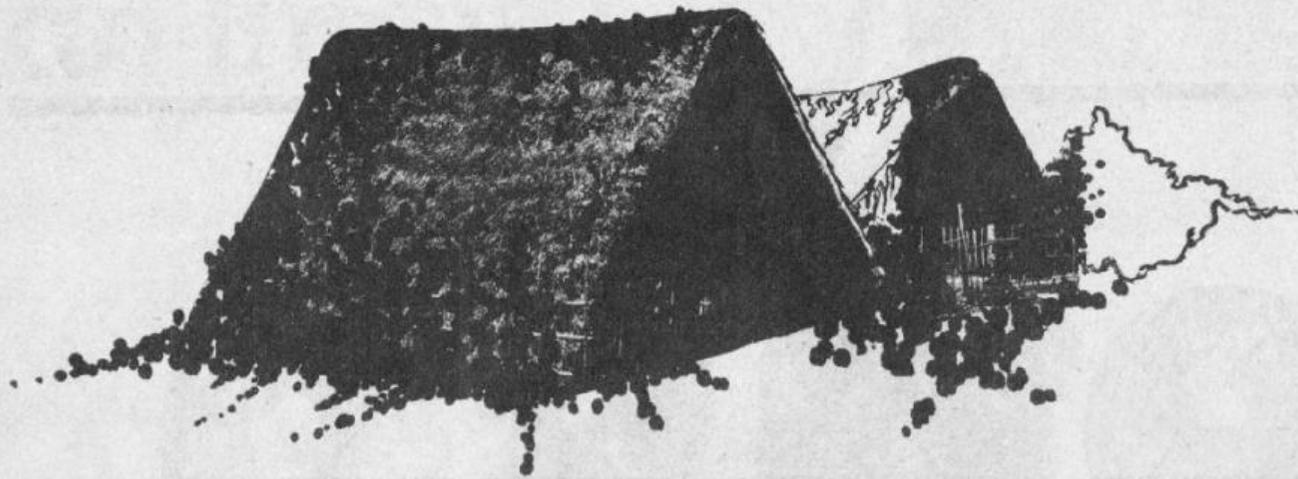
LIVRARIA EDITORA PALLOTTI

Rua Tupi, 200 — Passo D'Areia (Volta do Guerino)
Fone 41.3976 — Cx. Postal 6010
90.000 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

COMPOSIÇÃO/FOTOLITAGEM/IMPRESSÃO

Livros • Catálogos • Boletins • Folhetos • Revistas • Cartazes • Anais • Prospectos • House-organs • Malas-diretas

Uma universidade no campo



Em meio a bois e ovelhas que pastam mansamente, 800 universitários assistem às aulas em cabanas de madeira e pedra, cobertas de capim santa-fé e trepadeiras. A natureza foi respeitada, as poucas árvores ficaram de pé e nem a área foi terraplanada. Os obstáculos naturais do terreno fazem parte do ambiente.

Este cenário não é real, mas estava previsto no projeto apresentado pelo arquiteto Janer Paixão Coelho para a futura Universidade Internacional de Santana do Livramento, na fronteira do Brasil com o Uruguai, em plena campanha gaúcha. As idéias não passaram da fase do anteprojeto, pois a Aspes (Associação Santanense para o Ensino Superior), provavelmente perplexa, rejeitou a proposta de Janer, preferindo um projeto de arquitetos uruguaios que prevê os tradicionais prédios de tijolo e concreto e todas as outras soluções da arquitetura convencional.

Janer e seu grupo (formado por jovens

arquitetos, sociólogos), no entanto, continuam empenhados no seu trabalho de propor soluções novas e mais adequadas ao nosso meio.

— Quando propomos determinado tipo de material de construção de uma moradia ou outros prédios, estamos pensando em oferecer condições ao homem para que ele possa reencontrar-se com a natureza e consigo mesmo. Vivemos em ambientes agressivos, antinaturais, construídos apenas com a intenção do lucro, esquecendo o homem, que é o fundamental — explica Janer.

Semelhantes às preocupações propostas pela chamada biotectura, que segundo Janer "apenas quer trocar o concreto pelo verde", as soluções arquitetônicas do grupo de Janer podem não ser tão irrealistas quando se sabe que estudos feitos na Universidade de Montevidéu provaram que o capim santa-fé, existente na região, pode resistir como telhado até 60 anos, se for

utilizado com tecnologia adequada. "Capim santa-fé, a gente só teria o trabalho de colher, porque lá em Santana ele ainda é farto. Quanto à tecnologia de sua utilização é só aprendê-la com o habitante da região que sempre o utilizou", explica Janer, natural de Livramento, que acredita até que suas idéias não são levadas muito a sério porque implicariam em concorrência para as indústrias de materiais de construção. E arrisca até uma comparação de custos entre os dois tipos de arquitetura, garantindo que a sua custa 40% do preço da arquitetura tradicional.

Rejeitadas para um campus universitário, as idéias de Janer estão sendo aplicadas na escolinha maternal Chapeuzinho Vermelho. Taquaras, bananeiras, uma rede de nylon para sustentar uma trepadeira e muitos sacos coloridos cheios de espuma quebram a monotonia de um aprendizado tradicional para as crianças.

Jorge Freitas

A Funai também faz censura

Como não consegue preservar as últimas tribos indígenas dos que invadem suas terras, a Funai (Fundação Nacional do Índio) quer preservá-las da imprensa. Quem quiser fazer reportagem numa reserva terá que passar por uma cuidadosa triagem.

Até agora o processo que a Fundação utilizava para credenciar repórteres e fotógrafos era relativamente fácil: bastava enviar um roteiro dos locais escolhidos e esperar por credenciais. Mas as constantes críticas contra a Funai fizeram com que o general Ismarth de Oliveira, responsável pelo órgão, mudasse de tática e aplicasse normas tão rígidas quanto as exigidas a um candidato à carreira diplomática do Itamaraty.

Inicialmente, os jornalistas-candidatos deverão se habilitar com o tradicional roteiro. Depois mandar a Brasília um relatório cuidadoso e completo, onde o repórter deverá especificar detalhadamente que tipo de reportagem tenciona fazer, perguntas e os entrevistados escolhidos. O fotógrafo também não escapa: ele terá de mandar um plano descrevendo que tipo de fotos e quais os ângulos que pretende fotografar. Nada pode ser feito fora desse esquema. E para completar, Ismarth faz mais uma exigência: não poderá ser escrita nenhuma linha contra a Funai.

Sem intermediários

A venda direta de gêneros alimentícios do produtor ao consumidor foi lançada como experiência em Santa Catarina e agora se consolida como um exemplo capaz de revolucionar o sistema de abastecimento em vários estados. No ano passado, através de um convênio com a Federação das Cooperativas de Santa Catarina (Fecoagro), o Ministério da Agricultura lançou o Projeto de Cadeias Voluntárias de Abastecimento, utilizando a rede (10 lojas) de supermercados da Cobal, em bairros populares.

Distribuídos por diversas cidades, os supermercados Fecobal — assim passaram a ser chamados — tinham o objetivo de eliminar o intermediário, abastecidos pelas cooperativas. Passado um ano, foi confirmada não só a viabilidade do programa como também a sua importância. "Em Chapecó — conta o agrônomo Érico Gebler, coordenador do projeto —, a cooperativa de lá, depois de um mês de funcionamento, elevou o movimento de Cr\$ 300 mil para três milhões. E o mesmo está acontecendo em Criciúma, Itajaí e Lajes".

Em Florianópolis, depois de uma semana, o supermercado Fecobal estava faturando 12% acima do movimento habitual, quando era da Cobal. Esses resultados vêm do preço. Um exemplo: o Fecobal estava vendendo o macarrão a Cr\$ 1,55, contra Cr\$ 2,50 dos supermercados comuns. E no setor

mais direto de produção das cooperativas agrícolas os resultados serão ainda mais evidentes. Outro exemplo: em Santa Catarina, o feijão preto foi comercializado pelos produtores entre Cr\$ 4,00 e Cr\$ 5,00 o quilo. Adicionando custos de beneficiamento, embalagens, transporte e mais algum outro, ele poderia chegar a Cr\$ 7,00 ou Cr\$ 8,00. No entanto, ele estava sendo vendido a Cr\$ 20,00 no varejo.

O agrônomo Érico Gebler reconhece que a expansão do projeto deve provocar a reação da rede de grandes supermercados, mas não está preocupado com isso. "O plano é do Governo Federal e não surgirão transtornos no seu desenvolvimento", argumenta. No começo, em dezembro de 1975, o projeto começou tímido, com uma loja na pequena localidade de Biguaçu, a 17 quilômetros da capital.

Em abril, quando foi assinado contrato entre a Cobal, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo — que financiará a expansão — e a Fecoagro, a rede Fecobal já tinha 14 lojas. A Cobal deveria ainda transferir mais 10 supermercados à Fecoagro. A experiência bem sucedida de Santa Catarina deverá ser estendida logo ao Rio Grande do Sul, onde inicialmente a Cobal pretende passar a cooperativas um supermercado em Vacaria e outro em Canoas, cidade habitada por uma maioria de operários e ao lado de Porto Alegre.

Anúncios em jornal

O jornal será o veículo de comunicação que mais crescerá em participação no bolo publicitário, nos próximos anos, como conseqüência de "um maior profissionalismo e a existência de atividade de planejamento dentro dos jornais".

É a conclusão de um estudo feito há pouco em São Paulo pela empresa Promotest S/C Ltda., Pré Testes de Promoções, com base numa pesquisa realizada entre as pessoas mais indicadas a falar sobre um assunto como este: publicitários do setor de mídia de grandes, médias e pequenas agências de propaganda da capital paulista.

Segundo o estudo, 77,5% dos entrevistados vêem perspectivas de grande crescimento da utilização, pelos anunciantes, da chamada mídia impressa, no Brasil.

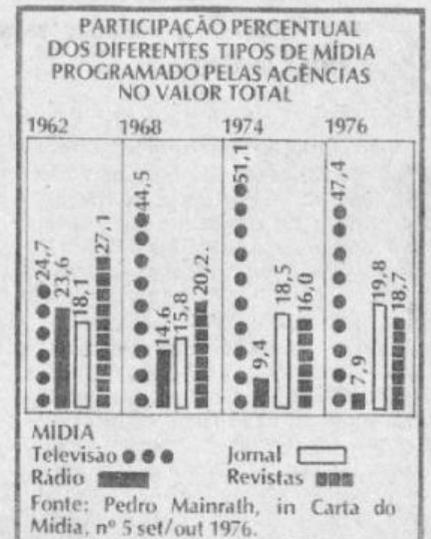
"As principais razões que fundamentam esse ponto de vista", diz o trabalho da Promotest, "residem na crença de que haverá melhoria no nível sócio-cultural da população, com maior penetração dos veículos (maiores tiragens) e conseqüente melhoria nas relações de custo".

Uma das dificuldades de um rápido crescimento da presença de anúncios em jornais e revistas seria a falta de informações sobre o público atingido por esses veículos. 82,5% dos mídias disseram faltar qualificação para esse público e definição adequada ao poder de influência dos jornais e revistas. Entretanto, 80% deles disseram acreditar que a participação da mídia impressa tende a crescer nos próximos anos, "em conseqüência, principalmente, da maior preocupação dos veículos em fornecer dados, informações, perfil do leitor, aliada à queda de custos pela ampliação da circulação".

"A alta constante nos custos de veiculação pela tevê", continua o estudo, "aparece também como um dos fatores que poderão favorecer a mídia impressa e, particularmente, o jornal, no esforço de racionalização e otimização a que serão levados os homens de mídia".

Segundo a Promotest, a mídia técnica das agências vê os jornais como o melhor veículo para anúncios de lojas de varejo, acompanhados bem de perto por automóveis, seguindo-se imóveis e finanças/investimentos.

Quanto ao futuro, 87,5% dos mídias disseram que há maior vantagem "na utilização de jornais dirigidos a certos segmentos da população, pelo fato de atingirem diretamente o público alvo com menor dispersão e conseqüente eficiência (relação de custo diretamente com o público alvo)".



Como unir os jogadores?

Há oito meses na presidência da Associação Profissional dos Jogadores de Futebol do Rio Grande do Sul, o lateral-direito do Internacional, Cláudio Duarte, tem enfrentado sérias dificuldades para formar um sindicato da classe.

Como disse um matutino de Porto Alegre, transformou-se num centroavante de poucos gols. A tarefa, que se limita ao recolhimento de 300 assinaturas dos 900 jogadores profissionais gaúchos, teve pouco sucesso. "Falta conscientização profissional", disse Cláudio num tom quase choroso num programa de rádio.

"Mas o jogador de futebol é muito desconfiado mesmo", justificou ele, "e para provar-lhe que temos boas intenções temos que usar apenas um argumento: mostrar serviço". Isto é, conseguir transformar a associação em sindicato.

Modificar a draconiana Lei do Passe seria um dos objetivos prioritários do sindicato. "Já entregamos nas mãos do Ministro do Trabalho um memorial, queremos a mudança do cálculo do preço do passe", diz Cláudio. O valor do preço do passe de um jogador é calculado em cima de seus salários: será sempre 200 vezes mais. Um jogador que receba Cr\$ 7.500,00 por mês, terá o valor do passe fixado em Cr\$ 1.500 mil. "Não condiz com a realidade", afirma o capitão do Inter.

Mas tem mais, muito mais, completa o advogado Sérgio Neves, por enquanto trabalhando de graça para a Associação. As multas aplicadas indiscriminadamente por critérios pessoais e prepotentes dos diretores, o contrato de gaveta, o vínculo do passe, os métodos de preparação e recuperação física aplicados pelos clubes "são alguns dos mais graves problemas dos jogadores de futebol" acusa o advogado.

Por estas e outras, a associação-sindicato já deve estar se preparando para enfrentar muitas brigas, inclusive com os patrões, ou seja, os dirigentes de clubes.

Jorge Freitas

Reajustes aposentados

Triste situação vivem os que recebem do INPS. Além de terem suas pensões e aposentadorias inferiores aos aumentos do salário mínimo nos últimos dois anos, terão de esperar até agosto para recebê-los, quatro meses depois de decretados oficialmente (maio). Enquanto o mínimo foi reajustado em 44,17% em 76 e 44,11% em 77, os aposentados foram bonificados em apenas 43% em 76 e 40% este ano. O que significa uma perda de 5,8% em relação ao salário. A isso soma-se o atraso que, sem juros ou correção monetária, desgastará, seguramente, um terço das novas quantias.

Mas a situação se torna pior aos dependentes do INPS que estão nas faixas mais baixas de benefícios. Segundo um decreto, as aposentadorias do Instituto não podem ser inferiores a 90% do salário mínimo, o que dá Cr\$ 925,00 a serem pagos apenas em agosto (agora esses 90% representam Cr\$ 642,00). E essa faixa deve representar 60% dos 172 mil aposentados do Rio Grande do Sul.

A legislação previdenciária determina ainda que os pensionistas não podem ganhar menos de 60% do salário mínimo. Isso dará a uma população estimada em 90 mil pessoas, que sobrevivem com a pensão do Instituto e que se enquadram nessa faixa mínima, um rendimento de apenas Cr\$ 617,00 mensais.

No final de abril, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese) informava que o aumento de custo de vida acumulado nos

últimos 12 meses era de 43,43% e que só no último mês havia crescido 6,38%, sendo que do início do ano até aquela data o acréscimo fora de 20,21%. Se continuar nesse ritmo, com uma média simples de 5% de aumento mensal, até agosto poderá acumular o dobro. Então, quando o INPS estiver pagando os reajustes, as necessidades básicas para sobreviver terão aumentado 63,64% num ano e quatro meses.

Valores mínimos	maio/75	maio/76	maio/77
Aposentadorias	Cr\$ 445,00	Cr\$ 642,00	Cr\$ 925,00
Pensões	Cr\$ 297,00	Cr\$ 528,00	Cr\$ 617,00
Auxílio-doença	Cr\$ 371,00	Cr\$ 535,00	Cr\$ 771,00



São Miguel, o primeiro esforço para formação de uma comunidade cristã no sul do Brasil. O passado que o tempo não apagou.

Chame as coisas pelo nome: no sul, Caderneta Apesul de Poupança.

Há dez anos que o nome Apesul está ligado às tradições e aos costumes do Rio Grande do Sul.

E durante todo este tempo, ela se tornou parte da vida de mais de 300 mil famílias gaúchas.

Recebendo poupança e concedendo financiamentos para casa própria.

Sempre com muito carinho, simpatia e atendimento personalizado.

Conte com a Apesul. A Caderneta da terra.

Gaúcha de nascimento, gaúcha de coração.

No sul, Caderneta Apesul.



Caderneta APESUL de Poupança

marca

Depois do pau, o apreço aos jornalistas

"Só pode ser ironia", comentaram espantados os jornalistas baianos presentes ao lançamento de um concurso de reportagem do governo do estado, no dia 27 de maio. À sua frente o secretário de Educação e Cultura dizia desassombadamente que "esta é mais uma prova do apreço que o governador Roberto Santos oculta pela imprensa". É que oito dias antes ocorrera a última agressão a quase uma dezena de repórteres e fotógrafos que foram manietados, algemados, espancados e postos a correr por cães e soldados da Polícia Militar quando faziam a cobertura das tranquilas manifestações estudantis no "Dia Nacional pela Anistia e Liberdades Democráticas".

A imprensa, na Bahia, realmente anda merecendo nos últimos tempos uma deferência toda especial. Nestes dois anos e pouco de governo esta foi a terceira vez que jornalistas foram espancados quando faziam a cobertura de assuntos em que a polícia se notabilizou pelas arbitrariedades. Primeiro foi durante a expulsão de 300 pessoas de uma invasão de uma favela, durante a qual a polícia distribuiu uniformemente pancadas entre moradores e jornalistas.

Pouco tempo depois, um repórter do Jornal da Bahia foi praticamente massacrado por policiais civis em frente ao prédio da Secretaria da Segurança, quando cobria uma manifestação popular de protesto contra a prisão de um pregador. No último dia 19 de maio, burlada pelos estudantes, a polícia irritou-se e investiu contra o público que se aglomerava, usando cães amestrados, mosquetões e bastões de madeira, fato documentado pelo fotógrafo do Estado de S. Paulo. Isto bastou para que fosse iniciada uma caçada a todos os jornalistas que, além de espancados, tiveram as anotações rasgadas e os filmes apreendidos.

Mas não é apenas por parte das autoridades estaduais que os jornalistas baianos foram lembrados no mês passado. Sete deles, integrantes da última diretoria do Sindicato, foram chamados a responder processo pelo Ministério do Trabalho, onde se apuram responsabilidades pela publicação no jornal O Nosso (órgão oficial do Sindicato) de um abaixo-assinado de 80 jornalistas.



Na pancadaria em Salvador sobrou também para repórteres e fotógrafos

Paolo Marconi

Para enfrentar a crise

Os motoristas e proprietários de táxis de Porto Alegre estão organizando uma cooperativa, estimulados pela recente proibição da venda de gasolina aos domingos, feriados e nos demais dias da semana após as 23 horas, exceto para motoristas de táxi reunidos em associação de classe ou cooperativa. Nem bem decidiram criar uma cooperativa e já receberam da Petróbrás concessão para instalar um posto de gasolina, localizado no final da Avenida Ipiranga.

Na verdade, outros graves problemas enfrentados tanto pelos proprietários como pelos motoristas contribuíram para fortalecer a idéia da criação de uma cooperativa.

Os motoristas se consideram cada vez mais explorados pelos patrões. Para eles as três modalidades de trabalho — quilômetro rodado, comissão ou aluguel — se resumem numa palavra: "exploração". Pela primeira, cada metro rodado vazio é prejuízo na certa. Se é comissão, o proprietário paga no máximo 30% sobre a fêria bruta, quantia considerada irrisória. Já o aluguel pode custar de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 360,00 por dia. "Até 260 por dia dá pra trabalhar, mais é impossível", diz o motorista Genésio Bolzan. Mas quase todas as empresas aplicam o aluguel de Cr\$ 360,00.

Com os proprietários de empresas e autônomos que têm o seu carrinho os problemas se localizam principalmente na renovação da frota. Diversas empresas estão com a maior parte de seus carros parados por falta de dinheiro, de pneus e acessórios.

Sadi Vally, há 14 anos trabalhando no serviço de trânsito de Porto Alegre, acha que a "saída social e financeira" está no sistema cooperativo. É ele quem está organizando, junto com assessores da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Ocergs) e do Inbra, a primeira cooperativa gaúcha do setor — a Cooperativa de Trabalho dos Proprietários e Motoristas de Táxi de Porto Alegre. Até o final deste semestre Sadi garante que "os carros da cooperativa estarão rodando pela cidade".

O objetivo principal da sociedade é a "defesa econômica e social dos associados, facilitando-lhes o exercício da profissão, aperfeiçoando os métodos de trabalho pela cooperação". Já tem 32 associados, a metade proprietários de empresas, com um total de 175 carros.

UMA COOPERATIVA
PONHA UM TIGRE
NO SEU CARRO!



No início a cooperativa só terá veículos que pertençam a proprietários ou autônomos. Por que não organizar uma cooperativa entre motoristas empregados, justamente os mais numerosos e com menos recursos? "É impossível", diz Sadi, principalmente porque a Prefeitura não está concedendo novas placas de táxi. E a cooperativa precisaria "de início umas 100 placas para poder gerar suas atividades".

O certo é que a cooperativa seria mais útil se reunisse exatamente os motoristas que são empregados, pois são eles justamente o lado mais fraco do setor.

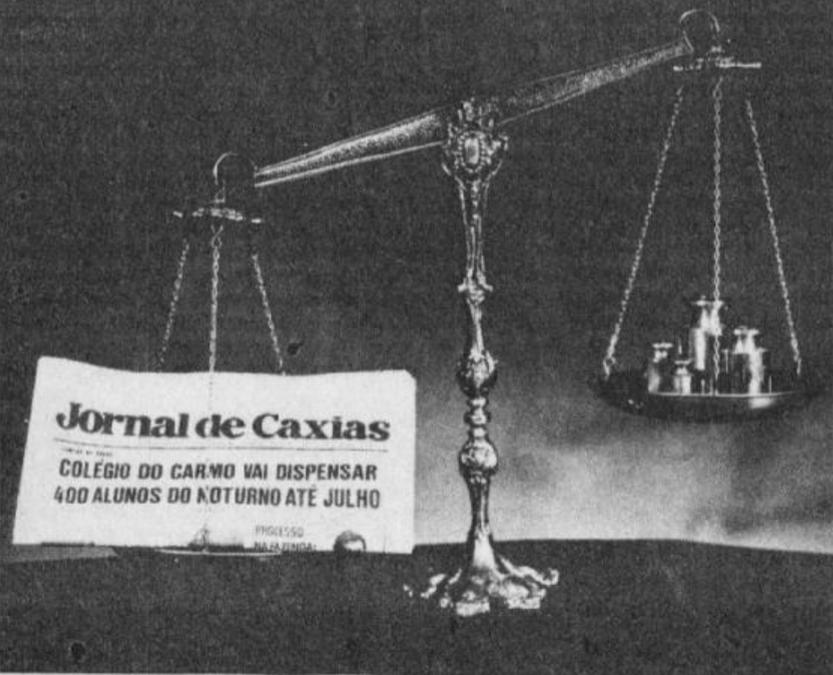
De qualquer forma, Hilton Lima, assessor jurídico da Ocergs, considera que tal cooperativa está surgindo mais como de consumo do que propriamente de trabalho. O associado terá um posto de gasolina, com lavagem e lubrificação; comprará pneus e peças na própria cooperativa a um preço inferior ao da praça e terá mais chances de obter financiamentos, através da cooperativa, para renovar sua frota.

"Desta maneira", diz Hilton, "o associado aumentará a relação e receberá o retorno dos lucros (sobras, segundo a lei cooperativista) da cooperativa no final do ano, na proporção que consumir (compra de gasolina, peças, pneus) da cooperativa".

Acari Amorim

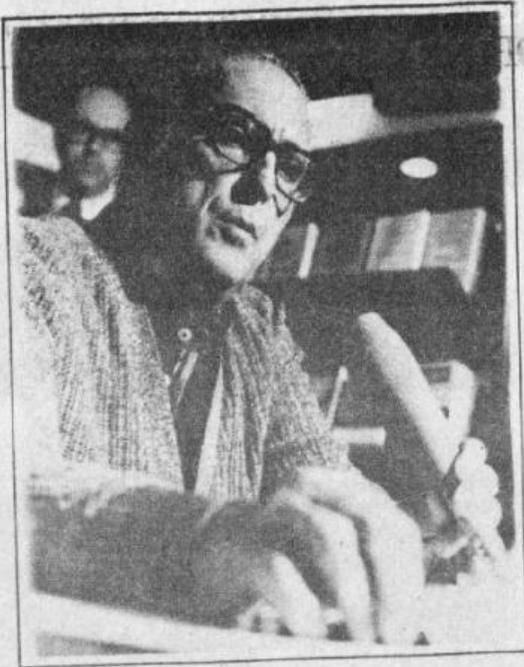
UM JORNAL DE PESO

Desde algum tempo o Jornal de Caxias está tendo outra impressão, e quem sabe imprimir, sabe também exprimir. Está sendo lido por gente que interessa. E muito. Jornal de Caxias, um jornal de fato, sem farsas. Atinge e não tinge. Um jornal como há muito não se tinha notícia. Dê uma olhadinha no Jornal de Caxias. As grandes paixões nascem aos poucos.



Jornal de Caxias

Rua Gal. Sampaio, 189 - Caixa Postal, 233 - Fone: 21.2555
Caxias do Sul



"Sei que amanhã, quando eu morrer os meus amigos vão dizer que eu tinha um bom coração..."
(Nelson Cavaquinho)

Era quase um santo!

Realmente os amigos de Carlos Lacerda, morto no dia 20 de maio último aos 63 anos, não pouparam esforços para dizer o quanto era bom o seu coração e elevados seus princípios. E o fato de alguns dos mais destacados desses amigos terem nas mãos os principais jomais do país acabou dando a impressão de que a morte retirou da vida brasileira não um homem polêmico, um político controvertido e com muitos inimigos, mas um quase-santo.

Quando era governador da Guabara, Lacerda instituiu a censura prévia nos jornais, na televisão e no rádio do Rio, da guabara que o país não conhecia desde a extinção do famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP do Estado Novo. Antes, em 1954, ele foi quem pregou com maior veemência a intervenção dos militares para derrubar Getúlio Vargas, um governo constitucional. E em 1955, quando Café Filho ocupava a presidência chegou a elaborar um projeto de regime autoritário para o país. Em 1961, incitou as Forças Armadas para que não dessem posse à Jango no lugar de Jânio que renunciara.

E em 1964, mais uma vez pregou a solução militar para retirar Goulart, um presidente eleito pelo voto popular.

No entanto, Carlos Lacerda baixou ao túmulo como o mais intransigente defensor das liberdades democráticas, para surpresa dos que não têm a memória tão fraca assim. Mas, se a cobertura que os jornais deram e as missas de sétimo dia provaram que eles eram poucos. Embora tenha recebido tanto espaço quanto Juscelino, o desaparecimento de Lacerda praticamente não teve repercussão popular. O governo não decretou luto oficial, não houve massa na rua, carregando o caixão e cantando, como no caso de Juscelino.

Embora os jornais tenham provocado declarações elogiosas de quase todas as figuras importantes da política nacional, no enterro e nas missas eram raras as presenças de destaque, além de seus colaboradores mais próximos como Sandra Cavalcanti e o atual prefeito do Rio, Marcos Tamoio.

"Não foi uma manifestação política, foi uma manifestação de carinho", reconheceu o seu filho Sérgio Lacerda referindo-se à pequena afluência de pessoas à missa de sétimo dia.

A própria Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que Lacerda governou, num primeiro momento recusou a proposta de uma sessão em homenagem à sua memória. Segundo versões que circulam no centro do país, a morte colheu Carlos Lacerda no momento em que ele começava a cultivar mais uma vez o seu antigo sonho de ser presidente da República. Um grupo, com o apoio do grupo Mesquita (O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde), estava tramando a sua ressurreição política para que surgisse como um possível candidato, estava tramando a sua ressurreição política para que surgisse como um momento empurrassem o país para uma abertura política.

O depoimento de 38 horas, colhido antes de sua morte, por jornalistas de O Estado, ressaltando as qualidades de democrata revolucionário de Lacerda, faria parte desse plano, truncado abruptamente por um enfarte. Os verdadeiros democratas devem lamentar ou não?

Mal-amadas e lanterneiros

Por Marcos Sá Correa

Em 1964 a revolução era para tirar João Goulart do Palácio do Planalto. Nela estavam embarcados, cada um a seu modo, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek: um na proa, outro na popa — mas estavam. Depois, no primeiro exemplo célebre de utilização de seus instrumentos excepcionais para fins de promover acertos puramente políticos, ela cassou Juscelino e acabou com sua candidatura à presidência da República. Ficou Lacerda. Aí a revolução, depois de inaugurar com a cassação de Juscelino sua dinastia própria de presidente e, com a ajuda dos poderes de exceção, seus próprios métodos sucessórios, livrou-se de Lacerda. E assim os eleitores de Lacerda que fizeram a revolução e com ela, em grande parte, colocaram o "lacerdismo" no poder — a campanha permanente contra a corrupção, a denúncia sistemática da infiltração comunista, o culto da eficácia administrativa — se livraram da última influência dos políticos civis, em cuja órbita, contra ou a favor, o movimento nascera.

Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda, estão todos mortos, na rápida sucessão que dizimou em menos de seis meses as três figuras mais importantes do passado recente brasileiro. As leis e os hábitos políticos se criaram, primeiro para banir do

país a sombra de Goulart, depois para deter o caminho de Juscelino à presidência, enfim para tirar Lacerda do pedestal do "lacerdismo" institucionalizado, estão todos eles aí, às voltas pelo país, vivinhos.

As três mortes fizeram, no sentido de evidenciar a distância que hoje separa os costumes políticos brasileiros de suas causas, o que treze anos de experiências não fizeram. Nestes treze anos, nunca é bom esquecer, o eleitorado brasileiro ganhou um contingente de milhões de pessoas — cerca de 15 milhões — que nunca votou em Lacerda, nem em João Goulart, nem em Juscelino Kubitschek. Quando esses políticos tinham direitos políticos, faltava a esses eleitores o título eleitoral. Quando tiraram os títulos, os políticos estavam todos proscritos, cada um com suas causas e seu contingente mais ou menos fiel e adeptos, irremediavelmente congelados no tempo.

Essa é uma perspectiva que no Brasil se vai rapidamente embaçando: por mais que se conserve a situação política artificialmente, não se paralisa a história, nem mesmo o desembarque, ainda que meramente vegetativo, das novas gerações na crosta do planeta. São estas gerações, que até o ano que vem terão ocupado a metade do eleitorado brasileiro, e nas seguintes serão

maioria — assim como a país está condenado a ter um dia a totalidade de eleitores que nunca votou em Lacerda, nem em Goulart, nem em Juscelino — que tornam frágil e vã qualquer veleidade de encontrar, no momento político brasileiro, resíduos ainda vivos de "lacerdismo" — o que há é uma parcela de "ex-lacerdistas", "ex-malamadas", "ex-lanterneiros", "ex-maquês", que não mudou de idéia.

É a morte do "lacerdismo", como apostolado de Lacerda, e sua sobrevivência como forma rotineira de ação político-administrativa dos governos revolucionários, que são capazes de explicar, juntos, como a memória de Lacerda foi homenageada no altar menos "lacerdistas" possível: o da nostalgia do regime democrático, contra o qual na ativa, ele trabalhou, e a favor do qual, prescrito pelo regime de exceção, não se conhecia a só grande autocritica de Lacerda. Se o "lacerdismo" ainda latejasse, com seu estilo de mobilização política intato, teria sido impossível entoar esta marcha lúubre com temas de loas à democracia.

Treze anos são tempo mais que bastante para que na memória de um país comece a evanescer até os melhores mitos

Aos inimigos, nada

Carlos Lacerda foi apelidado de corvo por ter sido considerado o principal instigador da crise política que levou Getúlio Vargas ao suicídio. Ele escrevia artigos no seu próprio jornal — Tribuna da Imprensa — contra Getúlio e seu governo. A partir do episódio que ficou conhecido como o Atentado da Rua Toneleros — no qual foi ferido e morreu Florentino Vaz e o próprio Lacerda levou um tiro no pé — os artigos se tornaram freqüentes e incisivos. A seguir, um resumo do que escreveu Lacerda nesse período.

2 de agosto, quando foi lançada a candidatura de João Goulart ao Senado:

— Uma vez um cavalo foi feito senador. Agora, porém, é um potro gaúcho que se atrave a aparecer candidato (...) É, pois, esse aventureiro sem escrúpulos, carrapato no couro da oligarquia Vargas, que se apresenta candidato a senador pelo Distrito Federal (...) João Goulart, não. Esse trabalhista de "boite" arregaça as mangas da camisa para a farra e depois, por se apresentar assim descomposto, finge de amigo dos trabalhadores.

9 de agosto, sobre o atentado da Rua Toneleros, quando foi ferido o major Rubens Florentino Vaz:

— ... as forças armadas ficam a dever ao povo honesto (...) a pregação e a exibição das provas, que permitirá a tantos milhares de brasileiros ouvir e compreender que a hora era chegada de acabar com o Sindicato do Crime que é o regime de Getúlio Vargas (...) E me preciso de bem claro que o povo espera confiante não deixem as forças armadas seja escamoteada a democracia precisamente na hora em que ela triunfa através das lágrimas de quatro orfãos e da coragem de uma menina viúva (...) Estes dias são de perigo porque o desespero levará o sr. Getúlio Vargas às últimas consequências de seus atos. Estes dias podem ser de vitória da Verdade e da Justiça ou de dores irreparáveis. Mais do que nunca, o crime derrama-se do palácio sobre a nação. Ele não hesitará um só momento em transformar em golpe contra o povo a vitória amarga que o povo conquistou pela imolação, já agora sagrada, do major Rubens Florentino Vaz.

E num segundo clichê da mesma edição:

— Pela memória do major Vaz, pelo meu filho que vi caçado em plena rua, já não por mim que tenho a vida jurada por tais bandidos, requeiro ao Congresso, exponho às Forças Armadas, imploro ao povo, suplico a Deus, que tenham piedade do Brasil.

11 de agosto, pedindo a renúncia de Getúlio:

— Até agora nem o indivíduo Gregório Fortunato foi ouvido no inquérito. No entanto, ele é o chefe da malta, ou antes, o seu lugar-tenente, pois o chefe é aquele que se beneficia dos seus serviços e se chama Getúlio Vargas (...). A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo: **renúncia à presidência para salvar a República.** Deixa o poder para que o teu país, que é o nosso, possa respirar nos dias de paz que os teus lhe roubaram. Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo (...) Façamos a revolução pela paz. A revolução sem sangue e sem desgraças.

19 de agosto, sobre a culpa de Getúlio Vargas:

— Getúlio Vargas mantinha no Palácio Presidencial uma guarda ilegal, custeada com o dinheiro público e constituída não somente de funcionários regulares da polícia, mas também de criminosos (...). Por outro lado, a confusão que se procura estabelecer consiste em pretender que se demonstre o dolo de Vargas para considerá-lo culpado (...). O palácio de Vargas é como o porão dos Bórgias (...). O maior culpado chama-se Getúlio Dorneles Vargas! E cada dia de sua permanência no governo é um dia de opróbrio, dia de vergonha e de aflição para a nação brasileira.

20 de agosto, depois que a Aeronáutica concluiu pela depuração da guarda pessoal de Getúlio no atentado:

— Falta agora expulsar Vargas do Catete.

26 agosto, dois dias depois do suicídio de Getúlio:

— O respeito que a morte nos inspira exige de todos, mais do que nunca, o dever de ser sinceros. Não pense assim os que se aproveitam, mais uma vez, de Getúlio Vargas, para a tentativa de reabilitação da oligarquia que afundou o povo na desgraça (...). A solução que o povo na Getúlio Vargas deu ao seu drama pessoal, que emociona o Brasil inteiro, não foi a de um presidente combatido e sim a de um homem traído. Mas que não foi traído pelos adversários, que o combateram com lealdade até o fim (...) Lamentando, profundamente, a morte trágica do presidente Getúlio Vargas, não podemos permitir que os que o levaram ao suicídio ainda se aproveitem de sua morte para continuar o suplicio do Brasil.

políticas e populares. As gerações que se sobrepõem neste espaço de tempo aceleram muito o processo inevitável de esquecimento. A morte de políticos históricos apenas dramatiza e sublinha. Isso é inevitável.

Curioso, diante deste fenômeno do dia-a-dia da humanidade, é saber até quando brasileiros de 18, 20 anos, que tinham 5, 7 anos em 1964 e hoje têm um título de eleitor e uma inclinação natural pelo ativismo e a crítica, serão convidados a entender e observar a realidade atual por explicações tiradas do baú do "lacerdismo", do "janguismo", ou de "juscelinismo".

As viúvas de Juscelino, Goulart e Lacerda, se encontraram no funeral do articulador da frente ampla. Se, em 1967 a frente ampla era um suspeitíssimo arranjo da candidatura ao governo, montada em grande parte com interesse próprio e que ajudou a desmoronar o "lacerdismo", no velório os três aceitavam juntos. Uniu-os a passagem de treze anos, que sem que o país e seus líderes ainda o percebessem, começa a apagar todo o passado político anterior a 1964, para enfeixar sua herança na mesma recordação estumacada da democracia.

Nas ruas o p grita: "Fora c

Lacerda queria ser candidato à presidência da República e veio ao Rio Grande fazer campanha no reduto dos seus arquiinimigos: Getúlio, Jango e Brizola.

É uma cena que não mais se repetiu no aeroporto de Porto Alegre: vinte mil pessoas, divididas em duas multidões, uma aplaudindo, outra vaiando e xingando. Mas Carlos Lacerda desembarcou sorridente e, sorridente recebeu as boas vindas das autoridades presentes — o engenheiro Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, os deputados Paulo Brossard, Sinval Guazzelli e Cândido Norberto (então presidente da Assembléia gaúcha), e o secretário estadual do Trabalho, Arnaldo da Costa Prieto.

Lá fora a polícia tentava conter a multidão que se exaltava, agitando suas faixas: "FORA CORVO DA GUANABARA", "ABAIXO O MATA-MENDIGOS" (esta última uma alusão aos cadáveres de mendigos encontrados no Rio da Guarda, jogados pela polícia carioca).

Carlos Lacerda era governador da Guanabara e chegava a Porto Alegre nesse dia 20 de julho de 1963 como convidado especial para o encerramento do II Congresso de Engenharia Sanitária. Mas ele queria ser presidente da República. Estava em campanha para ser o candidato da UD-N, percorrendo todos os estados.

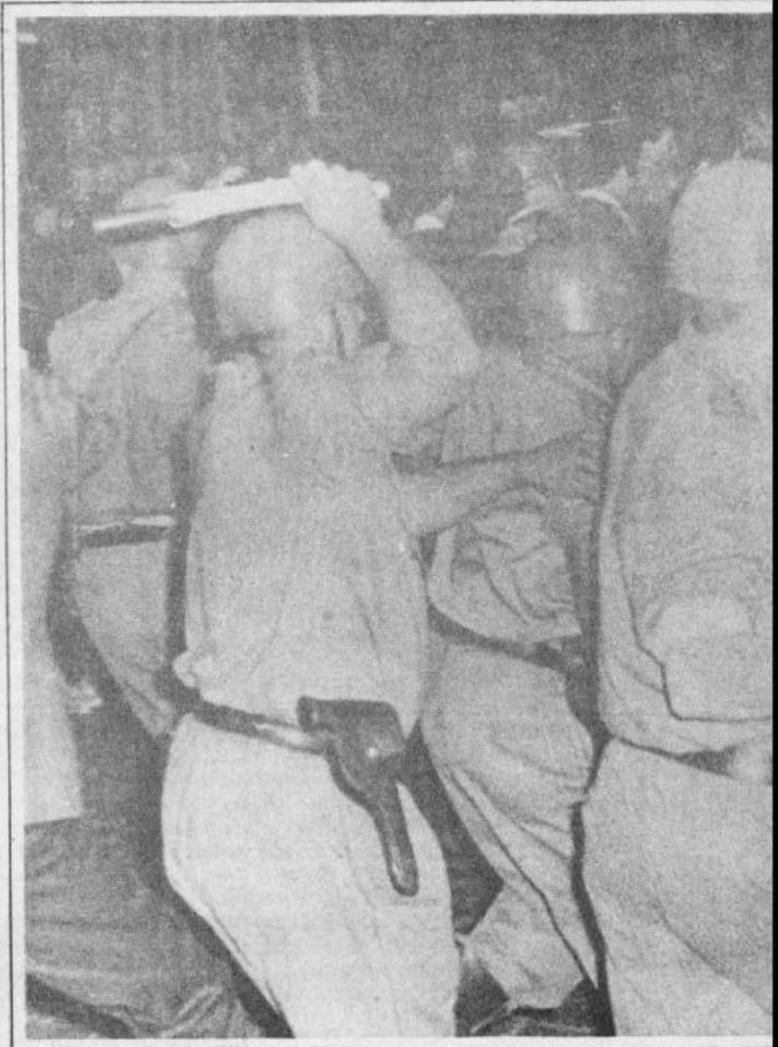
Era, portanto, inevitável que tentasse tirar proveito político da visita, a primeira que fazia ao Rio Grande depois da crise de 1961, quando os militares tentaram impedir a posse de Jango. Seus correligionários prepararam grandes manifestações.

Não poderia, no entanto, ser tranqüila ou apenamente brasileira do reduto de seus principais adversários — Getúlio, Jango, Brizola.

O primeiro incidente ocorreu antes mesmo de o avião que trazia Lacerda tocar na pista do aeroporto Salgado Filho. Um grupo de ferroviários saía da Estação Diretor Pestana, próxima ao aeroporto. Um deles, Wolf da Silva Gomes, empunhava uma bandeira negra em sinal de luto pela presença de Lacerda.

Foi então que o grupo se encontrou com outro, liderado pelo general da reserva Plínio Lehmann Figueiredo. Formou-se a confusão e no meio dela o general puxou de sua arma e disparou.

A bala atingiu Wolf da Silva, ferindo-o gravemente. Os médicos do Pronto Socorro de Porto Alegre tiveram que fazer uma



No centro de Porto Alegre as manifestações chegaram ao auge. O fotógrafo Assis Hoffmann, que fazia a cobertura para a UH, foi espancado até desmaiar (abaixo)



cirurgia de emergência para salvá-lo. Logo depois, um irmão do então deputado Leonel Brizola foi atingido no rosto por um tijoloço.

Evitando a confusão, a comitiva dos dois governadores tratou logo de sair do aeroporto. Um grupo de batedores ia abrindo caminho na multidão, enquanto dos dois lados do carro oficial brigadianos a cavalo protegiam as autoridades. Ao lon-

go da BR-2 (hoje BR-116) os jogavam pedras e corvos morto governador da Guanabara.

Os batedores deixaram de a comitiva na altura do monumento, de onde Lacerda seguiu sede da Associação Rio-grandense de imprensa onde deu uma longa coletiva. Ao sair do carro na Av. Ages ele ganhou mais vaias e apla-

POLÍCIA DE MENEGHETTI MASSACROU O POVO PARA DEFENDER MATA-MENDIGOS



Com vestimenta feita no mesmo e após receber a voz de comando do delegado Sérgio Gonçalves e Francisco de Paula Argo, pai do "Pólice de Chique" indiano, entre os 25.000 habitantes a maioria se juntou por acreditar no slogan de justiça contra a presença de Lacerda no Rio Grande do Sul.

A iniciativa de levar aos capangas militares da Polícia Militar gaúcha, não passou despercebida. Fugiram, portanto, para suas casas e para o Rio Grande do Sul, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. E a situação de violência se agravou ainda mais, com a chegada de milhares de pessoas de outros estados para apoiar a causa.

BRASILIDADE
Uma semana, que se abriu de maneira a fim de ser um sinal de alerta e ordem, terminou no dia de hoje, com a chegada de milhares de pessoas de outros estados para apoiar a causa.

CRACIA
Uma semana de violência, terminou hoje com a chegada de milhares de pessoas de outros estados para apoiar a causa.

SABIDO
A rua de frente ao monumento ao Rio-grandense de imprensa, onde Lacerda deu uma longa coletiva, foi palco de uma violenta manifestação.

CRACIA
Uma semana de violência, terminou hoje com a chegada de milhares de pessoas de outros estados para apoiar a causa.



CIDADE TRANSFORMADA EM PRAÇA DE GUER

A denúncia das violências contra o "ovo", uma cobertura típica da Última Hora (21/7/63).

OVO ORVO!



mendigos", complementando com fotos de policiais espancando mulheres.

Só o Correio do Povo seria um pouco mais comedido e preferiria comentar os incidentes do aeroporto. "É curioso assinalar que, depois de haver o senhor Carlos Lacerda deixado o aeroporto, ocorreram desentendimentos verbais entre dois grupos de manifestantes", dizia o jornal. Enquanto a Folha da Tarde assegurava que tudo era culpa de "conhecidos desordeiros que sempre aproveitam estas ocasiões para perturbarem a ordem pública".

Na sua entrevista na Associação Rio-grandense de Imprensa, Lacerda procurou ser discreto em relação a sua candidatura: "Identifico na pressa de lançar candidatas a insatisfação com o governo, mas é preciso antes de tudo preservar o regime", diria ele.

Diria ainda que tinha esperanças de que Goulart cumprisse seu mandato até o fim, "embora esteja difícil". Sobre Juscelino, que também queria ser candidato, comentou: "Tenho medo dos que pedem bis. Para conter a inflação seria muito perigoso chamar quem a fez". E sobre os militares disse: "Têm todo o direito de opinar. O grave é quando saem dos tanques para ir às ruas".

As repercussões nos dias seguintes viriam de todos os lados. Os estivadores e os ferroviários entraram em greve como protesto contra a presença de Lacerda. Os bancários reclamavam da violência policial contra os manifestantes e a Última Hora fazia coro: "BRIGADA É POVO, LACERDA É CORVO".

A ARI pedia providências do governador para apurar os responsáveis pelo espancamento do jovem fotógrafo Assis Hoffmann, da Última Hora, por agentes policiais.

A Executiva Regional do PTB, presidida pelo deputado João Caruso, telegrafou ao presidente da República, pedindo providências contra a ação policial "que espancou uma multidão que protestava segundo seu legítimo direito". Dizia o telegrama: "Espancaram mulheres e crianças sob a ordem do governador, que assim se colocou ao lado de quem veio pregar o golpe de Estado, o que fez através da rádio Guaíba. Reclamamos a restituição das garantias às liberdades democráticas".

Esta nota do PTB foi reproduzida nos jornais da Caldas Júnior, seguida de uma nota da redação: "O telegrama acima reproduzido, assinado pelo presidente da Executiva Regional do PTB, constitui um dos mais lamentáveis documentos de toda a história do Rio Grande do Sul, pois só contém inverdades e mistificações...".

No dia 24 de julho o presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Say Marques, acusava o diretor regional da Petrobrás no Rio Grande do Sul, Fernando Ribeiro, como o principal instigador dos tumultos, "trazendo caminhões com operários da empresa para participarem das manifestações". Say concluiu dizendo que a "Petrobrás deveria se chamar Petrovietzky".

Lacerda voltaria ao Rio sem pronunciar sua palestra aos engenheiros, porque o reitor da URGS, Eliseu Paglioli, negou-se a ceder o salão de atos para a solenidade de encerramento do Congresso de Engenharia Sanitária. Nos meses seguintes as coisas iriam evoluir e Lacerda se tornaria o centro das atenções, assumindo o papel principal na sucessão de Goulart, prevista para o ano seguinte. Na época o incidente de Porto Alegre foi o assunto principal de todos os jornais do país, mesmo porque nada de muito original estava acontecendo; Estados Unidos e União Soviética firmavam mais um pacto nuclear, o editor da Tribuna da Imprensa, jornalista Hélio Fernandes, era preso por ordem do ministro da guerra, Ieda Maria Vargas ganhava o concurso de miss Universo em Miami e o deputado Paulo Brossard denunciava: "A crise foi estimulada por quem deseja destruir as instituições democráticas".

Águia e martim-pescador

Por João Borges de Souza

Os amigos que em fins de março conversaram com o ex-vereador, ex-deputado federal, ex-governador da Guanabara, ex-líder opositorista a todos os governos do País a partir de 1946 (mesmo a alguns que em determinados momentos apoiou), e, ao morrer, editor de livros, encontraram um homem amargurado. Políticos e livreiros em sua maioria, eles diagnosticaram em Carlos Frederico Werneck de Lacerda um desânimo e amargura que se sobreponham ao espírito agitado de sempre. — "Estou mudo até 1979", dizia levando ao extremo as restrições que lhe foram impostas com a cassação em 68. Queria evitar de falar em questões políticas mesmo entre amigos até que se esgotassem os 10 anos da cassação dos seus direitos políticos.

Indo a São Paulo autografar o primeiro (agora único) volume de suas memórias A Casa de Meu Avô, foi necessário muita insistência da repórter Regina Penteado, da Folha Ilustrada, para que Lacerda desse uma opinião sobre a situação brasileira. E ainda assim com evidente contrariedade:

— Sou cidadão brasileiro, casado, vacinado, pagador de impostos e avô de seis netos; de fato, não existe lei nenhuma que me obrigue a não pensar no Brasil.

Dito isto e ainda observando que "é para não dizer que me esquivei da pergunta", falou de sua decepção diante dos caminhos seguidos pelo povo brasileiro, nas últimas décadas: "Eu sempre acreditei no Brasil, por ser um país grande, rico, populoso. Mas, ultimamente, dei para pensar, como num pesadelo, que a Índia também é um país enorme e que já teve uma civilização muito mais adiantada do que hoje. Mas as dissensões entre as facções, o refúgio do povo em fórmulas místicas como uma evasão, devido à impossibilidade de participação na vida cívica, por impedimento das castas privilegiadas, acabaram fazendo com que o povo ficasse para trás, cada vez mais distanciado da elite dirigente".

"Temo que ao invés de tomarmos o caminho do Canadá, tomemos o caminho da Índia". Depois referindo-se ao esvaziamento de lideranças disse que "...estamos deformando a nossa classe dirigente. O ensino brasileiro é a mais rendosa indústria, pois vende, a preço de ouro, diplomas inúteis. Porque uma universidade que não permite o livre debate não passa de uma inutilidade".

E retomando o tom que cultivou em sua atuação política, concluiu: "Quando, em uma nação se acostuma as pessoas a se portarem como carneiros, os descendentes também se portarão como carneiros". Foi a única vez que fez uma referência crítica ao regime que ajudou a implantar em 1964.

Para o colunista Castelo Branco, Lacerda tinha o "...temperamento de um homem que lutava e agredia quase sempre indiscriminadamente, mas que jamais teve plena consciência dos danos morais que causava. No fundo, a agressão se esgotava, nele, com a palavra. A reconciliação, generosa e completa, foi outra constante de sua vida". Talvez por isso esta observação de Jânio Quadros, por ele apoiado e por ele duramente criticado no seu efêmero governo: "Era um homem paradoxal, capaz de vôos de águia e mergulhos de

martim-pescador. Inteligente até o desvario. Culto até a erudição. Tribuno de feitos telúricos". Ou ainda esta, do senador Paulo Brossard de Souza Pinto: "Em muitos períodos foi um dos homens mais admirados do nosso País e também um dos mais hostilizados".

Com "vôos de águia" ou "mergulhos de martim-pescador", Lacerda esteve na cena política brasileira durante quatro décadas. E no período constitucional de 1946 a 1964 figurou na condição de um dos astros principais, coadjuvado por civis e militares, muitos destes sob a liderança do brigadeiro Eduardo Gomes, duas vezes derrotado como candidato à Presidência da República sob a legenda da União Democrática Nacional — o partido pelo qual Lacerda se elegeu vereador em 46 e que foi, com a Tribuna da Imprensa, seu principal instrumento de oposição a todos os governos que se seguiram.

Sua vida política começa em 1932, quando aluno da Faculdade de Direito. Dois anos depois torna-se pública sua adesão ao Partido Comunista quando lê, em comício no Teatro João Caetano, manifesto de Luiz Carlos Prestes sobre os objetivos da Aliança Libertadora Nacional. Em 1964, Lacerda, governador da Guanabara e ainda candidato à Presidência da República é assim definido pela CIA:

— Um dos anticomunistas mais vigorosos e notórios da América Latina. Conquistou ampla reputação como orador franco e jornalista vitriólico, mas seu ardor e seu comportamento emocional muitas vezes tendem a diminuir sua eficiência. Crítico franco do ex-presidente Goulart, pode-se esperar que Lacerda, um líder udenista, seja forte concorrente à Presidência nas eleições do próximo ano. Tem demonstrado uma atitude predominantemente pró-americana.

"Com essa reputação Lacerda transformou-se num dos principais líderes civis da fase da vida política brasileira encerrada em 64. Uma liderança conquistada em acontecimentos que traumatizaram a vida do País: em 54, comanda a campanha contra Getúlio Vargas, sofre o atentado da rua Toneleros (no incidente ele foi ferido no pé e morreu o major da Aeronáutica Rubens Vaz) dia 5 de agosto e, no dia 24, o Presidente suicida-se; em 55, no movimento militar de 11 de novembro, ficou ao lado do presidente interino, Carlos Luz, a bordo do cruzador Tamandaré, sob o comando do almirante Pena Botto. Derrotado, licencia-se da Câmara e vai para os Estados Unidos; em 56 volta ao País para fazer Oposição ao Governo de Juscelino Kubitschek; em 60 é um dos articuladores da candidatura de Jânio Quadros e, um ano depois, já na oposição, põe-se à frente do movimento que levaria o Presidente à renúncia; em 64 pretende candidatar-se à Presidência. Mas os militares decidem-se pela eleição do marechal Castelo Branco. Três anos depois, em 67, ele ainda alimenta a esperança de ser o candidato civil. Definida a sucessão a favor de Costa e Silva, Lacerda coloca-se na oposição e vai a Lisboa e Montevideu tentar uma reaproximação com os dois presidentes que tudo fizera para derrotar: Juscelino e Jango. Seu objetivo era formar a Frente Ampla, um movimento que ele planejava para transformar-se num terceiro partido. Em 68, o Governo fecha a Frente Ampla, que de fato ainda não existia, prende Lacerda e cassa-lhe os direitos políticos.

Foto de Assis Hoffmann

populares
contra o
companhar
mento ao
u para a
e de Im-
entrevista
mida Bor-
sos. Mais

tarde entrevistou-se com o arcebispo Dom Vicente Scherer, seguindo depois para a rádio Guaíba, onde participaria do programa Távola Redonda.

CONFUSÃO

As manifestações não podiam mais ser controladas. Às 23 horas Lacerda chegava no prédio da Companhia Jornalística Caldas Júnior para participar do programa na rádio Guaíba. Uma multidão se reuniu na frente para vaiar o governador carioca.

O número de manifestantes foi engrossado pela saída dos cinemas que ficavam por perto. No momento de maior confusão alguém largou um porco entre os populares provocando uma algazarra ainda maior. Alguns gritavam: "Lacerda ao paredão", enquanto outros jogavam pedras e corvos mortos contra os vidros do prédio.

"Cenas dignas da juventude hitlerista", comentaria no outro dia a Folha da Tarde. Soldados de baioneta calada surgiram de todos os lados, dispersando a multidão e impedindo o tráfego na rua Caldas Júnior, no centro de Porto Alegre.

O que aconteceu em seguida é difícil de saber. Para o jornal Última Hora os garros vermelhos (policia de choque) chegaram espancando mulheres e crianças: "Com verdadeira fúria assassina e, após receber o comando de dois delegados, os policiais iniciaram o massacre do povo".

Já a Folha da Tarde diria que "com gás lacrimogênio e algumas borrachadas os policiais dispersaram os revolucionários, que em seguida empreenderam uma corrida digna de um campeão olímpico. Cabe esclarecer que nenhuma parcela daquilo que se chama povo participou do triste espetáculo dos comunistas e filocomunistas".

Como se vê a imprensa se dividia em dois lados muito bem definidos. Na manhã seguinte a Última Hora acusava em sua principal manchete: "Policia de Meneghetti massacró o povo para defender o mata-

Entrevista a Tarik de Souza, Gilberto Pauletti, José Antônio Severo e Elmar Bones

CHICO BUARQUE

Há cinco anos ele não conseguia pôr na rua um disco inteiramente seu. E há quatro pelo menos não aparecia na tevê. Mas o público continua cada vez mais fiel a Chico. Seu especial feito pela TV Bandeirantes faz enorme sucesso e o disco *Meus Caros Amigos* já vendeu 300 mil cópias.

Coojornal — Você faz parte do grupo de músicos e compositores projetados no início da carreira pela TV, pelos festivais da Record de 65/66. Quase todos estão hoje afastados da televisão e você há três ou quatro anos não aparecia nos vídeos. Agora você voltou com um programa especial feito pela Bandeirantes de São Paulo e que está passando em todo o país com uma acolhida muito boa. Como foi a sua volta?

Chico Buarque — Não foi assim uma volta-programada. Eles me fizeram um convite que achei razoável. Eu já havia feito um programa em 73 com o Roberto Oliveira, que dirigiu este de agora. Foi tudo muito livre, muito à vontade. Gravaram 17 horas de bate-papo, de besteira para tirar uma hora e pouco de programa. Eu gostei muito, achei muito bom.

Coojornal — Significa que você fez as pazes com a TV?

Chico Buarque — Nunca estive brigado com a televisão, nunca disse que não transava TV. Não concordo com o monopólio, com o tipo de censura que a Globo andou fazendo, por exemplo. O que houve foi isso: estive cortado da televisão em parte pela censura oficial, em parte pela censura própria da Globo.

Coojornal — Mas agora, se a Globo convidar para um especial você topa?

Chico Buarque — Agora sou eu que não quero. Acho inadmissível uma censura, como a Globo andou exercendo por aí, principalmente numa época em que a censura oficial era braba.

Coojornal — Eles já lhe propuseram algo assim?

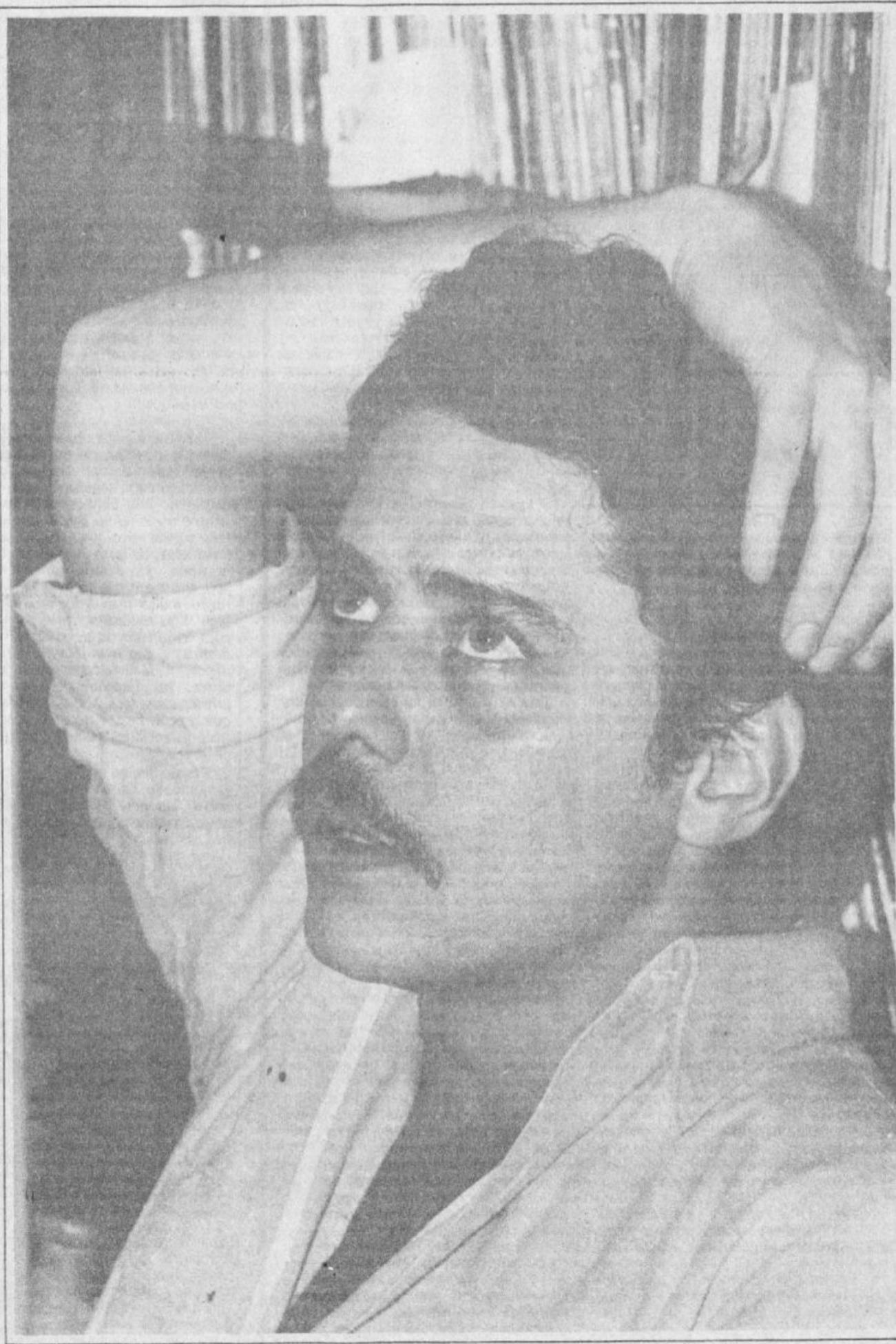
Chico Buarque — Sim, já propuseram, há mais de seis meses. Mas agora não me interessa, não estou a fim. Não acho que esteja perdendo alguma coisa com isso. Também não é nenhum ato heróico não fazer TV Globo. Eu não gosto do que vejo lá. Não acredito que possa fazer um programa bom lá. Vejo gente boa lá, vejo e não gosto do resultado final.

Coojornal — Quem você viu lá que não foi bem?

Chico Buarque — Não vamos entrar nisso, não. Mas já vi coisas incríveis, apesar de bem intencionadas às vezes.

Coojornal — A Globo é uma imensa máquina, você não teria o controle do programa como teve na Bandeirantes, e isso?

Chico Buarque — Não é controle, é confiança. É outra coisa. O Roberto Oliveira já tinha feito um trabalho comigo, bem feito, honesto e eu me entreguei. Se ele quisesse fazer um programa muito ruim, me derubando, ele podia fazer com o material que ele tinha lá, 17 horas de gravação. Era só escolher as mil coisas que não deram certo e pronto. Não estou dizendo que a Globo iria fazer uma coisa dessas comigo, isso é bobagem. Só que acho que eles não dariam o meu tempo. Eu vejo cantor na TV Globo assustado, não sei se é impressão minha, mas parece que o cara está assustado, se errar vai bater o gongo. Isso não é culpa de fulano ou de cicrano não. É um sistema que existe...doente.



"Foi sem querer, mas Meus Caros Amigos saiu mais jogado pra fora, mais otimista do que os outros discos"



Coojornal — E como escapar dele?

Chico Buarque — Acho que tem que haver concorrência. Tem coisas muito ruins lá que todo mundo assiste porque não tem outra coisa. Isso tem que ser dito: com o que os outros estão fazendo aqui no Rio não dá para virar o botão, só pra desligar.

Coojornal — Você acha que a concorrência aperfeiçoa...

Chico Buarque — Estou falando num país capitalista, nós estamos vivendo aqui. Acontece que de repente nós temos uma televisão com todos os defeitos da televisão estatal, aliados a todos os defeitos da televisão em livre iniciativa. Estamos com os defeitos e só os defeitos dos dois lados. Eu morei na Itália. Lá a televisão tem coisas chatas, por que é do Estado, não há concorrência. Mas quando você chega aqui e vê o volume de anúncios que nós jogam em cima, você leva um susto.

Coojornal — O que você acha desses caras, atores de novela, Chico Anísio e outros que estão gravando disco, faturando a força da Globo?

Chico Buarque — Acho que não é o caso de discutir os caras, o Chico Anísio ou outro porque gravou um disco. O caso é a Globo que está entrando na música como está entrando no teatro e no cinema e com um poder, uma máquina de promoção com a qual ninguém é capaz de competir. A dificuldade de se montar uma peça porque os atores estão todos vinculados à Globo e não podem trabalhar em determinados horários é uma coisa séria. E isso não é nada: a Globo começa a entrar, indiretamente, em promoção de teatro e até em filme. Não é a Globo, é gente ligada à Globo. Então você vê lá num horário nobre, no Jornal Nacional a propaganda de uma peça. Jamais você vai conseguir fazer isso com Gota D'Água, por exemplo, você não terá dinheiro pra isso nunca. Quer dizer: o negócio é feito através de permuta, os artistas estão na produção, fazem um especial, não sei o quê e acaba tendo o dedo da Globo nisso. Isso é muito grave porque no fim eles não têm o monopólio apenas de televisão. Estão entrando de sola na música. Você vai ver a lista do hit parade, é o tema da novela das 8, em primeiro lugar, o segundo lugar é a faixa internacional da novela das 10...

Coojornal — Mas esse é o hit-parade da Globo...

Chico Buarque — Não, isso é verdade. Quem vende mais disco são eles mesmo, longe. São os discos de novela e nisso aí há mais sacanagem porque eles pegam uma coisa aqui e outra coisa ali, nas músicas internacionais nem se fala. Essa novela do Mário Prata, o Estúpido Cupido, não aparece Ray Connif e, segundo o texto do Prata, deveria ter a música do Ray Connif.

Mas a Globo não chegou a um acordo com a gravadora dele, então entrou com Ray Connif. É assim. O que for mais barato eles pegam e vendem qualquer coisa. Põem disco com 20 faixas e você compra contente porque tem mais música. Mas as músicas vêm cortadas e estragam logo porque os sulcos são muito estreitos. É violentíssimo.

Coojornal — E como é que se combate isso?

Chico Buarque — Por enquanto o que se pode fazer é atacar no terreno do direito autoral. O grosso da arrecadação de direito autoral no Brasil é festinha do interior, a boate no Acre, a música que toca de fundo em restaurante, e a rádio e a televisão, que é o que tinha, que paga mesmo, é uma ninharia o que eles pagam. A TV Globo paga uma ninharia, enquanto nos Estados Unidos o que pagam o rádio e TV representa 85% do direito autoral arrecadado. Agora promete-se uma solução para este assunto, vamos ver.

Coojornal — Em que estágio está isso?

Chico Buarque — Bom, tem aí esse Conselho Nacional do Direito Autoral, cuja intenção é sanear esse negócio. Agora não é fácil. Aí também entra o poder das velhas sociedades arrecadadoras e não se pode subestimar o poder delas. Aí tem ligações que você não imagina.

Coojornal — E a Sombras? Como está a Sombras (1)

Chico Buarque — A Sombras é um movimento de classe que por enquanto atua mais dentro do problema do direito autoral. Mas que pode vir a ser um órgão de classe atuante. Ainda não é porque é uma coisa muito difícil, com muita suspeita em cima, porque está mexendo numa caixa de marimbondo que são as velhas sociedades arrecadadoras de direito autoral. Então já vêm aquelas acusações todas de praxe, que é um bando de subversivos.

Coojornal — Quantos compositores já estão ligados à Sombras?

Chico Buarque — Não tenho os números. Ela tem um problema que por enquanto não pode atuar fora do Rio. Em São Paulo atua um pouquinho. Mas no Rio são

(1) — A SOMBRAS (Sociedade Musical Brasileira) é uma entidade civil criada há dois anos para defesa da música e dos direitos do compositor brasileiro. Seu presidente é Antonio Carlos Jobim, e tem como companheiro de direção Chico Buarque de Holanda, Hermínio Belo de Carvalho, Luiz Gonzaga Junior, Vítor Martins, Aldir Blanc e outros. No ano passado, a Sombras mandou um extenso relatório ao Ministro da Educação, Ney Braga, sobre a situação do direito autoral no Brasil. O ministro achou "calamitoso" o quadro descrito no relatório que acabou dando origem ao Conselho Nacional de Direito Autoral, órgão ligado ao Ministério da Educação.

pouquíssimos os jovens compositores e músicos que não são ligados à Sombras. Ela ainda é precária, ainda não pode atender aos problemas de cada um. Mas só não está na Sombras quem está desinformado ou desiludido ou está ligado ao velho sistema de arrecadação de direito autoral.

Coojornal — O pessoal da Sombras teve algum problema, algum boicote nessa área do direito autoral?

Chico Buarque — Que eu saiba não. Mil ameaças. Tom Jobim mesmo recebeu telegrama, ele é da SBACEM, acho que ameaçando expulsão, uma coisa assim. Eles têm lá uma porção de cláusulas dessas. Eu, por exemplo, já tinha recebido ameaça de expulsão dos quadros da UBC (União Brasileira de Compositores) há algum tempo, quando comecei a fazer música com o Tom Jobim mesmo e com outros compositores que não são da UBC. Hoje não existe mais esse problema. Mas existia isso. Você para fazer música com um parceiro tinha que pedir a carteirinha para saber se ele era da mesma arrecadadora. Era um absurdo e caiu porque não convinha a eles e mesmo porque eu sou um cara com bastante nome, podia chiar e ia ficar mal. Quer dizer, neste nível se você me perguntar ou perguntar a outros compositores de mais nome se eles sofreram alguma pressão, não vai encontrar nada.

Coojornal — O problema são os menos conhecidos, os principiantes...

Chico Buarque — E. O problema não somos nós não. É aquele compositor que se passarem a mão, se mandarem embora, não vai acontecer nada. Não vai sair no Zóximo. E aí tem até crime.

Coojornal — Como crime?

Chico Buarque — Crime de morte. Teve um cara aí que levou uma bala porque falou mal da sociedade.

Coojornal — É um caso com a Sica aqui no Rio, não? Como era o nome do cara?

Chico Buarque — Chamava-se Nelson, parece. É um compositor que a gente não conhece, evidentemente. Eles não vão dar um tiro no Tom Jobim.

Coojornal — Foi difícil a formação da Sombras?

Chico Buarque — Claro que foi. Eu me lembro: desde que me dou por compositor, de uns doze anos para cá, há essa conversa de discutir direito autoral, de tentar reunir o pessoal e nunca deu certo. Isso porque a profissão um pouco condena a gente a um certo individualismo. É muito difícil juntar em torno de qualquer tema comum. A Sombras parecia ser mais uma tentativa destas e acabou dando certo, principalmente porque no momento os escândalos

nas sociedades arrecadadoras estavam chegando a proporções policiais. Quando ela estava apenas se formando, era apenas discutida em bate-papos, começou a sofrer uma série de ataques das sociedades, alarmadas com a idéia, e isso acabou dando força à Sombras. Então, aquela idéia que era de uns 10 ou 12 caras acabou se ampliando. E hoje a Sombras tem voz, ela é ouvida em termos de direito autoral.

Coojornal — Seu último disco "Meus Caros Amigos" vendeu já 250 mil cópias. É uma coisa surpreendente. Como você explica: a música do Chico é que mudou ou aumentou a receptividade para o tipo de música que o Chico faz?

Chico Buarque — Primeiro: foi mais de 250 mil. É um pouco mais de 300 mil. E eu não sei explicar. Acho que conta o fato de que eu estava há muito tempo sem lançar um disco de coisas novas. Não entendo também nada disso: um disco de peça de teatro vende menos do que disco que não é peça de teatro. Disco de filme não vende, é tabu.

Coojornal — Seus últimos dois discos que foram aquele da peça Calabar que acabou saindo como "Chico Canta" e o "Sinal Fechado" foram discos que representam uma descida na tua carreira justamente por causa do problema da censura. Este é o primeiro disco em que você conseguiu formar um repertório novo, não é?

Chico Buarque — E, outro dia nós tivemos uma conversa lá na companhia discutindo se vamos gravar ou não vamos gravar e vimos que menos do que todos esses discos aí, menos que "Sinal Fechado", que praticamente não tinha música minha, e o "Calabar", que saiu todo mutilado, foi o "Quando o Carnaval Chegar". E este é um disco de um filme, mas é um disco de música que quase todas as vezes tinha Nara e Bethânia para reforçar e ainda deu 40 mil, que em comparação ao que eu vendo normalmente é muito pouco.

Coojornal — Desde quando não havia um disco inteiramente seu, assim como este "Meus Caros Amigos"?

Chico Buarque — É. Tinha esse disco do filme, com a Nara e Bethânia, disco de show com o Caetano, o "Calabar", que saiu todo errado com a capa toda branca, o "Sinal Fechado", que era com músicas de outros compositores, o disco do show do Canecão com a Bethânia. Quer dizer, nada disso era um trabalho meu, normal. O último que foi assim um trabalho inteiramente meu, normal, foi "Construção" em 1971.



Tudo que está no ar, está na Continental.

Nos **1120**, rádio à moda da casa.

Coojornal — O momento atual, em que o país começa a redescobrir o exercício da crítica em todos os níveis, não seria propício para esse tipo de música sua. Isso não teria influído para chegar a esses 300 mil discos?

Chico Buarque — Eu já falei sobre isso. Mas se fosse pensar assim, um disco como "Calabar" teria tudo para ser um estrondo em vendagem. Acredito que haja 200 mil pessoas informadas neste país. Então, uma peça que foi proibida, foi proibida inclusive a divulgação da proibição dessa peça, e consegue sair um disco com músicas desta peça era uma coisa para, como as pessoas dizem, faturar em cima. Mas nada, foi um fracasso. Agora, reconheço que o momento atual talvez seja um pouco mais quente do que alguns anos atrás, mais otimista no sentido de que as coisas podem melhorar. Está havendo uma mobilização muito maior, inclusive você vê isso em termos de espetáculos públicos. O Milton Nascimento lotando o Maracanãzinho, lotando três noites o Ibirapuera em São Paulo, em Porto Alegre também. E não é só isso: espetáculos com artistas menos conhecidos também estão levando muita gente. Acho que está havendo uma necessidade de reunião muito grande. Claro que o disco não tem muito a ver com isso que estou falando. Mas acho que é paralelo.

Coojornal — Que diferença você vê entre esse último disco e os outros discos seus?

Chico Buarque — Sem que eu tenha tramado nem nada, parece que ele está dentro de um espírito assim um pouco menos lamentoso do que "Calabar", por exemplo. É um negócio mais aberto, jogado para fora, mais otimista mesmo.

Coojornal — Você está mais otimista?

Chico Buarque — Não é otimista diante dos fatos, não. É que depois de cinco anos debaixo daquele peso todo da censura, quanto abre qualquer portinha a gente extravasa, talvez até demais. Eu sou muito cauteloso. Mas acho que está havendo quase a necessidade de se criar coisas mais vivas, mais brilhantes. Uma vontade mesmo de um desafogo. E de uma certa forma é preciso reconhecer que em termos de censura, principalmente a censura à imprensa, nós estamos melhor do que há três ou quatro anos atrás.

Coojornal — Teve uma época em que você mandava três músicas e duas eram cortadas. Como está a censura agora com você?

Chico Buarque — Bem, teve uma época em que havia, e isso foi declarado, havia um caso pessoal. E esse caso pessoal passou. Agora acho que estou igual aos outros, não há mais essa discriminação. Porque afinal, com isso eu estava sendo prejudicado mas, por outro lado, a gente tem que contar que as autoridades também se desgastam com essas coisas. A gente não pode subestimar a força delas, mas ao mesmo tempo tem que saber que elas se desgastam. Eu sentia isso pela manifestação das pessoas. Pessoas me perguntando, pessoas até com pena. Eu não ganhava nada com isso, mas eles perdem. Veja só: tenho certeza que a peça Gota D'água foi muito difícil de liberar, mas eu tenho certeza que a proibição de Calabar contribuiu para liberar a Gota D'água. É um jogo que existe.

Coojornal — Você encara esse avanço como conquista ou concessão deles?

Chico Buarque — É uma conquista. De jeito nenhum acredito em concessão e não tenho nada a agradecer, muito pelo contrário...

Coojornal — Você falou uma coisa não muito sabida: Gota D'água teve problemas para liberar?

Chico Buarque — Ah, sim. Ela voltou com tantos cortes que não sobrava nada.

Coojornal — E aí, como você conseguiu liberar?

Chico Buarque — Foi o Paulo Pontes. Ele foi para Brasília, não sei os detalhes. Voltou então ainda com vários cortes, mas que não afetaram o essencial da peça.

Coojornal — O Paulo Pontes negociou com quem lá? Com parlamentares ou...

Chico Buarque — Não sei, não sei mesmo. Parlamentares eu acho que não, senão saberia. Essas coisas são muito discretas, né?



"Estava duro e ia fazer um jingle. Mas o presidente da empresa pulou: vai dar galho com a Aeronáutica"

gente libera uma música do Chico leva bronca de Brasília, se não libera leva bronca do Zóximo" (Nota da Redação: Zóximo Barroso, colunista social do Jornal do Brasil, do Rio).

Coojornal — A existência da censura influiu no teu ânimo? Ou melhor: como é que influiu no teu trabalho essa perspectiva de ver esse trabalho, uma música, cortada pela censura?

Chico Buarque — Bem, influiu mais em relação ao teatro do que à música. É chato você iniciar um trabalho e achando que ia trabalhar meses em cima e a coisa não ia sair. Se bem que a própria repressão no caso era uma forma de ativar.

Coojornal — E no caso da música?

Chico Buarque — Nunca me preocupei muito se ia ser proibida ou não. Sempre trabalhei normalmente.

Coojornal — Você tem muita coisa censurada e que não conseguiu liberar ainda? Seu "arquivo morto" é grande?

Chico Buarque — Tenho, mas não é questão de ficar guardando e pensando em amanhã ou depois liberar. Porque acho que a música tem o momento, a hora que foi feita, depois não me interessa mais. Não que ela tenha envelhecido, mas eu não vou ficar agora lamentando da música que foi feita há quatro anos atrás, que foi proibida e está na gaveta. Não estou nem preocupado em tentar liberar agora. Claro que se eu fizer uma música agora e ela for censurada talvez eu vá gravar em Portugal. Mas é no momento. A gente está animado, está fazendo ou acabou de fazer, e ela ser proibida é um baque, uma porrada. Mas a porrada que você levou há quatro anos atrás já não dói tanto.

Coojornal — Daria um disco de censurados? Censuras são?

Chico Buarque — Numericamente não são muitas, mas isso tem pouca importância. Porque também há mil formas de censura: há música que não pode tocar no rádio, música que pode sair, depois não pode mais, a coisa é variada.

Coojornal — Aquele livro que você escreveu em 1974, "Fazenda Modelo", foi uma maneira de escapar ao bloqueio que você estava sofrendo na música?

Chico Buarque — Talvez tenha começado porque estava sem perspectiva de lançar um disco de músicas novas. Mas depois disso não. Durante o trabalho era aquilo que quis fazer mesmo, enquanto estive trabalhando não pensei mais nessas coisas. Aquilo era uma coisa que eu sempre pensei em fazer.

Coojornal — Mas foi uma coisa, digamos, inesperada porque você é um homem que lida mais com a música do que com a palavra, com o teatro...

Chico Buarque — Não. Eu lido com a música e com a palavra e até lido mais com a palavra sem a música do que com a música sem a palavra. Mesmo antes de fazer música, nos tempos de colégio já escrevia. Sempre gostei muito. Então escrever para teatro era um fascínio para mim.



Coojornal — Então é correto quando dizem que você é mais letrista, trabalha melhor, se preocupa mais, com a letra do que com a música?

Chico Buarque — Não, não acontece isso. Quando faço música e letra faço as duas coisas junto. Uma coisa não leva vantagem sobre a outra não. Minha preocupação é de que fique uma coisa só e pra isso às vezes tenho que cortar um pouco da música para encaixar com a letra, mas geralmente eu corto mais a letra do que a música. Talvez, é verdade porque eu tenho mais facilidade literária do que musical, tecnicamente letra para deixar bem claro não faço letra sem música e às vezes faço música sem letra. Excepcionalmente faço letra para a música de outra pessoa, como já fiz música para um poema do João Cabral. Mas não é o meu trabalho habitual esse.

Coojornal — No caso do livro, houve muitas restrições a ele do ponto de vista da crítica literária. O fato de você ser um compositor consagrado terá influído nisso? Quanto ao teatro há também essa reação?

Chico Buarque — Vai haver sempre uma restrição. Eu não sou considerado um dramaturgo e já escrevi três peças. Afinal, eu me firmei como compositor. E há outra coisa: há um certo tipo de crítica mais acadêmica, que gosta de ficar passando a mão na cabeça das pessoas. E é mais fácil passar a mão na cabeça do compositor do que do escritor. Aquela coisa, o compositor da Banda, tem mais é que ficar fazendo música. Mas é natural. Na época talvez tenha ficado mais magoado, mas depois passou.

Coojornal — As críticas desestimularam o Chico escritor?

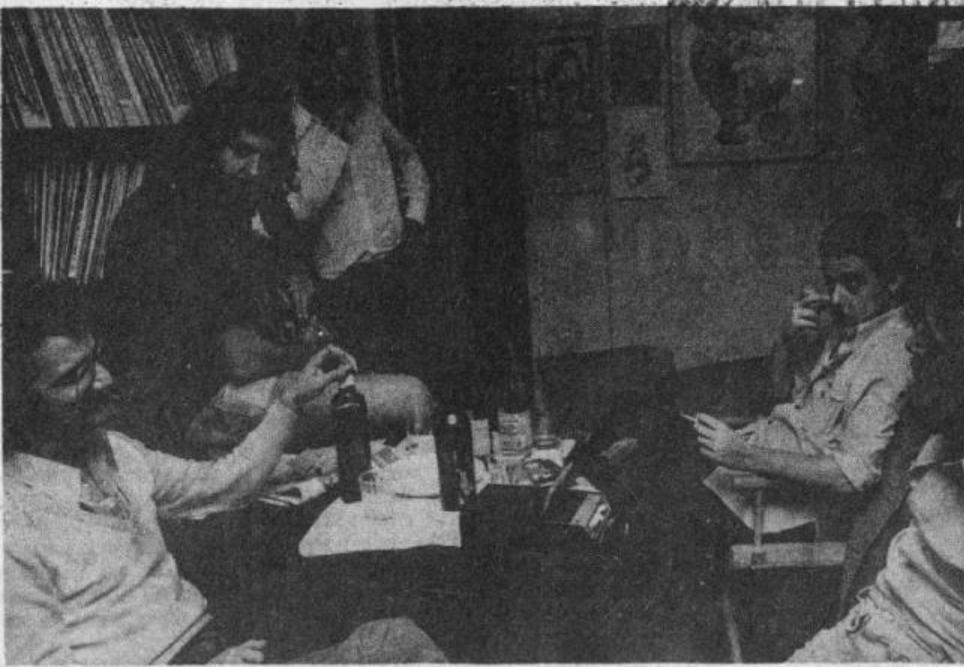
Chico Buarque — Não. Eu vou escrever quando quiser. Quando escrevi aquele livro não queria saber de mais nada. Foi uma época maravilhosa, eu não queria saber de outra coisa. Daria tudo para entrar numa dessas outras vezes, mas também não vou procurar como não procurei. Quando pintar pintou.

Coojornal — Você falou em conquista. Em que termos que isso ocorreu?

Chico Buarque — Evidentemente, todo o trabalho da gente não teria qualquer ressonância ou não teria ressonância maior se não fosse o preço do chuchu. Houve um tempo em que eles podiam ficar de picuinha com um compositor. Havia uma euforia por aí, classe média andava por aí com os carros cheios de plásticos Meu Brasil Eu te Amo e tudo o mais. Então tinha um chato ou meia dúzia deles, que ficavam incomodando, era simples de calar a boca deles. Agora os tempos são outros. Qualquer música minha não vale uma fila do feijão. Eu não sou a pessoa mais credenciada para analisar a situação toda, mas acho que a coisa está preta mesmo e do jeito que está não tem muita saída. Eu vejo na minha área o pessoal muito animado, com muita disposição para fazer coisas, acreditando que as coisas vão melhorar. Acontece que essa minha geração já viveu outra época de euforia muito grande também em 68 e vai sempre com o pé atrás.

Coojornal — Como é essa história de censor perder emprego?

Chico Buarque — Não, isso aconteceu. Tem até uma história que parece anedota mas é verdadeira. Um censor carioca disse para um amigo meu: "Póxa, não dá. Se a



Coojornal — Como você vê essas manifestações dos estudantes aí?

Chico Buarque — Pois é, a gente já enfrentou uma situação dessas, já viu não dar em nada, que há muitos riscos aí muito grandes. Mas ao mesmo tempo estou vendo que eles são muito menos porra louca do que em 68. A gente poderia imaginar que o garoto de hoje, que em 68 tinha 11 anos, não tivesse aprendido nada. Mas está se vendo que a experiência nunca é perdida.

Coojornal — Então não é correto dizer que o país formou uma geração de alienados?

Chico Buarque — E. Está vindo uma leva nova aí. Sem muita dor e também sem muito desbunde, já um pouquinho cansada da alienação. Outro dia fui ver uma peça, que não vou dizer qual é, mas senti um negócio que tinha antigamente que as pessoas falavam, um ranço de coisa política. Falavam nisso, não é? Em certos ambientes falar de reforma agrária era um negócio de péssimo gosto. Como se o problema agrário do país tivesse sido resolvido, quando se parou de falar de reforma agrária. Então eu senti um ranço de desbunde, quer dizer, o desbunde está rançoso, o surfista, a gatinha. Os próprios caras da peça, que eu gostei afinal, se davam conta e procuravam dar a volta por cima. É a tal história do sonho que cansou e está havendo de novo uma ansiedade. Pelo menos está acabando a passividade, o "eu estou na minha" ou o "não quero nem saber".

Coojornal — Você não está mais fazendo shows ao vivo. Por quê?

Chico Buarque — É o último que fiz foi um show da Sombras, há um ano e meio mais ou menos. Eu nunca me senti bem em shows assim. É uma coisa muito pessoal, eu entrava no palco já querendo chegar ao fim logo, me desgasta muito. É um esquema que não tenho vontade de encarar.

Coojornal — Alguns artistas usam esse contato direto com o público como um termômetro, uma maneira de ver como o público está reagindo ao seu trabalho. Você não sente falta disso?

Chico Buarque — Olha, na verdade esse entrosamento com o público não me acrescentava quase nada. Em primeiro lugar por aquilo que já falei, eu fazia o show querendo terminar. Depois porque não compensa, aquilo me consome muito, consome os nervos, consome a cabeça. É claro que tem momentos bons, que você fica contente, fica envaidecido e tal. Mas eu prefiro ir a São Paulo e ver a Gota D'água, ver o público julgando o meu trabalho sem precisar estar lá no palco. Há artistas que entram no palco e aquilo faz parte da vida deles e aquela transmissão, aquele entrosamento, faz com que eles cresçam, se transformem. É o caso da Bethânia, do Milton Nascimento, não é o meu caso.

Coojornal — Quer dizer: o show foi o meio que usaste para chegar ao público numa época em que isso era impedido ou dificultado em outros meios.

Chico Buarque — É, foi o tempo dos circuitos, em que eu saí por aí pelo Brasil inteiro. Não tinha outra saída. E aí junta tudo, até o problema econômico. Você não toca no rádio, não aparece na TV, os discos também não estão vendendo, junta tudo e aí você não tem dinheiro pra viver. Tem então que sair para isso.

“Os tempos mudaram. Hoje qualquer música minha não vale uma fila pra comprar feijão”

Coojornal — Então os shows foram também um meio de você fugir à pressão econômica?

Chico Buarque — Eu não sei até se a pressão econômica foi proposital. Mas é o resultado de tudo. Se você está fechado para rádio, televisão, e mesmo para jornal, como foi no caso do Calabar, que não foi censura... A censura veio depois. O que

fizeram foi impor a falência à Companhia e os jornais não podiam dizer

Coojornal — Havia então pressões extracensura, digamos?

Chico Buarque — O que a gente sente é que na época mais negra, mais dura, não precisava uma ordem expressa do governo pra apertar o sujeito. Aquelas proibições de rádio, na TV Globo aqui no Rio e várias rádios não eram por ordens vindas de Brasília. São coisas das mais realistas que o Rei, dós puxa-sacos, isso em todos os níveis. Me lembro por exemplo que ia pegar um negócio uma vez, um negócio que até não era uma coisa muito boa. Era um disquinho que uma companhia de aviação queria distribuir entre seus clientes. Não era um jingle. Eu ia fazer a tradução de umas músicas americanas, se não me engano, ia fazer aquilo pra ganhar uma graninha. Mas quando o presidente da tal companhia soube que era eu disse que

não, que de maneira nenhuma. Deu um pulo: “Isso pode me criar problemas com a Aeronáutica”.

Coojornal — Em compensação, aquela imobiliária de São Paulo, a Clineu Rocha, usou com a maior cara de pau uma música tua como jingle...

Chico Buarque — Mas ela foi à falência, como castigo (risos).

Coojornal — Como foi mesmo essa história da Clineu Rocha?

Chico Buarque — Não, foi um negócio de dez anos atrás. Eu fiz uma musiquinha, gravei com o violão assim, que era para essa empresa distribuir aos seus clientes de brinde de Natal. Mas estava escrito, não era gravação comercial, não era pra tocar no rádio nem nada. Agora há dois anos atrás usaram no Natal como jingle da firma. Aí fui lá e processei e eles me deram a grana porque era um abuso.

Coojornal — Aquela história com a Banda foi semelhante?

Chico Buarque — Ah, essa nota que saiu no jornal há pouco. Não era de agora, não era daquela época. Eu vi que a Banda estava tocando como fundo para uma convocação do Serviço Militar, estava há bastante tempo. Aí fui me irritando, me irritando e mandei a carta. Mandei dizer que estava muito surpreso, que nunca pensei que a Banda fosse uma banda para chamar para o Serviço Militar, nem era uma banda militar, era uma bandinha de interior.

Coojornal — Qual foi a resposta?

Chico Buarque — Nenhuma. Eu li no jornal a explicação que davam de que aquilo não era com eles, era com a firma encarregada da propaganda, não era a Assessoria da Presidência da República. Mas tiraram a música. E deixei assim.

Coojornal — E os planos? Você tem coisas projetadas já?

Chico Buarque — Não faço planos a longo prazo, muito menos em questão de música. Eu tenho um projeto de fazer um trabalho com o Milton Nascimento, é com ele e o Guarnieri. Está muito no ar ainda, está entre uma peça e... no começo era uma peça, depois a gente começou a pensar num espetáculo, algo com o Milton cantando, com músicos e com atores.

Coojornal — Você seria um dos atores?

Chico Buarque — Não, é uma experiência que já fiz e não quero repetir. Fiz o galã no filme “Quando o Carnaval Chegar”, na época gostei, foi muito divertido, mas para um trabalho sério não dá. Não me considero um bom ator. Ao contrário, sou muito canastrão.

Coojornal — E além desse espetáculo, algo mais?

Chico Buarque — Tudo está um pouco vago. Hoje mesmo a gente estava conversando aí o negócio de uma viagem em agosto para a África (Angola, Moçambique e Guiné), eu, o Milton e o Rui Guerra, que está com a idéia de fazer um filme lá. A gente ia para conhecer o processo lá e talvez fazer alguns shows, mas isto é secundário.

O semeador de ventos

Por Tarik de Souza

Pode parecer simples, mas é difícil apresentar Chico Buarque a esta altura do Campeonato Brasileiro de Sobrevivência Cultural. Décima segunda rodada. Porque, todos se lembram, quando ele estava à toa na vida — havia esperanças, inclusive — a Banda passou. Toda a gente alegre, na letra o próprio mundo, de certa forma, transformado para melhor.

Mas, eis que chegou a roda viva e levou o destino pra lá. De roldão. Os que sobram para contar a história, ficaram, apesar de você. Se guardando pra quando o carnaval chegasse. Tempo até de amaldiçoar, com as palavras disponíveis: “Na barriga da miséria, eu nasci batuqueiro”, queria dizer brasileiro. Foi um tempo de Calabares e de cala-bocas. Bárbara. Um sonoro Sinal Fechado. Aconteceu o inevitável: “Nem uma lágrima derramei por você/quando você foi embora”.

Entim, agora, ao menos pode-se reconhecer que a coisa aqui tá preta. Embora não seja possível prever, com exatidão, o que será, que será? Um imenso Portugal? Uma nação colonial? O repórter, de plantão, estará atento, como sempre esteve aqui: por coincidência aziaga, doze anos de carreira, às vezes, quase às carreiras. Chico Buarque me parece isso que eu venho querendo rimar desde o princípio: o músico jornalista. O apanhador de notícias, o intérprete da atmosfera pesada além dos aviões de carreira, sem prejuízo da forma poética. Repórter de caneta e violão, chope e tremoços.

Aos 34 anos, o carioca, como era conhecido nos arredores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em São Paulo, eterno inimigo da régua T e outras regras. Chico, no tempo em que era Francisco,

não tinha o rótulo de taito timião — “meu medo é só no palco” — Apoiava-se, como a bossa nova, num banquinho e um violão. Mas cantava samba, marchinha e outras bossas. Até explodir colorido no sol dos cinco sentidos, como diria o rival tropicalista, depois tornado parceiro de disco e show reunido: “Chico e Caetano Juntos e ao Vivo”, na Bahia, gramado do adversário.

A forma nacional brasileira, o formato do pacote — disco? livro? peça? — perdeu logo para o recheio, cada vez mais contundente. A época adversa levando as sovas e as sobras merecidas. Chico desenquadrarse. De bom menino, imortal precoce, a enfant terrible e filho pródigo. Tijolo com tijolo, canta a canção, já não lhe conferiam o mesmo desenho lógico, deixava de ser o apelo seresteiro de antanho. Buarque de Holanda, a tradicional família do Pacaembu, gerou um inconformista, um duvide-o-dó incansável. Deus dará? Mas se Deus não dá? Devagar, não. Devagar é que não se vai ao longe.

A descoberta fatal de que não existe pecado ao sul do Equador. Vale tudo e hay que ser antropófago, autofágico para não permitir que o samba seja apenas bem pra frente, atado à mesma corrente. Agudo analista político, dos que flagram o momento, Chico acumula as manhas de inquieto artista, dos que esquadrinham e semeiam os ventos. Depois, se esconde não. Está aí, cara a cara: vai para a rua e bebe a tempestade. Assim permanentemente indócil, nunca embalará os sonos dos esplêndidos berços.

Acorda amor, eu tive um pesadelo agora!

Um buraco de 2 bi

Cortes de verbas, diminuição de funcionários, suspensão de concursos. Mesmo assim dificilmente o governo gaúcho conseguirá evitar um *deficit* de 2 bilhões este ano

Para quem já teve até a pretensão de ser um país à parte, o Rio Grande do Sul passa por uma situação no mínimo constrangedora. Suas dívidas acumulam-se a tal ponto que a única maneira de pagá-las é pedindo mais dinheiro emprestado. O dinheiro que entra nos cofres do Tesouro Estadual não alcança cobrir nem as despesas corriqueiras para manter a máquina do governo funcionando. Seus empregados estão descontentes porque receberam um aumento (30%) muito abaixo da elevação do custo de vida e vivem a perspectiva de passarem a receber com atraso.

Planos anunciados grandiosamente estão suspensos ou retardados por falta de verba. Concursos para preenchimento de vagas no serviço público cancelados, funcionários aprovados em concursos já realizados sem perspectiva de contratação. O governo estadual começa a agir como as empresas em crise: entre primeiro de janeiro e 15 de maio deste ano os quadros do funcionalismo foram reduzidos em 1443 pessoas, segundo informações da Secretaria da Fazenda. Foram dispensados 1960 funcionários nesse período que, somados a mortes, aposentadorias, exonerações, abriam 2163 vagas. Mas foram contratados apenas 1620.

Nos primeiros quatro meses do ano, o principal imposto estadual — o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, ICM, que representa 90% do que o estado arrecada — rendeu 5,3% a menos do que no ano passado, enquanto a despesa que menos aumentou — a despesa com pessoal — subiu 30%. Resultado: em maio o ICM deixou nos cofres gaúchos 535 milhões de cruzeiros, 27 milhões a menos do que o necessário para cobrir a folha de pagamento de 166 mil funcionários públicos.

Para pagar uma dívida vencida em janeiro, o governador Sivaldo Guazzelli teve que pedir um empréstimo de 300 milhões ao Banco do Brasil. E, mesmo assim, ficou devendo às empresas contratadas para fazer prédios, estradas, enfim, as chamadas obras públicas, um total de 150 milhões referentes a fevereiro, março, abril e maio.

O professor Jorge Babot Miranda, num depoimento prestado perante a Assembléia Estadual dia 6 de junho último, estimou que a arrecadação do ICM até o final do ano somará um total "próximo aos 9 bilhões de cruzeiros". Isso significa que o estado terá menos do que previa com esse imposto: no orçamento feito de julho a outubro do ano passado previa-se 9 bilhões e 600 milhões de ICM.

Desse 9 bilhões é preciso deduzir 20% que correspondem à taxa de retorno aos municípios. Ficam, portanto, 7,2 bilhões líquidos. Apenas o suficiente para pagar os empregados do governo que, segundo estimativa da própria secretaria da Fazenda,



Foto de Eneida Serrano

custarão até o fim do ano 7,2 bilhões de cruzeiros em salários.

Os outros impostos (1) que completam o orçamento estadual deverão dar mais ou menos 1 bilhão de cruzeiros, com os quais o Rio Grande do Sul contará para todas as outras despesas.

Levando-se em conta que apenas para abater suas dívidas o estado precisará de 1 bilhão e 500 milhões (amortizações e juros) a conclusão razoável é de que se o governo conseguir segurar muito as despesas e aumentar as receitas ao máximo, chegará ao fim do ano com um buraco de 2 bilhões no seu caixa pelo menos. O que a estas alturas será um bom resultado.

CHAPÉU NA MÃO

O secretário da Fazenda, Babot Miranda, não aceita quando se diz que "o Rio Grande do Sul está à falência". E ele está certo no sentido de que um estado não vai à falência. Não pode negar, no entanto, que se fosse visto como uma empresa, o Rio Grande estaria pelo menos numa situação que os economistas chamam de pré-falência: isto é, já não tem condições de saldar os seus compromissos a não ser aumentando suas dívidas. Ou seja, aumentando cada vez mais estes compromissos até que os credores percebam que a situação não tem saída, e lhe cortam o crédito e recorrem à Justiça, para salvar o que ainda é possível.

O Rio Grande do Sul está assim. A menos que o Governo Federal tome algumas medidas ou altere o sistema de arrecadação de imposto para dar mais aos estados, o governo gaúcho terá que viver de chapéu na mão para satisfazer suas necessidades mínimas: pagamento de pessoal, despesas de custeio (material de expediente, serviços, etc.), verbas para programas já em andamento, abatimento

da dívida, etc. Afinal, se estão certas as estimativas vão faltar uns 2 bilhões de cruzeiros, isto é, quase 20% do total da receita.

"Vamos ter que apelar para as antecipações de receita e operações de crédito para tapar os buracos do caixa", disse aos deputados em seu depoimento o professor Miranda. Ocorre que isso exigirá uma ginástica pois as antecipações de receita nada mais são do que adiantamentos que o Banco do Brasil faz aos estados e têm limites. E as operações de crédito, além de terem também suas limitações, representam um sério ônus para as finanças já combalidas: são as letras estaduais, as chamadas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual, que a Fazenda coloca no mercado financeiro e resgata a um prazo determinado pagando juros. Quando esse dinheiro da venda de ORTES é usado em investimentos que depois vão render lucros, é vantagem lançar mão das letras. Mas quando é para tapar buraco do caixa, elas só contribuem para aumentar ainda mais a dívida e elevar o desequilíbrio financeiro dos cofres públicos.

Além disso, o Governo Federal, preocupado com o excessivo grau de endividamento dos estados, está limitando essas operações, estabelecendo uma redução gradativa do volume de papéis estaduais no mercado e um teto máximo para o resgate desses papéis. No ano passado, por exemplo, o Rio Grande do Sul vinha

(1) Além do ICM, o Estado arrecada: Fundo de Participação dos estados (percentagem sobre IPI + Imposto de Renda), Fundo Rodoviário (parte do Imposto sobre Combustíveis), recebe ainda uma parcela pequena do Imposto sobre Energia Elétrica e Imposto sobre Minerais.

emitindo cerca de 600 milhões de ORTES por mês e o dinheiro proveniente da venda desses papéis era usado exclusivamente para resgatar outros papéis lançados anteriormente à medida que o prazo ia vencendo. O estado fazia apenas uma troca de papéis, pagando juros. E em outubro foi forçado a deixar de emitir e apenas recomprar 328 milhões de ORTES porque estava gastando acima dos limites com a dívida. Gastava 70 milhões por mês acima do permitido.

Finalmente é preciso lembrar que no passado o estado já teve um *deficit* de 1,3 bilhões de cruzeiros e que, no final do ano, o governo precisou se empenhar para conseguir uma licença do Banco Central para emitir 350 milhões em títulos, para obter recursos que lhe permitissem cumprir "compromissos urgentes", segundo disse o Secretário da Fazenda. Foi necessário um empenho especial porque o RS já devia demais.

Segundo a Secretaria da Fazenda, em outubro do ano passado o total da dívida interna superava os 2,5 bilhões de cruzeiros (2,2 bilhões em títulos resgatáveis a curto prazo e 339 milhões em contratos). Segundo a Secretaria do Planejamento, em informações prestadas à assessoria econômica da bancada do MDB na Assembléia gaúcha, o total da dívida acumulada (interna, externa e flutuante) era, em 31 de agosto do ano passado, 5,8 bilhões de cruzeiros.

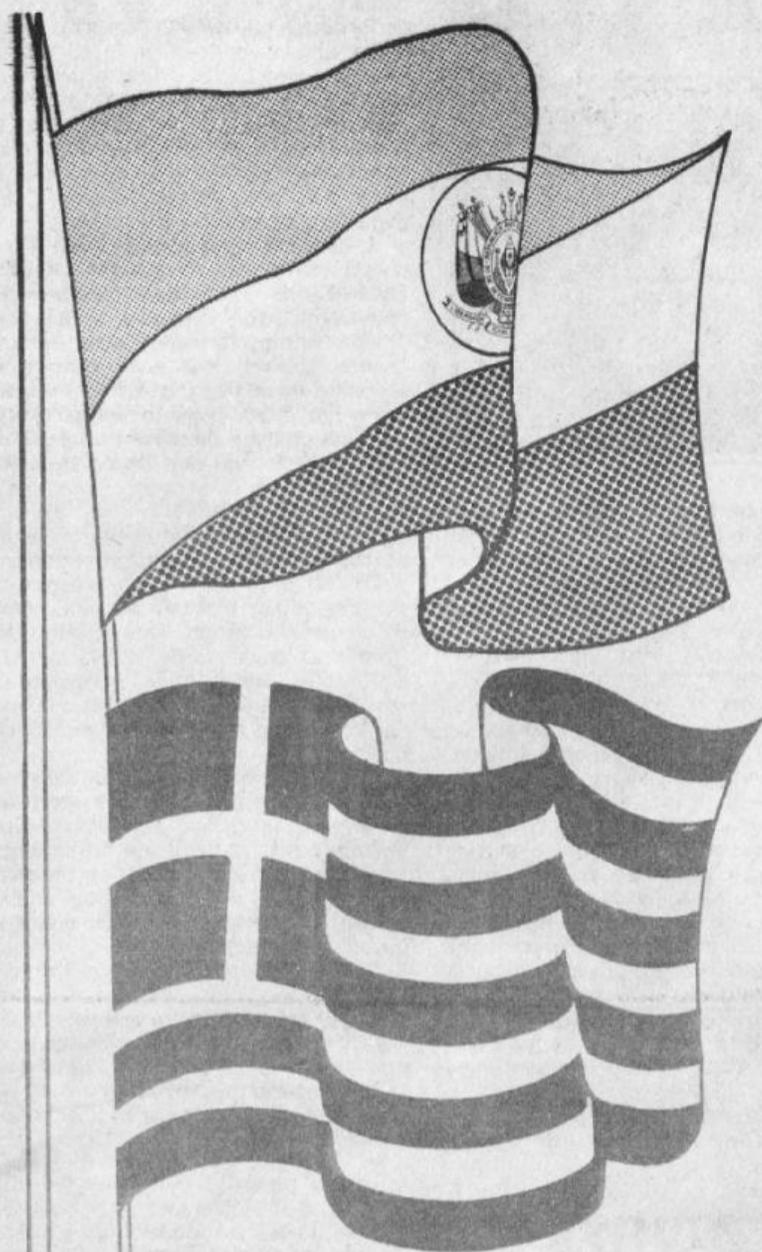
CULPA DA SOJA

Convém acrescentar ainda que o círculo vicioso das dificuldades financeiras do estado chega a outros pontos. Por exemplo: a Secretaria da Fazenda calcula que as empresas privadas devem 677 milhões de impostos atrasados ao Tesouro Estadual. Alguns desses processos têm 20 anos, a cobrança é lenta e não há muita maneira de acelerar. Tanto pela legislação, que é excessivamente tolerante com as empresas, quanto pela falta de fiscais. (O quadro de fiscais do ICM é de 400 homens, mas a Fazenda só tem 310. Segundo Miranda, porque o salário é baixo enquanto Santa Catarina paga 30 mil por mês para uma função dessas, o Rio Grande do Sul oferece 12).

Se a esse quadro for somada a informação dada por um dos técnicos que fizeram o orçamento de que, se quisesse atender às suas reais necessidades, o Rio Grande do Sul precisaria de uma receita de 21 bilhões, quase o dobro do que terá, então dará para fazer uma ideia da situação.

Aparentemente, apenas os funcionários públicos são as vítimas diretas do aperto. Na verdade todos os setores são atingidos já que uma paralisação nos programas de investimento, os custos de verbas para obras, a suspensão de estudos para planejamento e orientação do crescimento econômico, acabam tendo enormes reflexos em todas as atividades. Se o governo precisava contratar 18 mil professores em 76/77 e vai contratar no máximo 10 mil, são menos empregos, são milhares de crianças sem escola, é material escolar que deixa de ser comprado, etc.

O mesmo ocorre se ele deixa de construir estradas, de ampliar a assistência social, de aumentar a produção de energia, de estimular a produção agrícola. E isso tudo é tanto pior quando se sabe que é um processo que vem crescendo: em 1975, a Secretaria da Agricultura ganhava 3,2% dos investimentos do estado. Em 76, essa percentagem caiu para 1,2% e este ano para 0,64%. A Secretaria da Educação recebeu 6,6% da verba destinada a investimentos em 75. No ano passado caiu para 4,2% e este ano tem previsão de apenas 2,56%. É provável que nem chegue a isto. Enquanto isso as despesas para amortização da dívida mais juros subiram: representavam 4,7% do orçamento em 74, serão 11% em 1977.



Das margens do Guaíba para os mares bravios de muitas terras. Boa viagem, Limnos Island.

Começa, nas margens do Guaíba, mais uma longa história de muitos mares, contos e aventuras de velhos marinheiros.

Uma história que a cada porto contará um pouco da técnica, do trabalho, da criatividade da gente gaúcha.

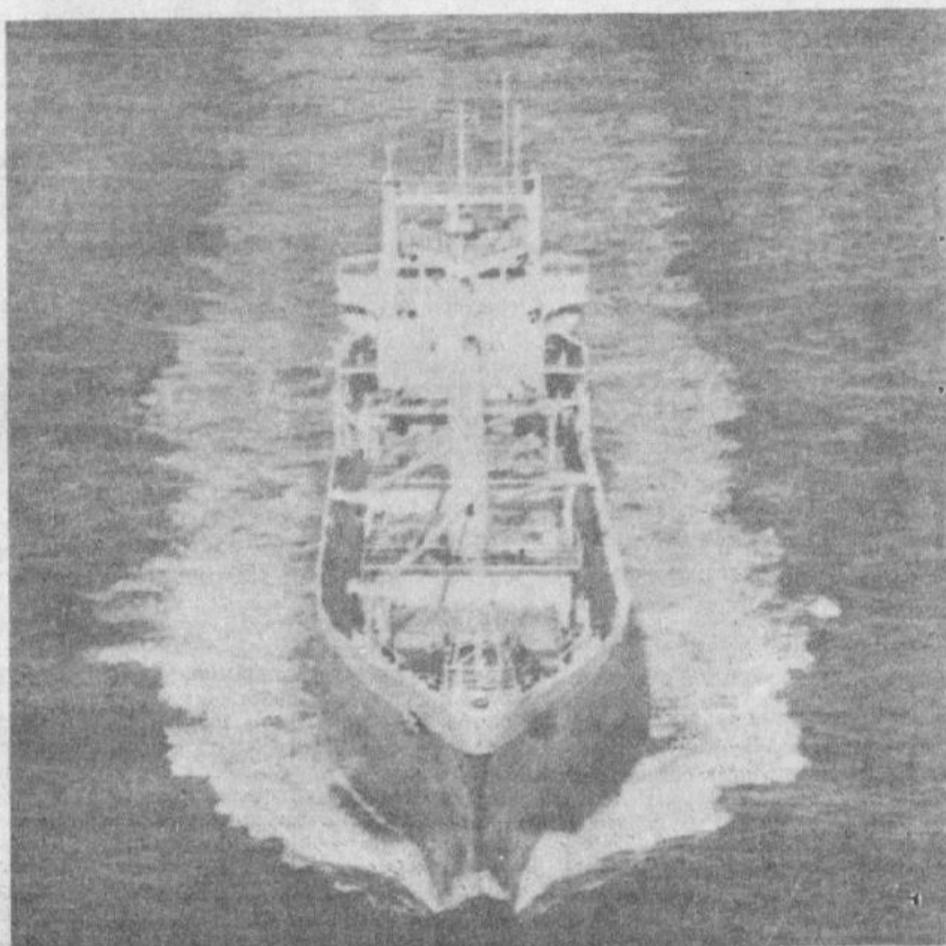
Da pujança de nossa indústria naval, que entrega aos sete mares mais um navio tipo exportação.

Trazendo divisas que tanto o país precisa.

Na sua rota de progresso rumo ao futuro.



ESTALEIRO SÔ S.A.



Navio: **N/M Limnos Island**
Armador: **Limnos Maritime S.A.**
Madrinha: **Sra. Lis Jensen**

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO NAVIO:

Comprimento total:	126,85m
Comprimento entre perpendiculares:	117,00m
Boca moldada:	17,96m
Pontal:	10,265m
Calado médio de projeto:	7,85m
Deadweight de projeto:	8.100tpb
Capacidade dos porões:	11.751m ³
Potência do Motor Propulsor:	5.800BHP
Rotação do Motor Propulsor:	520RPM
Praça de Máquinas desguarnecida	
Velocidade:	15,5 nós
Guarnição:	30 homens
Sociedade Classificadora:	
Lloyd's Register of Shipping.	
Casco: 100 -	Financiado pela CACEX

Nas suas constantes manifestações a respeito da situação financeira do estado, o professor Jorge Babot Miranda tem mencionado como causas principais do desequilíbrio a política tributária implantada em 1967 e a política de incentivos fiscais às exportações.

A reforma reduziu de 17% para 14% o imposto que toca aos estados, mas não reduziu os seus compromissos na área de investimentos públicos. E a política de estímulo à exportação resultou em mais perda para as finanças regionais. No Rio Grande do Sul a soja, segundo alguns cálculos, vai movimentar entre 20 e 25 bilhões de cruzeiros este ano. Mas vai deixar para o Tesouro Estadual 2,5 bilhões de imposto, quase todo ele pago pela parte que será exportada em grão, sobre a qual incide 13% de ICM. O óleo e o farelo têm estímulos: o primeiro é isento e o segundo paga menos de 5% de ICM. Ambos possibilitam fabulosos lucros às indústrias e quase nada ao estado, que ainda tem que pagar a elas "prêmios" por seus esforços à exportação. No ano passado o Rio Grande do Sul pagou 400 milhões em prêmios (quase o valor mensal da folha de pagamento do funcionalismo; dava para pagar um 14º salário) e este ano pagará 550 milhões (segundo promessa do ministro Mário Simonsen parte desses prêmios passará a ser devolvido ao estado pela União este ano).

Babot Miranda, no entanto, deixa ver que reflexos negativos do modelo exportador para o estado vão um pouco além da questão tributária. "Passamos em cinco anos de 1 milha para 5 estradas de toneladas de soja, isso requer milhares de toneladas para transportar a produção, requer estradas para que o caminhão entre na lavoura, requer armazéns, exige que o estado invista muito e não receba na mesma proporção. Antes tínhamos o boi que foi deslocado pela soja, o boi não exigia tanto, não precisava de asfalto".

Na verdade, a política tributária, o modelo exportador, a soja, apenas agra-

Babot Miranda.
"Daqui para pior só indo para o Grêmio"



Foto de Eneida Serrano

varam um quadro que o Rio Grande do Sul já apresentava muito antes de tudo isso, pela própria estrutura da sua economia. Nos últimos 20 anos calcula-se que pelo menos 1 milhão de gaúchos saíram do estado em busca de outras terras no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Talvez esse fato explique uma informação levada pelo professor Miranda aos deputados: enquanto o Rio Grande do Sul hoje gasta 18% das suas despesas com pessoal, ou seja, mais de 1 bilhão de cruzeiros, com inativos, o Paraná, com população semelhante, gasta apenas 250 milhões, isto é, quatro vezes menos. Desse milhão de gaúchos a maioria eram agricultores jovens que foram em busca de terra em outros estados. Por que no seu, ou ela está excessivamente pulverizada na região colonial onde a área agrícola está esgotada, ou está nas mãos de uns poucos na campanha.

Analisando os 25 anos que vão de 1947 a 1973, um grupo de técnicos da Fundação Estadual de Economia e Estatística conclui, num estudo muito citado, que a taxa de crescimento do Rio Grande do Sul foi bem menor do que a média brasileira nestes

anos: cresceu à média de 5,6% enquanto o resto do país cresceu a 6,8%. A importância da economia gaúcha diminuiu também perante o Paraná e Santa Catarina.

Em termos reais, o produto estadual que em 1947 era 10% do nacional, em 1973 era de 7%. A agricultura gaúcha tinha uma participação de 52% no produto agrícola brasileiro em 1947, caindo para 44%. E também a indústria regional perdeu posição passando de 8% do produto industrial nacional para apenas 6%.

Isso indica que as tentativas de transformação da economia gaúcha têm obtido pouco sucesso. O estado continua a depender basicamente da sua agricultura, hoje representada de esmeralda pela soja. O grande surto de empenhamento surgido nos dois últimos anos, quando foram previstos para o estado grandes programas de industrialização, estão encontrando obstáculos nas próprias dificuldades financeiras da União, que deveria a parte principal dos recursos nesses empreendimentos.

"O gaúcho não deve ver passar o cavalo encilhado sem montá-lo", disse o gover-

nador Guazzelli há quase dois anos, quando foi decidida a implantação no Rio Grande do Sul de um pólo petroquímico, apesar de toda a pressão das indústrias paulistas. Havia uma verdadeira euforia entre os técnicos do estado de um poderoso parque transformador de matérias-primas e que vai trazer grandes investimentos e abrir milhares de empregos.

O cavalo de metáfora de Guazzelli era o que os homens do governo estavam chamando de "oportunidade histórica de desenvolvimento", da qual o pólo representaria o ponto mais elevado. Seria a chance do RS recuperar terreno em relação ao centro-sul do país e deixar de ser finalmente um "estado primário exportador" ou seja, um produtor de safras para exportação, condição que tem impedido historicamente um desenvolvimento mais equilibrado do estado.

Além do pólo petroquímico, a "oportunidade histórica" se completava com um ambicioso plano de formação de um parque de indústrias metal-mecânicas, uma usina para gaseificação do carvão, uma usina para produção de fertilizantes nitrogenados, um parque agroindustrial, uma usina para beneficiamento do cobre. No total investimentos de 500 milhões de dólares.

São planos que representam uma esperança, mas que — mesmo os que estão em andamento, como o pólo petroquímico — padecem das restrições de um momento adverso a pesados investimentos (os cortes no orçamento federal, de onde viria a grande parte dos recursos são tão drásticos quanto os do estado).

Para o curto prazo, as perspectivas estão menos para a frase de Guazzelli do que para uma outra dita pelo secretário Babot Miranda — segundo um colunista local num momento de acentuado desalento: "Para completar mesmo, só falta eu, no dia em que sair daqui, assumirão os negócios do Grêmio".

Na descentralização ganham os estrangeiros

Por Ismar Cardona*

Os empresários nacionais produtores de bens de capital (equipamentos) estão reclamando com a maior veemência contra a excessiva penetração das empresas estrangeiras na sua área. Segundo eles, o governo está desenvolvendo uma política demasiadamente benevolente para com as empresas estrangeiras. Entendem que é indispensável uma política mais rígida que discipline a participação dessas indústrias.

Os estados criticam violentamente a excessiva concentração industrial no eixo Rio-São Paulo. É indispensável, dizem eles, que o governo atenuie as disparidades regionais, passando a dar maior atenção e estímulo às demais regiões. É a palavra de ordem dos governadores.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento deu uma ênfase especial ao problema, enfatizando a disposição oficial de conceder estímulos concretos para que a descentralização da economia nacional deixasse o terreno da intenção acadêmica e passasse a existir efetivamente.

Quando o governo decidiu ativar o seu programa de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, a partir de 1974/75, levantou-se a necessidade de se estimular a descentralização através desses setores.

PRESSA

O governo, por sua vez, às voltas com o desequilíbrio em seu balanço de pagamentos, apostava uma corrida contra o tempo: era preciso fabricar no Brasil aqueles produtos que mais estavam pesando em nossa balança comercial. Ao mesmo tempo, eram criados obstáculos às importações de equipamentos. Para os empresários nacionais fabricantes de equipamentos — leia-se fabricantes paulistas de equipamentos, pois mais de 90% das indústrias do setor estão instaladas em São Paulo — era a grande chance. Afinal o programa previa um pacote de projetos que somavam algumas dezenas de bilhões de dólares em investimentos. No mundo inteiro, árabes e iranianos aí incluídos, não existia um programa de apelos tão convidativos.

Era natural então que despertasse, como despertou, as atenções das grandes empresas estrangeiras fabricantes de equipamentos. Afinal, para não perder o mercado que se fechava às suas vendas depois das restrições impostas às importações, as indústrias estrangeiras começaram a assediá-las no País. Para o governo, pelo menos para sua maior parte, esse interesse era olhado com bons olhos. O II PND era um programa ambicioso, suas metas pretendiam que o Brasil atingisse, no período de tempo mais curto possível, a auto-suficiência na produção daqueles equipamentos.

As indústrias nacionais do setor, no entanto, deflagraram cerrado bombardeio contra as pretensões das empresas estrangeiras. Afinal, diziam elas, as indústrias pioneiras tinham sofrido todos os ônus do pioneirismo nessa área e não seria justo que agora, quando sopravam ventos mais favoráveis, elas fossem alijadas, ou pelo menos tivessem de repartir as fatias do bolo com as empresas arrivistas.

De parte do governo, entretanto, as respostas foram, no mínimo ambíguas. Ao mesmo tempo que garantiam o propósito oficial de que as indústrias nacionais assumissem a liderança desses projetos, insinuavam nas entrelinhas que, em última instância, a penetração maior ou menor das empresas estrangeiras na produção de equipamentos estava condicionada à maior ou menor velocidade das indústrias nacionais em responder à demanda por novos e sofisticados equipamentos.

Os dados estavam lançados. Com uma economia mundial trôpega, sujeita aos caprichos de uma recessão crônica, essas empresas não tinham outra escolha e começaram a sondar o mercado brasileiro para instalar suas fábricas aqui. As pressões em sentido contrário foram, como já se esperava, bastante fortes. Os organismos governamentais, especialmente o Conselho de Desenvolvimento Industrial e o BNDE, se juntaram aos protestos da Associação Brasileira das Indústrias de Base (ABDIB) e passaram a cozinhar em fogo

lento os projetos apresentados pelas empresas estrangeiras.

A aprovação do projeto pelo CDI é importante devido aos incentivos de toda ordem que as empresas recebem para implantar seus projetos. Sem aprovação do CDI, embora possam se instalar no País elas ficam inteiramente fora dos estímulos e financiamentos que a Finame, agência do BNDE, concede para as indústrias por comprarem equipamentos produzidos por empresas nacionais.

REVOADA

Começou então a revoada de indústrias estrangeiras em direção ao mercado brasileiro: Demag, Krupp, CBC (Mitsubishi), F. L. Schmidt, etc., etc.

Diante do veto do CDI aos seus projetos, sob o argumento de que pretendiam produzir equipamentos já produzidos por indústrias nacionais, essas empresas começaram a usar como escudo os governos estaduais. Não estava se falando tanto em política de desconcentração industrial? Como os governadores estavam mais interessados em aumentar a arrecadação de seus estados e ampliar a oferta de empregos processou-se o inevitável casamento entre estados e empresas estrangeiras. Diga-se a bem da verdade, e em defesa dos governadores, que esta atitude, embora discutível, é auxiliada pela inexistência de uma política industrial definida.

A disputa pelos investimentos estrangeiros transformou-se, então, no objetivo máximo de alguns estados, não importando se se chocavam ou não com os interesses das empresas nacionais. Minas Gerais, que justiça seja feita, assumiu a posição de grande celeiro para esses investimentos passou a sediar os mais importantes empreendimentos estrangeiros, não só na área de bens de capital como em outros setores. Cite-se como exemplo, a Fiat, a Demag, a Krupp, a F. L. Schmidt e a Elcat.

Nos últimos cinco anos, segundo dados divulgados pelo Indi, insuspeito instituto de estudos econômicos daquele estado, os

investimentos externos em Minas atingiram a cerca de 9 bilhões de dólares.

DEFESA

Atacados pelas autoridades estaduais que os acusam de favorecer uma maior concentração industrial em São Paulo e de privilegiarem as empresas paulistas, os técnicos do CDI se defendem como podem:

— Não é verdade que estamos privilegiando as indústrias paulistas em detrimento das localizadas em outros estados. Acontece que aprovamos um número maior de projetos de São Paulo porque eles, na verdade, representam a ampliação de indústrias nacionais já existentes, enquanto que os outros estados, bem boa parte, são de indústrias estrangeiras que vão se superpor às indústrias já existentes.

Não podendo derrubar a barreira do CDI as autoridades estaduais lançam mão de todo o seu arsenal de pressão junto ao Governo Federal para obter a aprovação de seus projetos. E, na maioria dos casos, conseguem. Aí estão a Krupp, a Demag, a Elcat, ou a própria Fiat que não nos deixam mentir.

Diante de um quadro desta natureza, torna-se urgente a necessidade de se redefinir o modelo industrial do País — se é que se possa chamar de modelo um amontoado de normas e praxes que favoreceu uma excessiva concentração de riqueza em São Paulo a fim de eliminar as disparidades regionais atualmente existentes.

Defender uma política de concentração industrial no eixo Rio-São Paulo deve ser debitado na conta das iniquidades nacionais, mas achar que essa desconcentração só possa ser feita através de uma desabrida política de desnacionalização da economia, deve ser, sem titubeios, urgentemente desmascarada.

* Ismar Cardona é editor de Economia do jornal O Globo, do Rio.



óleo de soja

Violeta

Este é o óleo indicado para as peças mais importantes do mundo da comunicação.

Olvebra.Fabricante do óleo Violeta



Martini & Lardner

BR DFANBSB V8.GNC.AAA

BR DFANBSB V8.GNC.AAA 771041993001, p. 57

Empresários pedem mudança

O que pensam os principais homens de empresa do sul sobre o chamado modelo brasileiro

As queixas e críticas que os empresários têm dirigido ao governo nos últimos tempos serviram para mais uma vez levantar, de fonte agora insuspeita para o Sistema, uma questão cada vez mais importante: o "modelo" brasileiro de desenvolvimento. Tidos como os maiores beneficiários desse modelo os empresários chegaram a surpreender algumas vezes defendendo temas como maior distribuição da renda e redemocratização.

Nas manifestações empresariais, desde logo é preciso deixar claro algumas coisas. Em primeiro lugar, distinguir declarações de propósitos não muito bem esclarecidos, como as do presidente da Federação do Comércio de São Paulo no início do ano, e, em segundo, identificar as fontes de

origem. Neste caso, por exemplo, se descobrirá que nenhuma manifestação de reprovação da política governamental partiu de setores bancários ou financeiros, nitidamente o setor da economia para onde têm convergido os maiores lucros do "modelo" brasileiro.

"Ao sistema financeiro cabe complementar e não dominar o sistema econômico", afirmou, em sua lauda número 11, a "carta de Gramado", um documento de autoria das federações das indústrias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, divulgado no início de maio. Essa carta, o mais importante documento de empresários brasileiros nos últimos tempos, faz afirmações como esta: "Compete ao Estado zelar por este fundamento básico, sem cer-

cear, todavia, a liberdade, pedra angular da criatividade, produtividade e de todos os fatores inerentes a um sistema produtivo eficiente e progressista".

A questão salarial, dentro da política econômica adotada no Brasil ultimamente, tem fundamental importância. Ela tem sido conduzida, por exemplo, no sentido de concentrar a renda, criando nas camadas de renda mais alta o mercado que vai consumir os produtos de alguma sofisticação (como eletrodomésticos) que aos poucos vão surgindo e possibilitando a instalação de novas indústrias, que oferecem a sensação de "desenvolvimento". Ocorre, porém, como mostra qualquer (bom) livro clássico de economia, essa política favorece apenas às grandes corporações multinacionais (sempre de alguma forma ligadas a bancos).

Sintomaticamente, muitos empresários têm se manifestado contra essa política. Aqui, algumas dessas opiniões: "Minha opinião pessoal é a de que uma liberalização salarial poderia ativar a economia, notadamente se dirigida às faixas de mais baixa renda" e "ainda não conseguimos obter uma melhor redistribuição de renda, para mim, instrumento que possibilita a obtenção de uma estabilidade social, econômica e política duradoura" (Luiz Mandelli, presidente da Federação das Indústrias do RS); "Os reajustes salariais deveriam ser um pouco acima dos níveis de desvalorização da moeda, para permitir o incremento do mercado interno" (Elmiro Lindemann, da Adubos Trevo); "Todo industrialista consciente deseja a ampliação do mercado interno pela melhor distribuição de renda" (Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro, da Indústria de Plásticos Neoform); "Volto a insistir em que o dissídio coletivo deva retornar às suas origens, ou seja, proteger realisticamente as camadas baixas da população" (Paulo Vellinho, da Springer-Admiral). Todas estas declarações foram prestadas em resposta a um questionário do jornal Gazeta Mercantil, de São Paulo.

Nessas respostas, os empresários deixam transparecer o descontentamento que se amplia entre a população pelas distorções geradas pelo "modelo" brasileiro. "É importante que o empresário tenha confiança na orientação e nas mensagens do governo e esta confiança será obtida na medida em que elas se tornem eficazes", afirmou Wolfgang Klaus Sopher, da Zivi-Hércules. Sopher, comentando a situação do país, diz ainda que "tem-se atribuído unicamente ao petróleo a paternidade de todos os males" para indagar, finalmente, como que atônito: "Será só ele o culpado?"

Dos 12 empresários, dentre os mais importantes do estado, que responderam ao questionário, apenas um concordou com a política de "desaceleração econômica" posta em prática pelo governo como meio de combater a inflação. A idéia defendida sempre foi esta: um país subdesenvolvido, que precisa crescer para melhorar o nível de vida da sua população, deve encontrar outras fórmulas para deter a inflação sem parar fábricas e sem baixar o salário de seus trabalhadores. "No Brasil, o trabalhador assalariado, quando desempregado, realmente perde talvez até o direito de comer", reconheceu Paulo Vellinho.

Foi condenada, também, a excessiva dependência do exterior, seja na captação de empréstimos em dólares para financiar o "deficit" do balanço de pagamentos como para a própria colocação do produto fabricado dentro do país, que hoje sai das fábricas e corre em direção aos portos. E, em alguns casos, as afirmações de reprovação ao governo atingiram o grau da irritação. "É necessário que o governo pare de intervir casuisticamente tumultuando a estabilidade essencial para as atividades produtivas", disse Reinaldo Mendes Ribeiro, quase que repetindo palavras que havia dito ao ministro Simonsen, da Fazenda, no início do ano, numa reunião na Federação das Indústrias.

Tomás Pereira



Luis Mandelli e Paulo Vellinho: é necessário mudar a política salarial

Quem faz e quem lê o COOJORNAL tem um interesse em comum: a verdade.

Quem faz o COOJORNAL é uma equipe da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Quem lê o COOJORNAL são pessoas críticas e exigentes. Que buscam no nosso jornalismo o meio melhor de acompanhar os fatos do nosso tempo.

Para essas pessoas é que nós fazemos o COOJORNAL. Com a responsabilidade de quem sabe que fazer jornal é fazer leitores.

Sempre tendo coisas importantes em comum com eles. Como a verdade.

Preenchendo o cupom ao lado, você preenche a sua necessidade mensal de informação selecionada e tratada como você merece.

cooJORNAL CUPOM DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Forma de pagamento:

Cheque em nome da COOJORNAL

Banco: _____ Valor: _____ Data: _____

Ordem de pagto. n.º: _____ Valor: _____ Data: _____

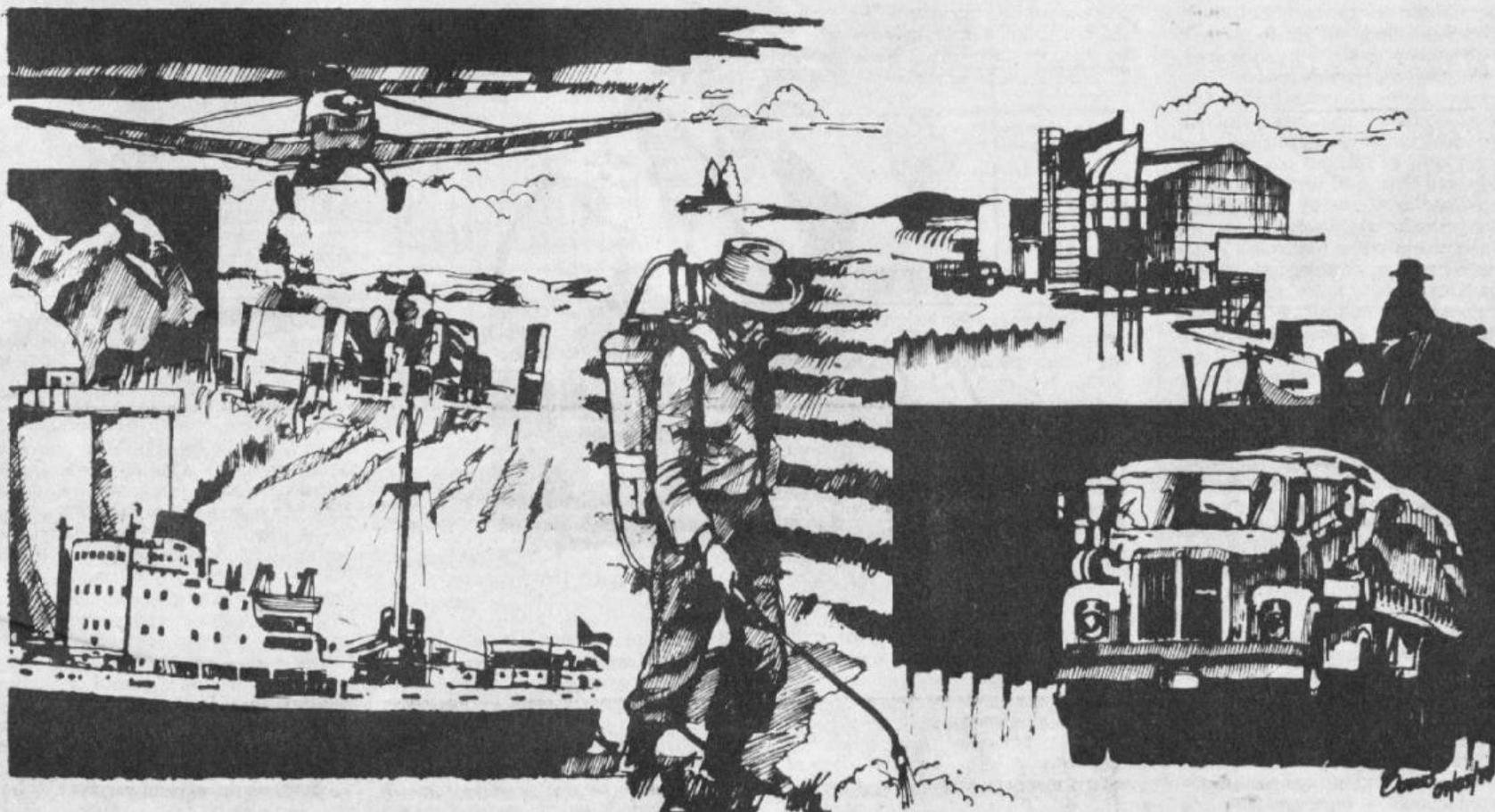
Banco: _____

Vale postal n.º: _____ Valor: _____ Data: _____

ASSINATURA POR 12 EDIÇÕES: Cr\$ 80,00

Rua Comendador Coruja, 372 Fones: Redação — 24.0951 — Administração e Comercial — 21.8984
Porto Alegre — RS — Brasil

75 ANOS DE COOPERATIVISMO: É UM BOM COMEÇO.



A história do cooperativismo no Brasil está com 75 anos.

Para quem não é cooperativista e nos vê resumindo assim estas sete décadas e meia de história, parece que não há nada para contar.

Parece que os pioneiros alemães não vieram com a idéia na cabeça e uma calejada experiência nas mãos;

Parece que não houve anos e anos de divulgação por onde houvesse uma nesga de terra para plantar ou criar, e gente com fé na união;

Parece que a implantação foi fácil e que logo trouxe os frutos naturais de uma filosofia em favor do bem comum;

Parece que o cooperativismo foi crescendo e crescendo sem nenhuma falha;

Parece que não faltou apoio ou compreensão aos primeiros idealistas e ao seu trabalho de estruturar as bases do sistema em nosso país;

Parece que não aconteceram as crises e que não nos serviram de lição;

Parece que o cooperativismo não evoluiu e que não trouxe contribuição alguma ao povo brasileiro e à Nação;

Parece também que o passado foi esquecido, que o presente não nos entusiasma e que o futuro não nos preocupa;

Parece ainda que já está tudo feito e que já conseguimos o desejado: melhores condições de vida para todos os que dependem do cooperativismo;

Parece, enfim, que estes 75

anos de história só dizem respeito exclusivamente aos associados de entidades cooperativistas e a mais ninguém;

Mas só parece.

Porque, para nós que somos e vivemos o cooperativismo, a sua história, com todas as suas conquistas e todos os seus problemas, está recém começando.

E a Cotrijui se orgulha de fazer parte dela. Nas safras e nas entressafras da nossa realidade.



COTRIJUI

COOPERATIVA TRITÍCOLA REGIONAL SERRANA LTDA. - IJUÍ - RS

No alto da primeira página, o desenho de um pesado cacete e o título agressivo: A Idade do Pau

Um nanico feroz e desbocado

Por Airton Centeno

Q mais desbocado jornalista gaúcho morreu em 1848, de apoplexia. Era calvo, botico e torto, e conhecido como Pedro Boticário, por ser dono de uma botica (farmácia) segundo descrição dos seus adversários. Na época em que os jornais eram todos nanicos agressivos e panfletários ele editava o mais feroz de todos — *A Idade do Pau*, um jornal que defendia a separação do Rio Grande do Sul do resto do país e pregava a morte aos portugueses, que "mamavam nos tetos do Império".

"A liberdade se rega com sangue, não com esterco. Estas coisas nunca se comparam enquanto não se jogar a peteca por estas ruas com as cabeças dos galegos", dizia ele com fúria. Seu verdadeiro nome era Pedro José de Almeida e embora fosse defensor ardoroso da Revolução Farrapilha, tão anarquista e furiosa era a sua pena que nunca causou agrado aos revolucionários.

A imprensa era explosiva e livre nessa época. E do jornal de Boticário colocava mais água quente no caldeirão onde fumegavam as primeiras idéias nacionalistas, no limiar do levante farrapilha, em 1833.

Em tais tempos, ser jornalista era exercitar a liberdade de opinar em meio a uma intensa fuzilaria de sonetos. Em Porto Alegre, formavam de um lado os jornais liberais, aliados a uma esquerda precoce: *A Idade do Pau*, o *Inexorável*, o *Amigo do Homem* e da *Pátria*, o *Recopilador Liberal*, o *Constitucional Riograndense*, o *Vigilante* e — agora respire fundo — *A Sentinela da Liberdade na Guarita ao Norte do Rio Grande de São Pedro*. De outro lado, os monarquistas *Idade do Ouro*, *Sentinela*, *Inflexível*, *Mestre Barbeiro*, *Correio de Porto Alegre*, *Campeão da Liberdade*, o *Pobre*, *Correio da Liberdade* e a *Bellona Irada Contra os Sectários de Momo*.

Em todo o Sertão de São Momo era latente o descontentamento das oligarquias tradicionais — representadas pelos pecuaristas produtores de bocho de riqueza nacional — contra os grupos exportadores, de trânsito livre nos corredores imperiais para formularem a política econômica do país. Este embate teve seus reflexos na vida jornalística da província com as tipografias proliferando e imprimindo jornalecos mantidos pela venda avulsa, alguns assinantes e escassos anúncios econômicos, mas notadamente pelos próprios partidos ou correligionários de mão aberta. A periodicidade era irregular, o tamanho variável,

a distribuição feita pelos próprios redatores, também responsáveis pela distribuição de insultos. Nesse ambiente movimentava-se a figura de Boticário. *Vaca Brava*, para os adversários.

Quando os monarquistas tentaram fundar o *Alegreista Sociedade Militar*, apontada como ponta-de-lança do império português, liberais e conservadores aguçaram suas penas. E Boticário levou o que lhe cabia.

"Não temos lá no inferno lagartixa/ De mais nojo e fedor que este maldito/ Na porta da botica, baixa e escura/ Vemhito só furor o sanguinário/ Que um Bertholdo parece na figura/ Assusta só de ver seu ar nefário/ Enjeitado da gente mais baixa/ É calvo, coxo, torto e boticário".

Bombardeado pelo arquiinimigo *Mestre Barbeiro* — que tinha uma promessa para os adversários: "faria a barba de todos" —, Boticário respondeu com certa elegân-

cia: "Defeitos naturais não envilecem/ Uma alma bem formada, ó vil galego/ Recorda-te Camões, torto labrego/ A quem as musas elogios tecem". E prossegue: "Virtudes com sarcasmo não fenecem/ Sejam filhas do Brasil ou do Mondego/ Aprende estas lições, ó meu borrego/ Que bem pode ser que te interessem". E conclui, dando à resposta perspectivas extra-jornalísticas: "O homem que pintou a musa tua/ Não faz caso de ti, não te avalia/ Constante segue avante a marcha sua/ Pátria, honra, virtude ele aprecia/ E como aos versos teus não retribua/ A resposta do pau melhor seria".

A referência do último verso também remete ao logotipo de *A Idade do Pau*, um grande cacete desenhado junto ao título. Mas, tal agressividade não era compartilhada por todos os cabeçalhos, não tão diretos. Seus colegas de trincheira colocavam como divisa de seus jornais citações francesas, nunca nenhuma citada de colonização cultural. Pedro Boticário não sabia nada disso.

O próprio nome dado ao seu jornal foi um desafio à *Idade do Ouro*, órgão "camurru" — defensor da fundação da *Sociedade Militar* —, onde a primeira jornalista gaúcha, Maria Josefa Pinto, aninhava poemas em louvor a Dom João VI. Mas as rajadas de desatros com que Boticário premiava seus opositores, sua liderança sobre os ativistas nos confrontos de rua, nunca lhe deram prestígio político. Ele não conseguiu sequer ser eleito para a primeira assembleia provincial do Estado. Ficou como suplente.

Para os liberais, como o doutor Francisco de Sá Brito, redator do *Constitucional Riograndense*, o jornalismo irreverente de Boticário causava horror. Sá Brito reservava para o povo mobilizado por Boticário o tratamento de "bando de celerados". À frente da massa, de despojeiros que vagava pelas ruas de Porto Alegre, o *Vaca Brava* insuflava a rebelião contra aqueles que chamava de "monstros lusitanos".

Também nunca esqueceu os imperiais. Sua irritação maior, no entanto, era contra os portugueses empregados na burocracia do Império. Tanto que, no fundo da sua botica, ele julgou descobrir uma droga miraculosa para livrar a nação deste tumor. Boticário propôs simplesmente a deportação de 400 "galegos". A sugestão apresentada ao Clube Revolucionário, quando Bento Gonçalves estava ausente de Porto Alegre, encontrou simpatizantes. Entretanto, um antídoto preparado com a astúcia liberal surtiu efeito um pouco antes.

Político hábil, Sá Brito conseguiu contornar a questão. Convocado para presidir a assembleia dos deportadores, Sá Brito lançou uma contraproposta. Numa saída pesadista, sugeriu a formação de uma comissão para estudar o assunto. A idéia foi aceita e o assunto sepultado. Mais tarde, quando Bento Gonçalves regressou da campanha, a proposição chegou às suas mãos, mas nelas ficou por pouco tempo: o general olhou rapidamente a representação e amassou o papel, jogando-o ao chão: "Isso não tem propósito".

Se isto não liquidou a atividade revolucionária de Pedro Boticário — para uns o *Marat dos Farrapos*, para outros um *Bocage* menor —, a reação monárquica na tomada de Porto Alegre tomou a si este encargo. Quando a cidade caiu submetida às forças imperiais de Manoel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, Boticário foi preso e recolhido para a *Presiganga* — um navio que, ancorado ao largo no Guaíba, recebia e amontoava os prisioneiros farrapos. Foi levado para a Fortaleza da Laje, no Rio, onde encontraria também preso o general Bento Gonçalves da Silva, chefe dos farrapilhas.

Na prisão com Bento, viveria o episódio que lhe garantiria um lugar na história, ainda que como um marginal.

Boticário e o general farrapo planejam uma fuga da prisão. O plano entra em execução. Os dois percorrem corredores escuros e quando apenas uma grade os separa do retorno à Revolução, Boticário, muito gordo, não consegue passar entre as barras. Bento Gonçalves, temendo represálias à sua fuga desencadeada contra Boticário, retorna ao cárcere. O líder farrapo seria transferido para o Forte do Mar, na Bahia, de onde conseguiria escapar. Boticário foi libertado somente em 1845, de uma prisão de Pernambuco. Voltaria a Porto Alegre para morrer de uma apoplexia, em 1848.

Até agora a História não lhe teve consideração nem as praças lhe reservaram bustos. Mas o incidente de Bento Gonçalves, não se pode negar, é muito promissor, nestes tempos em que o MEC e a Embrafilme estimulam uma garimpagem no passado brasileiro para, mais uma vez, trazer à tona uma reluzente memória oficial. O episódio também abre uma nova possibilidade de trabalho para os figurantes tortos, gordos, calvos, que poderão participar de alguma asséptica superprodução histórica dos Carlos Coimbra da vida. O tempo e a Embrafilme dirão. Mas, por favor, um marginal da história não merece ser tratado assim.

"Do jornal de Pedro Boticário não existem vestígios nas bibliotecas e museus de Porto Alegre. Os números de 7 a 12 de *A Idade do Pau*, *Museus do Arquivo Público* para o *Museu da Comunicação Hipólito da Costa*, desapareceram. As referências sobre Boticário e seu jornal são muito raras e, quase sempre, repetitivas.



O carro que você quiser,
sempre com o tanque cheio.
Inclusive aos domingos.
auto locadora gaúcha



O carro que você quiser,
na hora que você quiser. Sempre.

Conceição, 364 - Fones: 21-3333, 21-5555 e 24-5166
Estande permanente no Aeroporto Salgado Filho
Fones: 42-4510 e 42-5363 - Porto Alegre
São Paulo: Rua da Consolação, 323 - Loja 28 - Fone: 258-1233

Um jornal e seus compromissos

De um lado o jornalista e político Jean Jacques Servan-Schreiber, ex-presidente do Partido Radical Independente da França —centro-esquerda — e ex-diretor da importante revista L'Express. Do outro, Jacques Fauvet, diretor de redação do Le Monde, o mais respeitado jornal da França e que disputa com o New York Times a liderança em respeitabilidade e prestígio no jornalismo mundial. Servan-Schreiber entrevistou Fauvet no Canal 1 da Televisão Francesa num programa transmitido em 21 de novembro do ano passado. O assunto da entrevista: o Le Monde, sua proposta jornalística, suas tendências e como funciona este jornal no qual a redação detém 40% do capital.

Jean Jacques Servan-Schreiber — Hubert Beuve-Méry, fundador do Le Monde, dava um conselho a seus redatores: "Sejam chatos". E ainda hoje não lemos o Le Monde para nos divertir. Seus artigos são densos, sem fotos e sem grandes manchetes. Sua capa vista a dois metros de distância parece ser a mesma todos os dias há 32 anos. E, no entanto, Le Monde é hoje o terceiro jornal diário da França, com 425 mil exemplares, vindo logo depois do Oeste-France e do France-Soir. E no ano passado Le Monde foi o único jornal diário de Paris a ter lucro pelo seu volume de publicidade. Pelo menos uma vez, coisa séria dá dinheiro.

Mas, o Le Monde é orgulhoso principalmente do seu poder de influência. Todos que fazem parte do jogo político, social, econômico e cultural lêem o jornal com a assiduidade de um padre que reza seu breviário.

Mas a gente não se transforma impunemente numa instituição. Este ano Le Monde foi submetido a duras críticas que podem ser resumidas nisto: a direita acusa o jornal de ser tendencioso à esquerda e esta lhe faz a mesma acusação ao contrário, de ser simpático à direita.

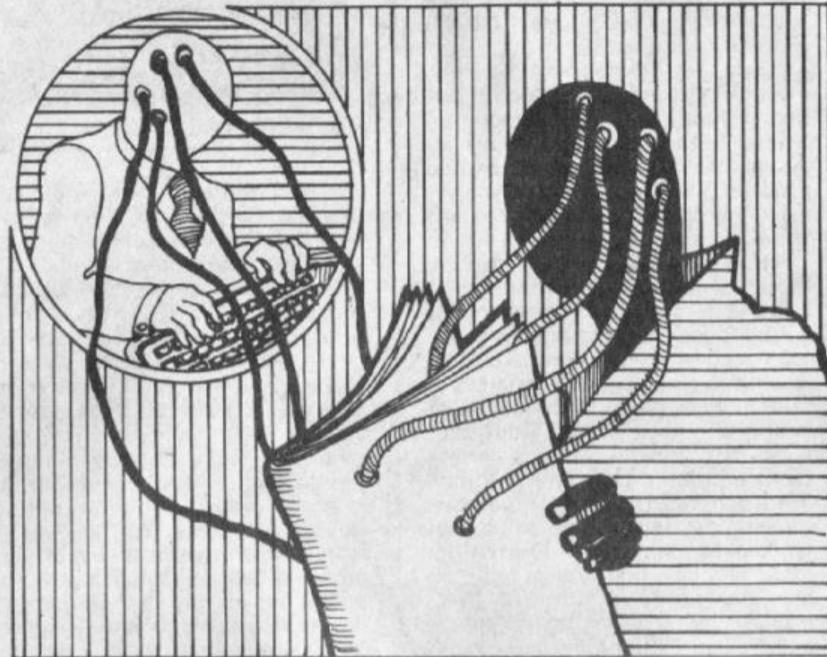
Esta noite, Jacques Fauvet, diretor do Le Monde há sete anos e onde também fez praticamente toda sua carreira jornalística, aceitou pela primeira vez, depois do início desta primeira, explicar-se em público. Talvez ele também nos revele alguns dos segredos de fabricação de um jornal de reputação mundial. Jacques Fauvet, é verdade que o Le Monde prefere a esquerda?

Jacques Fauvet — Se a pergunta é simples e direta a resposta não pode ser dada de uma forma simples. Seria necessário, em primeiro lugar, definir o que entendemos por esquerda. Se a esquerda é o contrário da direita, permita que eu diga que a esquerda tem pouco sentido, porque ninguém se situa à direita. Nunca ouvi ninguém dizer a um político ou a um jornalista que ele fosse de direita. Em 1919 houve um grupo na Câmara dos Deputados que teve a coragem de se chamar Republicanos de Direita, mas não durou mais do que algumas semanas. E, na véspera da guerra, o partido mais à direita na Assembleia se chamava Republicanos de Esquerda.

Eu não quero abrir um debate sobre o que é esquerda ou o que é direita, mas já que você me fez uma pergunta direta, vou responder também de uma maneira direta. Se a esquerda significa justiça dentro da liberdade, Le Monde prefere a esquerda.

Servan-Schreiber — Isto significa que Le Monde considera que este governo, esta maioria que está no poder, do qual é observador diário, atento e às vezes crítico, não representa a justiça ou a liberdade?

Fauvet — O governo representa a liberdade. E existe, sem dúvida, o



desejo de fazer reinar uma maior justiça na sociedade e na economia. Mas este não é o problema. Nestes dois anos de governo a questão é saber se ele pode passar para a realidade suas intenções e projetos. Em todo caso, o presidente e o governo não se situam à esquerda. Eles se dizem de centro.

Servan-Schreiber — Muitas pessoas dizem que o Le Monde evoluiu nos últimos anos para uma posição mais crítica. Isto é voluntário ou significa um deslize no grupo de redatores?

Fauvet — O fato é que Le Monde, desde que existe, há 32 anos, sempre tomou posição quando uma opção simples e grave se apresentava ao país e ao parlamento. Não vou fazer uma enumeração porque seria muito longo. Mas todos sabem que quando o jornal ainda era dirigido por Beuve-Méry, tomou uma posição contra a primeira guerra da Indochina (a nossa), contra o rearmamento da Alemanha, por uma política de autonomia da Argélia, Marrocos e Tunísia, por de Gaulle em 58, contra de Gaulle em 69, pelo voto em branco no referendo de Pompidou sobre a Europa. Pessoalmente me declarei a favor do candidato do partido socialista, François Mitterrand, em 1974. Resumindo, cada vez que o futuro do país está em jogo, Le Monde toma posição. E isto acontece desde que o jornal existe. E Le Monde não toma posição dentro de um engajamento político ou ideológico, mas simplesmente exprime um desejo e uma preferência. Aliás, este é um dever que o jornal tem em relação aos seus leitores. O leitor tem o direito de conhecer a preferência de um jornal. E todos os jornais têm preferência, mesmo quando eles não dizem.

Servan-Schreiber — Os leitores fiéis do Le Monde sabem muito bem o que é esta tomada de posição. É aquele pequeno artigo cercado, de uma coluna, à direita geralmente, que é assinado por seu diretor e que efetivamente marca uma escolha em grandes transformações políticas. Mas isto acontece raramente, algumas vezes durante o ano. No conjunto dos editoriais publicados nos outros dias vocês tentam manter — vou dizer uma palavra muito convertida na nossa profissão — uma certa objetividade?

Fauvet — Este é um problema muito amplo. Em primeiro lugar seria necessário lembrar ou ensinar — infelizmente, às vezes, mesmo aos jornalistas — o que é a imprensa. É preciso antes de tudo dissipar um equívoco: todo jornal

é um jornal de opinião. A distinção entre um jornal de opinião e um jornal de informação é uma falsa distinção. Todo jornal tem uma opinião mesmo quando ela não exprime de uma maneira clara. Não escolhe entre o que se crê ser o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, é ter uma opinião. Calar-se é ter uma opinião. Conheço um matutino que durante a segunda guerra do Vietname — a dos americanos — nunca colocou na primeira página notícias sobre esta guerra. Este jornal deveria ter certamente uma opinião: de que esta guerra não era importante para a vida do nosso continente, para a vida internacional, ou mesmo para a vida do universo. Talvez tivesse mesmo uma opinião sobre o julgamento moral desta guerra e de alguns de seus aspectos. Isto também é ter uma opinião.

Aliás, se todos os jornais fossem de informação, seriam todos iguais, com exceção daqueles que estivessem a serviço de um partido, de uma ideologia, de um interesse, de uma confissão. Basta olhar para os jornais todos os dias e ver como são diferentes, não apenas na sua apresentação gráfica mas também no seu conteúdo. Se um determinado jornal coloca um assunto na primeira página e o outro o relega a uma página interna já houve um julgamento de valor do acontecimento. Portanto, todo jornal é de opinião.

Quero dizer com isto que, em todo o processo técnico de elaboração de uma informação — a partir do acontecimento até sua reprodução em jornais, rádio ou televisão — intervêm uma série de julgamentos que diferem de um jornal a outro e, dentro de um mesmo jornal, de um jornalista a outro.

Insisto neste ponto porque muitos acham, de boa fé, que a informação é recebida pela imprensa de uma maneira mecânica e restituída ao público de uma maneira mecânica, como se o jornal fosse uma espécie de autômato. Não é verdade. O jornalista é um homem que, se não está a serviço de um partido, de uma ideologia, de um interesse, de uma religião é um homem livre, mas que tem uma mentalidade, um estado de espírito, é um herdeiro de valores de seus pais e de seus mestres, de sua experiência, e tal ponto que não pode evitar a interferência de seu julgamento sobre a informação.

Servan-Schreiber — Por que o Le Monde dobrou de volume nos últimos dez anos?

Fauvet — Porque existem agora muito mais países nos quais se tem in-

teresse. Pegue por exemplo o Le Monde de dez anos atrás e verá poucos artigos sobre a China. E isto por uma razão muito simples: este país, este vasto continente praticamente fechado à imprensa francesa e faz pouco mais de quatro anos que temos um correspondente em Pequim. Além disso hoje são tratados assuntos como o do sexo, que há dez anos só eram vistos do ponto de vista da medicina. Mas, voltando à questão anterior da objetividade ou honestidade da informação. Acredito que ela inicia no momento em que se produz uma grande informação, que não se deixa passar isto em silêncio, que não se minimiza nenhum acontecimento, nenhum documento relativamente importante. A falta de honestidade consiste em calar sobre um acontecimento ou não reproduzir nem um resumo de um documento importante.

Porém, nem sempre se consegue a honestidade, nem no Le Monde. O objetivo é produzir cada dia, uma imagem, um reflexo o mais autêntico possível da informação, do que se passou nas últimas 24 horas em todo o universo.

Servan-Schreiber — O senhor acabou de explicar que a objetividade consistia em primeiro lugar em não se calar e diante de nenhum acontecimento e de não deixar passar nada em silêncio. Gostaria então que nos explicasse um episódio, já muitas vezes lembrado, que se refere à guerra do Camboja. Quando Le Monde relatou a queda do Camboja, durante um longo período não falou dos massacres que a imprensa ocidental descrevia e explicava. A conclusão disto é que houve ausência de objetividade. Le Monde havia tomado partido a favor dos revolucionários cambojanos. Qual é a explicação para isto?

Fauvet — Em primeiro lugar, é importante dizer que a imprensa francesa se interessou pelo Camboja apenas quando o regime do marechal Lon Nol afundou. Antes falava-se muito pouco. O mesmo aconteceu com Portugal, os jornais só passaram a se interessar após a queda de Caetano. Ora, o regime de Lon Nol era fraco e corrupto e hoje todo mundo reconhece isto, mesmo a imprensa americana. Na época da queda nós tínhamos um dos nossos jornalistas, Patrice de Beer, em Phnom Penh. Ele estava lá para fazer matérias sobre os acontecimentos e poucas semanas antes Le Monde havia previsto a queda do regime de Lon Nol. Quando a cidade caiu, evidentemente ele não foi correndo ao telex. Como todos os estrangeiros — inclusive os soviéticos — refugiou-se na embaixada da França. Três semanas depois, ele conseguiu passar para a Tailândia. E lá ele fez o seu trabalho, mandando matéria sobre o que viu e ouviu.

Mas acho que você está se referindo à acusação feita pelo New York Times que disse que nenhum jornal teria se recusado a reproduzir o telex de um jornalista que por acaso se encontrasse no local. Eu acho importante dizer que durante as três semanas que passou na embaixada da França, Patrice de Beer ouviu muitas notícias, muitos boatos confirmados ou não. O certo é que as pessoas que ali se encontravam não podiam ver tudo. Nosso jornalista contou o que viu entre Phnom Penh e a fronteira tailandesa, num trajeto de oito dias. Ele contou o que viu e ouviu. Outros contaram o que não viram e tiveram que desmentir depois.

Servan-Schreiber — Vejamos um caso mais próximo da França e onde, de certo modo, era mais fácil confirmar os

depoimentos. Falo do jornal República, de Portugal, que em junho de 1975 foi paralisado pelos seus tipógrafos comunistas, que afastaram a diretoria, socialistas, e assumiram o controle da empresa. Durante um certo tempo, Le Monde apressou esta história, como um conflito social banal, e não como uma operação política, um ataque do partido Comunista contra o partido Socialista. Comunicação que era dada pelo resto da imprensa. Sob este ponto de vista, qual é a posição do Le Monde?

Fauvet — Nós não elaboramos uma posição sobre Portugal. Nossas notícias de lá, sempre vieram do nosso correspondente. No caso República tínhamos um enviado especial que, por ser jovem, talvez tenha cometido erros que todos podem cometer.

Não tenho o dossiê do caso República na minha frente. Mas o que vou falar agora não é para defender o Le Monde, que não tem porque se defender, e sim defender a imprensa.

Vamos tomar como exemplo a Comuna de 1870. Os historiadores que um século depois têm a vantagem da distância, no tempo e no espaço não concordam entre si sobre os acontecimentos da comuna. E não se trata de discordar sobre as causas ou lições que se devem tirar dos acontecimentos mas sobre o desenvolvimento e a própria cronologia dos acontecimentos. E estes livros em alguns aspectos entram em contradição total. Então, o que os historiadores não conseguem fazer vocês querem, todo mundo quer, que nós jornalistas, em algumas horas, ou mesmo em alguns minutos, estabeleçamos a verdade total e definitiva.

No caso de Portugal, como para qualquer acontecimento, nós damos notícias diariamente. De uma forma rápida, muitas vezes, mas sempre quente. Porque há duas espécies de jornalismo: o jornalismo frio — que não é o nosso — e o jornalismo quente. Para escrever sobre um acontecimento não esperamos que a notícia esfrie, que a paixão tenha descido, que as coisas sejam cem por cento confirmadas. Damos as notícias à medida que elas acontecem, com o risco de se queimar.

Servan-Schreiber — E isto é inerente ao fato de ser um jornal diário.

Fauvet — Mas existem certos jornais diários que esperam que o fato tenha passado para darem a notícia. Quem se aproximou da verdade durante a guerra da Argélia? Aqueles que esperaram que os fatos fossem verificados, ou que as barbaridades fossem perdoadas para falar, ou aqueles que, como nós, falavam dos fatos assim como eles nos chegavam. E, algumas vezes, até atenuando as notícias — porque também somos sensíveis às razões de Estado.

Volto à cobertura dos acontecimentos da revolução portuguesa. Era uma questão quente, movimentada, complicada e difícil de compreender. E a imprensa francesa não é como a americana, que manda dez jornalistas para cobrir um fato. Quando Mário Soares, líder do partido Socialista e hoje chefe do governo português, quis escrever um livro, a quem se dirigiu? A Dominique Pouchin, redator do Monde que durante muito tempo foi nosso enviado especial a Portugal. Sem dúvida, ele confiava em nosso redator, que, como todo mundo, deve ter cometido erros.

Servan-Schreiber — Mas eu queria lembrar uma frase que encerrou uma notícia que falava no caso República: "A verdadeira questão é saber se, permitindo a todos o uso da liberdade de expressão, alguns não abusariam". E ao senhor, diretor do Le Monde, esta frase não choca?

Fauvet — Isolada assim ela pode chocar. Mas eu me lembro da famosa frase de André Malraux: "Nenhuma liberdade aos inimigos da liberdade". É realmente uma máxima perigosa que pode conduzir ao totalitarismo. Mas eu concordo com ela na medida em que ela acompanha uma idéia. Aliás, não se pode dizer que em nosso país a liberdade de imprensa seja total.

Servan-Schreiber — O senhor acha que não existe liberdade total de imprensa na França?

Fauvet — Não. A liberdade de expressão é total. Com isto quero dizer que

aqueles que podem se expressar têm a liberdade de se expressar. Mas existem aqueles que não podem se exprimir. Por exemplo: qual é o jornal diário que permite a expressão dos líderes do partido Socialista? Quando num regime, numa sociedade são necessários milhões para se fundar e fazer viver um jornal, não se pode dizer que a liberdade real de expressão da imprensa seja garantida, apesar da ajuda do Estado.

Não falo apenas da liberdade legal, de escrever ou de publicar um jornal. Falo também da liberdade real, da possibilidade de todos se exprimirem.

Servan-Schreiber — O senhor disse que o Le Monde é independente. Independente de quem?

Fauvet — Independente de todo mundo. Independente de todo partido, de toda ideologia, de todo interesse, de todo credo. Só não é independente daqueles que o fazem ou daqueles que o lêem, porque num jornal como o nosso o leitor exerce uma influência sobre o redator.

Servan-Schreiber — Vocês também são independentes dos anunciantes?

Fauvet — Somos independentes dos nossos anunciantes como todos os jornais franceses. E somos por duas razões.

A primeira é porque os anunciantes — chefes de empresas e as sociedades francesas — ficaram tão inteligentes como seus colegas alemães, americanos e ingleses. Eles compreenderam que a publicidade é antes de tudo uma maneira de vender um artigo, um produto ou um serviço. Quando um jornal tem uma boa tiragem tem um bom volume de publicidade. L'Humanité, jornal diário do partido comunista francês, tem uma tiragem baixa e pouca publicidade. Já o Humanité-Dimanche, semanário, também comunista, tira 150 mil exemplares e tem bastante publicidade.

A segunda razão da nossa independência dos anunciantes é que não é proibido a um chefe de jornal ter um pouco de coluna vertebral. Aliás, isto até é recomendável. Um diretor, ou até mesmo um proprietário, pode recusar as intromissões da publicidade na redação. E o importante para o Monde hoje, como para todos os jornais franceses, é que se eles atingem uma tiragem alta recebem anúncios.

Servan-Schreiber — Mas existem casos de influência da publicidade na redação a nível internacional. Recentemente li uma entrevista com o coronel Khadafi que iniciava na primeira página do Le Monde e terminava em outra página, num caderno especial sobre a Líbia. E quando se fala em caderno especial se fala de anúncios e anunciantes do país que é assunto.

Fauvet — Para não criar um equívoco para nossos leitores nós deveríamos realmente ter deixado a entrevista dentro do suplemento sobre a Líbia. Mas Khadafi é sempre um personagem interessante principalmente na situação em que se encontra o Oriente Médio. Mas este suplemento, como todos os outros, foi feito de forma livre pela redação. E nele vou citar o nome de um senhor (não vou dar o nome) que não é colaborador habitual do Monde, que não pode ser acusado de ser favorável ao governo da Líbia.

Servan-Schreiber — Le Monde, como vários outros jornais, não hesitou em publicar com destaque as acusações do líder da Coreia do Norte — Kim Il-Sung. E se amanhã o general Pinochet quiser fazer o mesmo, o senhor diretor do Monde aceitaria?

Fauvet — Não se pode, nestes casos, confundir o leitor. Quando se publica um tipo de publicidade política deve-se sempre ter a preocupação de identificá-la como publicidade, se possível até com tipos diferentes.

Servan-Schreiber — Mas neste caso não havia problema de confusão. Falo de uma questão de escolha. Vocês escolhem geralmente os anúncios políticos?

Fauvet — Não. Ninguém pode nos acusar disto sem apresentar exemplos. O que acontece é que neste tipo de publicidade, que não quer vender um produto ou um artigo, nós pedimos que não existam expressões ou frases que possam ferir uma opinião contrária e mesmo um interesse contrário. Assim como não temos o direito de propor



Le Monde: igual há 32 anos

uma publicidade mentirosa — que vende um produto com argumentos falsos — também às vezes corrigimos os textos de publicidade política.

Servan-Schreiber — Falemos um pouco dos redatores do Monde. Foram os primeiros a constituir uma sociedade de redatores e eles detêm parte do capital do jornal. Isto quer dizer que cada um pode escrever o que quiser no jornal?

Fauvet — Não. Em primeiro lugar é preciso explicar que a sociedade dos redatores do Monde detém 40% do capital. E isto não lhes dá nenhum lucro, nem a eles nem aos outros membros da sociedade, porque os nossos estatutos evitam que haja um interesse financeiro dos proprietários — entre estes, redatores, empregados e técnicos. Portanto, os redatores são sócios, jornalistas e são sindicalizados na sua maioria.

Como jornalistas eles se comportam como todos os jornalistas, isto é, são subordinados mas escrevem livremente dentro de um determinado quadro. Quando um jornalista entra no Monde ele sabe que não é a mesma coisa que entrar no Le Figaro, L'Humanité ou France-Soir. Os jornalistas aceitam o Monde, mas ninguém é obrigado a entrar ou permanecer no jornal.

Na sua estrutura o Monde é dividido em sete serviços: política, economia, etc... Temos uma estrutura um pouco piramidal, isto é, cada redator escreve sua matéria que será lida por um chefe de serviço ou um chefe adjunto, depois por um redator-chefe e finalmente por um diretor.

Servan-Schreiber — O senhor relê tudo que vai ser publicado?

Fauvet — Leio todos os manuscritos importantes e as provas das matérias já compostas quando posso. Faço o mesmo que fazia meu predecessor Hubert Beuve-Méry, aprendi os seus métodos de trabalho. Chego no jornal às 7h45min e até as 13h (hora em que fecha a primeira edição) leio o que aparece no jornal.

Servan-Schreiber — O senhor modifica os originais?

Fauvet — Sim. As vezes faço algumas modificações na forma e na maneira de dizer as coisas. Porque somos especialistas e nossa linguagem nem sempre é clara. E nós acontece que o jornalista se deixa levar por sua linguagem hermética. Quando faço alguma modificação e o jornalista ainda está na redação ligo para ele e digo: "Isto não me parece muito claro. Você foi demasiadamente longe ou não foi suficientemente longe". Mas quando se trata de uma questão sem importância não pergunto a opinião do redator sobre a mudança. Se hoje sou diretor do Monde é porque em março de 1968 — é necessário definir o mês, isto é muito importante — os redatores consideraram que o redator-chefe do jornal era digno de ser seu diretor. Portanto, eles têm confiança em mim. E eles têm condições de renovar esta confiança ou então de me privar dela. E eu tenho confiança neles.

Servan-Schreiber — No fundo há, então, duas ou três pessoas — o redator-chefe, um chefe de serviço e o senhor — que podem corrigir a opinião de um redator. E o fato de o senhor ter sido eleito pelos redatores e que estes possam retirar a confiança no senhor quando acharem que for necessário, mostra

que não há uma separação de poderes. É um sistema democrático não habitual, na profissão.

Fauvet — Volto agora a uma pergunta feita no início da entrevista que deixei sem resposta. Será que a tendência do jornal seria determinada por um grupo de redatores? Não. Se fosse assim eu seria cúmplice deste grupo, então seria indigno de ocupar minha função. E isto valeria também para o redator-chefe e para os chefes de serviço. Se nós fôssemos bastante cegos para deixar um grupo, que jamais nomeamos ou definimos, orientar o jornal numa direção que não aprovássemos, ainda uma vez seríamos cúmplices.

É verdade que cada geração de redatores traz ao jornal seu estado de espírito, sua mentalidade. Os homens de 30 a 40 anos não têm a minha mentalidade nem os mesmos critérios de julgamento que eu. Tento adotá-los à medida que me parecem importantes para o bem comum, à verdade e ao desenvolvimento. Eles são muito mais sensíveis aos problemas que a nossa geração ignorou ou que antigamente tratávamos com a maior hipocrisia. Um exemplo disto são os problemas sexuais. Nós não os descobrimos com os homens e mulheres de trinta anos. Somente não se falava deles e é por isto que existiam tantos dramas. Desta forma cada geração traz seu ativo e seu passivo. E as gerações atuais de homens e mulheres têm esta grande qualidade: têm horror à hipocrisia. E este horror pode conduzi-los a outros excessos, se não de franqueza, ao menos de brutalidade. Mas isto pertencente os defeitos da nossa geração. Portanto, não existe grupo no Monde.

Servan-Schreiber — Mas nem todos têm a mesma opinião?

Fauvet — Claro que não! Nós sempre pedimos aos jornalistas para não aderir a grupos extremistas, de esquerda ou de direita, e de não militar publicamente. Esta regra sempre foi respeitada.

Servan-Schreiber — Os jornalistas do Monde estão inscritos em algum partido?

Fauvet Não sei, mas creio que não. Em todo caso, sua liberdade de expressão evidentemente é preservada. Eu faço questão de ignorar em quem eles votam. Não pode haver grupos no Monde por uma razão muito simples: os serviços não são homogêneos. Não existe um grupo no serviço de política, um grupo no serviço de exterior. Existem homens e mulheres de tendências e origens diferentes que realizam uma síntese de suas opiniões, de suas tendências e análises. Em todo caso eles não transmitem suas posições pessoais ou seus preconceitos.

Servan-Schreiber — E é o senhor que garante por eles?

Fauvet — Não sou o único a garantir e aliás sou o último a garantir, porque eles se garantem a si mesmos, volto a repetir o que já disse, e é nesse sentido que somos um pouco severos com nossos jornalistas, isto é, com todos os jornalistas. Não entendo como certos colegas criticam os outros por suas tendências. Os jornalistas, antes de tudo, são pessoas, não são autômatos. Por que os jornalistas não têm sensibilidade? Por que não podem fazer um julgamento? O que nós pedimos é que o jornalista não tome partido. E isto não é fácil principalmente para os jornalistas que trabalham em jornais diários, que escrevem um pouco por reflexo, sem muito tempo para pensar porque a matéria precisa ser redigida em alguns minutos. Mas não podemos fazer exigências impossíveis aos jornalistas porque eles fariam um jornalismo sem interesse. É preciso que dentro do critério de escolha de informações, passe uma certa concepção do homem, da vida, da sociedade e da história.

Servan-Schreiber — Existe um ponto no qual Le Monde não se comporta como os grandes jornais, os americanos por exemplo. Falo das matérias de denúncia, de escândalos ou de grandes injustiças. É surpreendente ver que este jornal, o mais influente da imprensa escrita francesa, não utiliza sua força para fazer campanhas. Isto significa certamente uma tomada de posição, por quê?

Fauvet — Muitas vezes já discutimos

este assunto e é certo que pecamos por excesso de prudência. O senhor compara a imprensa francesa com a americana, mas é preciso comparar também a opinião francesa com a opinião americana e talvez ainda as leis francesas às leis americanas. Na França não gostamos muito de fofocas, e os hábitos franceses, as relações com a justiça e com a polícia são bastante diferentes. Há sempre uma espécie de segredo que pesa sobre as matérias e um segredo muito bem guardado que às vezes é violado em parte pelos jornalistas ou pelos advogados no interesse de seus clientes. Mas há uma espécie de reserva, de prudência excessiva sobre estes temas de denúncia.

Servan-Schreiber — Mas o senhor não acha que um jornal corajoso deveria assumir riscos quando tem condições de fazê-lo, sobretudo condições financeiras? Pois se a gente olhar, nos últimos 30 anos a imprensa não sofreu grandes condenações na justiça. Portanto, não fomos muito incomodados até agora. O senhor não acha que a missão de um jornal é ser verdadeiramente um quarto poder, de ir até as últimas conseqüências, isto é, fazer o que os outros poderes não fazem?

Fauvet — Acho que o senhor tem razão. Nós fazemos isto. Outros jornais também. Mas não dentro deste espírito de campanha de imprensa que fazem os jornais americanos. Talvez a gente esteja errado. Os americanos empregam dois jornalistas durante seis meses na mesma matéria ou então 12 jornalistas durante um mês no mesmo assunto. Eles entrevistam as pessoas, tentam conseguir documentos e finalmente lançam uma campanha. Isto não faz parte dos hábitos franceses, e é uma pena. Mas mesmo que fizesse parte dos hábitos franceses, teríamos grandes dificuldades.

Servan-Schreiber — Certamente. Assim como tiveram grandes dificuldades os jornalistas que se ocuparam do caso Watergate.

Fauvet — Vou fazer uma confidência. Não conte para ninguém. Em 1969, Le Monde denunciou uma operação imobiliária em Paris que parecia desonesta, principalmente na sua publicidade. E desde aquela época o comerciante se recusa a colocar anúncios em nosso jornal.

Servan-Schreiber — O senhor se orgulha disto, espero.

Fauvet — Me orgulho mas sou obrigado a admitir que isto privou o Le Monde de uma receita de três a quatro milhões de francos. Reconheço que a matéria era um pouco forte. Não acredito que isto acontecesse nos Estados Unidos.

Servan-Schreiber — Sim, sim, acontecerá. A General Motors suprimiu toda a publicidade no Wall Street Journal, que havia publicado coisas desagradáveis sobre a empresa. Depois de algum tempo o jornal desmentiu suas matérias e a General Motors voltou a anunciar.

Contrate 500 especialistas para cuidar da saúde de seus empregados



Você sabe a importância da assistência médica para os seus empregados.

Sabe o quanto representa em tranqüilidade para a mão-de-obra da sua empresa.

E conhece de perto todos aqueles compromissos com as entidades que prestam este serviço.

A Unimed surgiu para tratar dos funcionários e do funcionamento da assistência.

A Unimed é uma cooperativa de saúde. Significa serviços médicos e relacionamento direto com os profissionais.

São 500 especialistas à disposição de quem é beneficiário por convênio.

Conte com a Unimed. É saúde para os seus empregados e descanso para sua empresa.

O convênio com a UNIMED/PA garante o atendimento pelo beneficiário em trânsito por qualquer médico filiado às outras UNIMEDs do País, mediante a simples apresentação da carteira. Isto significa, por exemplo, que se no Rio Grande do Sul há 1.500 médicos à disposição de seus funcionários.



unimed
PORTO ALEGRE

Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares Ltda.

SEDE

Rua Santa Terezinha, 345
Fone 31-1162

Coojornal em Santa Catarina

Em Florianópolis:

ILHABEL
Livros e Revistas
Rua Anita Garibaldi, 37
Centro

Em Lajes:

Banca de jornais na
Praça João Costa
Centro

O azar de Carpeggiani

No fim do mês passado, o jogador de futebol Paulo César Carpeggiani, 28 anos, casado, pai de três filhos, viveu os piores dias de sua vida. Em péssima forma técnica, atormentado pelas saudades do Sul e pela incapacidade do seu time, o Flamengo do Rio de Janeiro, ele passou a torcer com entusiasmo para que o Grêmio de Porto Alegre realmente adquirisse o seu passe, como havia sido anunciado. A confirmação da transferência não saiu e maio não terminou sem mais um desgosto para Carpeggiani: dia 30 seu nome não estava na lista de 24 jogadores convocados para a Seleção Brasileira, embora tivesse ficado numa reserva técnica de outros 21 nomes.

O que aconteceu com esse jogador, que há um ano era citado como um dos cinco maiores talentos do futebol brasileiro e uma das grandes esperanças da Seleção? Aconteceu que Carpeggiani cometeu um erro de cálculo, e acabou trocando "a vidona que tinha no Rio Grande do Sul por um inferno no Rio de Janeiro", como confessou em cartas a amigos de Porto Alegre. "Hoje eu estaria morto, se arrependimento matasse", escreveu. O engano começou com o mês de fevereiro, quando o Flamengo lhe ofereceu a possibilidade de receber Cr\$ 750 mil como participação sobre a sua venda — 15% de Cr\$ 5 milhões, preço do passe —, com uma vida folgada no Rio, salários iguais aos de Zico — estrela do time — e tardes de inesquecível alegria no Maracanã. O Inter resistiu no início, mas cedeu e então Carpeggiani foi embora.

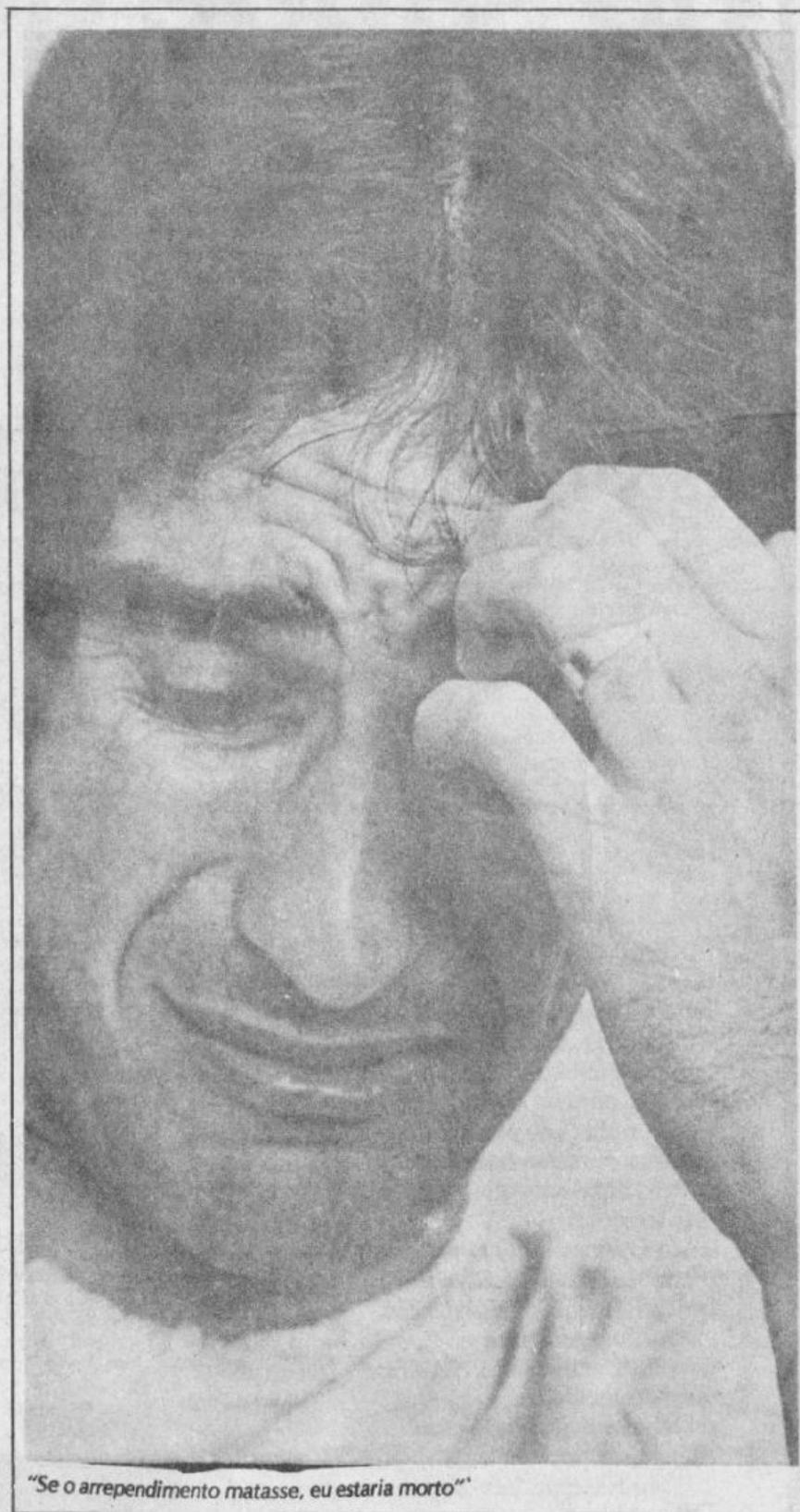
Antes, porém, acabou atropelando um homem de 23 anos em Porto Alegre e agora está ameaçado de ter que pagar uma indenização de Cr\$ 500 mil à sua vítima, que teve uma perna amputada. No Rio, descobriu que a participação de Cr\$ 750 mil viria com 30% a menos — para o imposto de renda — e que dos Cr\$ 525 mil restantes só receberia 300 mil de entrada. Em seguida, constatou que os salários no Flamengo não são pagos com tanta regularidade como no Inter. E o aumento com a transferência nem foi tanto assim: passou apenas de Cr\$ 52 mil para Cr\$ 60 mil mensais.

E mais: a família de Carpeggiani, que em Porto Alegre morava numa casa — própria — de quatro quartos, no Rio teve que se submeter primeiro a um hotel e depois a dois apartamentos de temporada, antes de Carpeggiani conseguir o que ocupa agora, luxuoso e confortável é verdade — de 13º andar e com vista para o mar, no Leblon — mas ao preço de Cr\$ 13 mil de aluguel mensal.

Aconteceu também que Carpeggiani estava enganado ao pensar que se adiantava ao declínio de uma grande equipe, a do Inter, saindo antes que ela terminasse. O Inter não acabou, e o pior para o jogador foi a constatação de que o Flamengo — com uma dívida de Cr\$ 50 milhões — não é na verdade um clube tão grande como os jornais e seus torcedores gostam de afirmar.

— Eu tenho uma casa e quatro apartamentos em Porto Alegre e sou financeiramente independente, até poderia parar. Acontece que gosto mesmo é de jogar futebol, mas nem isso está sendo possível — desabafou Carpeggiani.

E embora evite acusações aos seus novos companheiros, é fácil perceber as razões principais do seu desgosto, muito piores que a falta de adaptação ao Rio, os pequenos problemas financeiros — exa-



"Se o arrependimento matasse, eu estaria morto"

gerados pelo próprio jogador —, o atropelamento, a doença incurável do sogro no Sul. Os problemas principais estão dentro do campo, toda vez que o Flamengo joga.

Não adianta Carpeggiani chutar uma bola para a ponta, como fazia no Inter: o Flamengo não tem ponteiros, pois Osni na direita e Luís Paulo na esquerda não sabem nem fazer um cruzamento, muito menos reter a jogada. É que o Flamengo quer atacar sempre em velocidade e quando Carpeggiani atira a bola na frente e avança

para receber a devolução, ela já está voltando — geralmente por cima de sua cabeça.

E nem foi por falta de aviso. Quando Falcão — um dos ex-companheiros em Porto Alegre — voltou da Seleção, todos os jogadores do Inter ficaram sabendo que Zico, do Flamengo, absorvia todo o jogo das equipes onde atuava. "A gente dá a bola ao Zico, corre, espera a devolução e sabe quando é que vai receber de volta? Na lua, meu chapa", queixou-se Falcão.

Carpeggiani só constatou essa verdade no Flamengo, mas não admite se queixar em relação a Zico, embora não seja muito difícil perceber o que acontece em campo. E esse não é o único problema do Flamengo, pois há ainda a insegurança do técnico Cláudio Coutinho — que embora seja da Seleção vive bajulando a imprensa — e de Luís Paulo, que após cada jogo se preocupa em realizar um verdadeiro inquérito para saber o que as pessoas acharam de sua atuação, por exemplo.

E a própria imprensa esportiva carioca — sempre tão generosa — já começa a questionar Carpeggiani. Um dos fatos mais lembrados é que ele marcou apenas um gol em 14 jogos por seu novo time — e Cr\$ 5 milhões é realmente um preço muito alto por um gol. A imprensa apenas ainda não explorou o que se disse em Porto Alegre no fim do ano passado. Carpeggiani jogou apenas 14 partidas pelo Inter durante o ano passado, por causa de uma operação dos meniscos e da tentativa de apressar a recuperação à força de massagens.

Ficou a maior parte do ano entregue ao Departamento Médico e a sua recuperação definitiva chegou a ser questionada pela imprensa durante a fase mais aguda de sua doença. De volta aos treinamentos, Carpeggiani jogou algumas partidas de pouca importância pelo Internacional e foi vendido ao Flamengo, num momento em que o clube perdia o treinador Rubens Minelli e vendia seu ídolo maior, o zagueiro Figueroa, a um clube do Chile. De qualquer maneira, entre a torcida do Inter, ficou a dúvida quanto à recuperação técnica daquele que era tido como um dos dois — o outro era Figueroa — principais jogadores do time.

Em todo o caso, certamente Carpeggiani já não se sentia mais útil ao time que ganhou o bicampeonato brasileiro sem sua ajuda e também por isso forçou a sua saída. E essa saída parece ser definitiva, pois também no fim do mês passado ele chegou a se irritar com Lula, ex-companheiro de Inter, que lhe perguntara se não gostaria de propor uma troca dos dois ao Flamengo:

— Absolutamente, não quero voltar ao Inter. É o único clube brasileiro em que não posso jogar. Com que cara eu ficaria? De prostituta arrependida?

A pressa de Lula em propor uma troca se justifica: o ponteiro-esquerdo do Inter insiste em voltar a morar no Rio. Mas a diretoria do Inter recebeu a possibilidade com frieza. O diretor de futebol, Artur Dallegre, quando lhe falaram da volta de Carpeggiani ao Sul — para o Inter ou para seu maior rival, o Grêmio — tratou de esfriar o assunto:

— O Flamengo pagou cinco milhões pelo passe e tem o direito de fazer o que achar melhor com o jogador. Mas Lula tem contrato até o fim do ano e não sai do Inter agora. Esse baixinho fala em ir embora desde o começo do ano passado e continua aqui.

Se voltasse ao Sul, Paulo César Carpeggiani teria que reconquistar não apenas o crédito mas também o nome. Depois que ele foi embora, a imprensa passou a tratá-lo como *Carpeggiani*, transferindo o tratamento de *Paulo César* para um também meia-armador do futebol de Caxias do Sul, que pelo menos está quase todos os dias nos títulos dos jornais e no noticiário da rádio e da televisão.

Irineu Dickel —Rio